

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ROSANA OLIVEIRA DILLY

**O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ENQUANTO POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

JUIZ DE FORA

2018

ROSANA OLIVEIRA DILLY

**O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ENQUANTO POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a defesa do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Carolina Alves Magaldi

JUIZ DE FORA

2018

ROSANA OLIVEIRA DILLY

**O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ENQUANTO POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a defesa do Mestrado Profissional em
Gestão e Avaliação da Educação Pública, da
Faculdade de Educação, Universidade Federal
de Juiz de Fora.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Carolina Alves Magaldi (orientadora)

Prof^a. Dr^a. Carla Silva Machado

Prof. Dr. Theófilo Codeço Machado Rodrigues

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que me presentaram com os seus exemplos de vida, sempre me apoiaram e sonharam com o melhor para mim. Graças a eles eu tive a oportunidade de me dedicar aos estudos e chegar a este momento.

Ao meu filho, Kayo, que compreendeu minhas ausências.

Ao meu namorado, Daniel, que me apoiou com amor.

À Universidade Federal de Juiz de Fora, que me proporcionou esta e outras tantas oportunidades de capacitação e desenvolvimento pessoal.

À Professora Carolina Alves Magaldi, que compreendeu o que eu gostaria de fazer neste trabalho e tão bem me orientou.

Ao Leonardo Ostwald Vilarde, que foi meu agente de suporte e tantas vezes me recebeu e ajudou a pensar sobre o rumo deste trabalho.

Aos colegas da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE), com os quais pude compartilhar as dificuldades e sucessos no decorrer da pesquisa. Agradeço por terem me ouvido e apoiado, principalmente nos momentos de maior dificuldade.

Aos entrevistados, os meus mais profundos agradecimentos, por todas as suas contribuições.

À banca de qualificação e defesa, que contribuiu em diversos pontos do trabalho.

RESUMO

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Com o processo de democratização do acesso ao ensino superior, um novo perfil de estudante ingressou nas universidades públicas brasileiras. Estudantes em situação de vulnerabilidade social tiveram acesso aos cursos de graduação, exigindo das políticas de assistência estudantil ações para que estes estudantes permanecessem nos cursos e tivessem sucesso em sua formação. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Decreto nº 7.234/2010, se traduz em diversas ações, com o objetivo de proporcionar a permanência do estudante nos cursos de graduação, a redução das desigualdades sociais e regionais para a conclusão do ensino superior, a redução da evasão e retenção e a inclusão social pela educação. Dentre estas ações, existe a previsão do desenvolvimento de atividades esportivas. Foi verificado que a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE), da Universidade Federal de Juiz de Fora, lócus da presente pesquisa, não estava desenvolvendo ações relativas ao esporte. A partir do exposto, torna-se importante verificar os motivos que levaram ao não cumprimento das ações esportivas pela PROAE e o porquê desta omissão se manter até os dias atuais. Pretende-se, com o presente trabalho, propor soluções para implementar as ações na área do esporte, com o objetivo de atender à determinação do PNAES. Durante a pesquisa, foram verificadas algumas dificuldades para a implementação de ações esportivas de assistência estudantil, que estavam ligadas à concepção restrita dos estudantes sobre o que é assistência estudantil e à limitação de recursos humanos, financeiros e de espaço físico por parte da universidade. Diante destas dificuldades, foram desenvolvidas algumas propostas de resolução, como campanhas de divulgação nas mídias digitais e revisão do projeto Boas-Vindas. Tais iniciativas visavam ampliar a concepção dos estudantes sobre a assistência estudantil e a participação dos estudantes na gestão e avaliação das ações da PROAE. Além disso, também procuravam provocar a conscientização dos estudantes sobre a relação entre a prática de atividades físicas regulares e a melhoria da qualidade de vida durante a graduação. Em relação às limitações estruturais, foi apresentada uma proposta de expansão, com a realização de seis ações: i) a criação de uma comissão de esportes; ii) a solicitação de um profissional com formação em Educação Física para compor a equipe da PROAE; iii) a realização de parcerias por recursos humanos; iv) a realização de parceria por espaço físico na Faculdade de Educação Física e Desportos (FAEFID); v) a utilização de outros espaços disponíveis no campus para o desenvolvimento de projetos esportivos e vi) a solicitação de recursos próprios da UFJF para a condução de novos projetos. Foi proposto um projeto esportivo de assistência estudantil na UFJF, que considera todos os estudantes das graduações presenciais como público alvo. Através de um conjunto de ações, ele tem por objetivo realizar o incentivo à prática esportiva entre os estudantes, que pode se dar de diversas formas, seja na realização de atividades orientadas, ou por meio de iniciativas dos próprios estudantes.

Palavras-chave: Assistência estudantil. Esporte. Avaliação de Política Pública.

ABSTRACT

The present dissertation was developed at the Professional Master's Degree in Educational Management and Assessment (PPGP, in Portuguese) of the Center for Public Policies and Educational Assessment at the Federal University of Juiz de Fora. With the process of democratization in the access to higher education, a new kind of student enrolled at Brazilian public universities. Students in situation of public vulnerability had access to undergraduate courses, demanding from student public policies actions aiming at the permanence of such students as well as towards academic achievement. The National Program of Student Assistance (PNAES, in Portuguese), Decree 7.234/2010, translates into several actions having as goals the permanence of students in undergraduate courses, reducing social and regional inequalities, reducing evasion and retention and social inclusion through education. Among such actions, there is a plan of developing sport activities. It was verified that the Department of Student Affairs – PROAE, in Portuguese of the Federal University of Juiz de Fora, focus of this research, was not developing actions related to sports. From this scenario, it becomes important to verify the reasons that led to not following the sportive actions by the PROAE and the reason why such omission remain nowadays. We intend with the present dissertation to propose solutions in order to implement actions in the field of sports, aiming at fulfilling the guidelines provided by PNAES. Over the course of the research, we have verified a few hurdles to the implementation of sportive actions in student affairs. Such difficulties were connected to the narrow understanding of the nature of student affairs and the shortage of human and financial resources, as well as amenities at the university. Faced with such hurdles, we have developed a few proposals, such as: awareness campaigns in digital media and reviewing the Orientation Program to widen the student body understanding regarding student assistance; student participation in the management and assessment of the actions at PROAE; and raising awareness among students on the connection between regular physical activities and improvement in quality of life during their undergraduate years. Regarding the structure of the campus and its amenities, we have presented a plan of expansion with six actions: the creation of a sports committee, the request of a member from the Physical Education faculty to compose the team at PROAE, the establishment of partnerships towards human resources, the establishment of a partnership towards the use of the amenities at the College of Physical Education, the use of other amenities on campus to develop sports projects and the request of resources from the university to conduct new projects. We have proposed a sports project of student assistance at UFJF that considers every student of undergraduate classroom courses as its target audience and by means of a set of actions that has as its goal to incentivize sports practice among the students may come in many shapes, not only in the offering of guided activities, but also providing incentive for such actions to be proposed by the students themselves.

Keywords: Student affairs. Sport. Assessment of Public Policy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Áreas Estratégicas do PNAES.....	27
Quadro 2 - Projetos de Extensão desenvolvidos pela FAEFID.....	44
Quadro 3 - Descrição dos entrevistados	64
Quadro 4 - Universidades que receberam o questionário através do e-Sic, divididas por Região.....	65
Quadro 5 - Estresse e Saúde Geral dos Estudantes Durante a Graduação	73
Quadro 6 - Procura por atendimento de saúde pelos estudantes durante a graduação	74
Quadro 7 - Frequência da prática de atividade física entre os sujeitos.....	85
Quadro 8 - Modalidades Escolhidas pelos Estudantes	92
Quadro 9 - Universidades que apresentaram a existência de benefícios ligados à saúde na descrição de projetos	95
Quadro 10 - Principais dificuldades encontradas para a implementação de um projeto esportivo pela PROAE	106
Quadro 11- Principais dificuldades encontradas e propostas de resolução, com o objetivo de auxiliar na implementação de um projeto esportivo de assistência estudantil..	108
Quadro 12 - Conscientização dos estudantes sobre a assistência estudantil e suas possibilidades na UFJF.....	109
Quadro 13 - Participação dos estudantes na gestão da assistência estudantil	110
Quadro 14 - Conscientização sobre os benefícios da atividade esportiva regular durante a graduação	112
Quadro 15 - Dimensionamento de servidores	113
Quadro 16 - Solicitar um profissional, com formação em Educação Física, para compor a equipe da PROAE	114
Quadro 17 - Parcerias por recursos humanos	114
Quadro 18 - Parceria por espaço físico na FAEFID	115
Quadro 19 - Utilizar outros espaços disponíveis no campus para o desenvolvimento de projetos esportivos.....	115
Quadro 20 - Solicitar recursos próprios da UFJF para a condução de novos projetos.....	116
Quadro 21 - Projeto de oficinas temáticas.....	118
Quadro 22 - Projeto de modalidades esportivas	119
Quadro 23 - Compra de material esportivo para empréstimo aos estudantes	120
Quadro 24 - Proposta de incentivo ao esporte para os discentes residentes da Moradia Estudantil.....	121
Quadro 25 - A PROAE como espaço institucional de comunicação com as Associações Atléticas na UFJF	123
Quadro 26 – Incentivo a competições internas na UFJF.....	124
Quadro 27 - Criação de um edital de fomento a práticas esportivas competitivas.....	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Graduandos e população brasileira segundo o sexo – 1996 a 2014.....	21
Tabela 2 -	Graduandos segundo a faixa etária – 1996 a 2014 (%).....	21
Tabela 3 -	Graduandos segundo o tipo de escola em que cursaram o ensino médio – 2014.....	22
Tabela 4 -	Graduandos e população brasileira, segundo Cor ou Raça – 1996 a 2014 (%) ..	22
Tabela 5 -	Graduandos segundo Renda Bruta Familiar em faixas salariais – 2010 a 2014 (Freq. e %)	23
Tabela 6 -	Graduandos em situação de trabalho (em %) – 2014.....	24
Tabela 7 -	Graduandos segundo a principal fonte de informação – 2014.....	24
Tabela 8 -	Graduandos segundo a participação em programas de assistência ao estudante, oferecidos pelas IFES – 2014.....	29
Tabela 9 -	Graduandos segundo a frequência com que praticam atividade física – 2014....	30
Tabela 10 -	Resposta dos graduandos sobre as condições para a prática de atividade física na universidade – 2014	30
Tabela 11 -	Quantitativo de Bolsas Fornecidas pela PROAE/UFJF, por Modalidade, em Dezembro de 2016 e seu percentual em relação ao número total de matriculados no segundo semestre de 2016.....	40
Tabela 12 -	Graduandos segundo os tipos de dificuldades emocionais que podem ter interferido em sua vida acadêmica nos últimos 12 meses – 2014.....	54
Tabela 13 -	Número total de sujeitos entrevistados, divididos por grupo.....	64
Tabela 14 -	Contagem de ações/características das Universidades Federais, divididas por categorias.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CBDU	Confederação Brasileira de Desporto Universitário
CEPES	Centro de Pesquisas Econômico-sociais
CONSU	Conselho Superior
Cube	Confederação Universitária Brasileira de Esportes
DCE	Diretório Central dos Estudantes
EaD	Educação a Distância
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FAEFID	Faculdade de Educação Física e Desportos
FIMS	Federação Internacional de Medicina do Esporte
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
JUBs	Jogos Universitários Brasileiros
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGP	Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PROAE	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Sisu	Sistema de Seleção Unificada
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFGD	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados

UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNB	Fundação Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP	Fundação Universidade Federal do Amapá
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
Univespa	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE NA UFJF	15
1.1.	O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O ESPORTE ENQUANTO EIXO DO PNAES.....	16
1.2	A UFJF E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	35
1.2.1	A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil na UFJF	38
1.2.2	A estrutura física e de Recursos Humanos na UFJF e na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil para o desenvolvimento da atividade esportiva	42
2	O ESPORTE NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ENQUANTO POLÍTICA SOCIAL DE EDUCAÇÃO	48
2.1	ALGUMAS POSSIBILIDADES DO ESPORTE NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA, SAÚDE, INCLUSÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA NO ENSINO SUPERIOR.....	49
2.1.1	A Promoção da Cidadania no Ensino Superior	49
2.1.2	O Adoecimento dos Estudantes no Curso Superior	53
2.1.3	O Esporte como Bem-estar e Inclusão Social	56
2.2	METODOLOGIA	61
2.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	69
2.3.1	A percepção dos sujeitos sobre o conceito de Assistência Estudantil e sobre as ações da PROAE na UFJF para a prevenção do adoecimento discente	70
2.3.2	Esporte, atividade física e lazer: prevenção e promoção em saúde e qualidade de vida, promoção da cidadania e inclusão social entre os discentes	78
2.3.3	Esporte na Assistência Estudantil: público-alvo, dificuldades e possibilidades .	82
2.3.4	Ações Esportivas de Assistência Estudantil nas Universidades Públicas Federais Brasileiras	93
3	PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO ESPORTIVO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFJF	107
3.1	MUDANÇA DA CONCEPÇÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL POR PARTE DOS ESTUDANTES: O RECONHECIMENTO DO DIREITO AO ESPORTE ...	108
3.2	EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E DE RECURSOS HUMANOS	112
3.3	UM PROJETO ESPORTIVO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	116
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
	REFERÊNCIAS	130

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE SONDAÇÃO ENVIADO PARA 62 UNIVERSIDADES FEDERAIS.....	137
APÊNDICE B - ENTREVISTA COM O PRÓ-REITOR DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	138
APÊNDICE C - ENTREVISTA COM AMOSTRA DE ESTUDANTES ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	140
APÊNDICE D - ENTREVISTA COM MEMBROS DAS ATLÉTICAS.....	142
APÊNDICE E - ENTREVISTA COM MEMBROS DO DCE.....	144
APÊNDICE F - ENTREVISTA COM MEMBROS DA EQUIPE DA PROAE.....	146
APÊNDICE G - ENTREVISTA COM PROFISSIONAL DA FAEFID	147
APÊNDICE H - ENTREVISTA COM SERVIDOR SOBRE OS PROJETOS DE EXTENSÃO DA FAEFID	148
APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	149

INTRODUÇÃO

Com o processo de democratização do acesso ao ensino superior, proporcionado pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)¹ e pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)², um novo perfil de estudante começou a ingressar nas universidades públicas brasileiras. Estudantes em situação de vulnerabilidade social tiveram acesso aos cursos de graduação, o que exigiu das políticas de assistência estudantil novas ações para que estes estudantes conseguissem permanecer nos cursos e ter sucesso em sua formação.

As políticas de assistência estudantil se traduzem em diversas ações, com o objetivo de proporcionar a permanência do estudante nos cursos de graduação, reduzir as desigualdades sociais e regionais para a conclusão do ensino superior, diminuir a evasão e retenção, bem como contribuir para a inclusão social pela educação (BRASIL, 2010). Dentre as diversas ações, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído por meio do Decreto nº 7.234, de 09 de julho de 2010, prevê que devem ser desenvolvidas atividades na área dos esportes (BRASIL, 2010).

Neste contexto, no ano de 2015, verificou-se, através da Auditoria Interna nº 002.2015.07.05, da Universidade Federal de Juiz de Fora, lócus da presente pesquisa, que a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil não estava desenvolvendo ações nas áreas de atenção à saúde física e geral, inclusão digital, cultura, esporte e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (UFJF, 2015).

Desta forma, tal pesquisa se justifica, tendo em vista a recomendação da auditoria interna, para que sejam implementadas as ações de assistência estudantil em todas as áreas elencadas no Decreto nº 7.234/2010, que regula o PNAES, no âmbito do governo federal, para proporcionar a permanência, a conclusão, a redução da evasão e das desigualdades no ensino superior (BRASIL, 2010).

Além disso, enquanto servidora técnica administrativa da PROAE, estou envolvida nas atividades realizadas atualmente e participo no desenvolvimento de projetos para atender aos

¹ O Exame Nacional do Ensino Médio é um exame anual, de caráter voluntário, e avalia o desempenho de estudantes que concluíram o ensino médio (CASTRO, 2009). É utilizado, desde 2009, como principal forma de acesso ao ensino superior em instituições públicas Federais, através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) (FONAPRACE, 2016).

² O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) tem por objetivo proporcionar a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, realizando um melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos (BRASIL, 2007a).

objetivos da política de assistência estudantil. Sou licenciada em Educação Física e pretendo me dedicar à pesquisa, levando em conta o desenvolvimento da atividade esportiva na instituição no cumprimento do PNAES.

A partir desta constatação, surge o questionamento sobre quais seriam os motivos que levam a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) a não desenvolver ações na área dos esportes para o cumprimento das medidas elencadas no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O presente estudo de caso tem por objeto o PNAES e pretende verificar como estão sendo realizadas as ações relativas ao esporte, no âmbito da assistência estudantil, pela PROAE, na Universidade Federal de Juiz de Fora, para o cumprimento do PNAES. Diante dos resultados desta pesquisa, pretende-se propor a implementação de ações esportivas, a serem desenvolvidas na UFJF, que estejam relacionadas à assistência estudantil.

A PROAE é o espaço dedicado à formulação, implantação, gestão e acompanhamento de políticas de apoio estudantil na estrutura da Universidade Federal de Juiz de Fora. Por assistência estudantil, entende-se o enfrentamento de demandas socioeconômicas dos discentes, efetivando a oportunidade de permanência e apoio psicopedagógico voltado para o acolhimento e reconhecimento da diversidade e singularidade (UFJF, 2016f).

A partir do exposto, torna-se importante verificar os motivos que levaram ao não cumprimento das ações na área dos esportes pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da UFJF e porque esta omissão se mantém nos dias atuais, fato que verifico em minha prática, enquanto servidora desta Pró-Reitoria. Por meio desta pesquisa, pretende-se propor soluções para implementar as ações na área do esporte, com o objetivo de atender à determinação do PNAES, tendo em vista a sua importância na redução das desigualdades, permanência e conclusão do curso superior, enquanto política de equidade.

Para a condução da pesquisa, serão observados os seguintes objetivos: i) descrever as ações desenvolvidas pela PROAE, em relação ao esporte; ii) analisar as ações desenvolvidas em outras instituições, no âmbito da assistência estudantil, na área de esporte; iii) propor a implementação de ações esportivas, a serem desenvolvidas na UFJF, relacionadas à assistência estudantil.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um levantamento documental, revisão de literatura, contato por e-mail com servidores da equipe de psicologia da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e solicitação de informações ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC). Além disso, foi realizado um levantamento sobre universidades em que estejam sendo desenvolvidas ações na área dos esportes e lazer pelos

setores responsáveis pela gestão do PNAES. Posteriormente, foram solicitadas informações, com o objetivo de conhecer o desenvolvimento das ações de esporte e lazer nestas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Por fim, realizou-se entrevistas semi-estruturadas com: i) o Pró-Reitor de Assistência estudantil, ii) alguns membros da equipe da PROAE; iii) uma amostra de estudantes atendidos pela assistência estudantil; iv) profissionais da Faculdade de Educação Física e Desportos (FAEFID), além de v) representantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e das atléticas da UFJF.

O capítulo um relacionará as ações de assistência estudantil e o desenvolvimento do esporte. Serão apresentados o Programa Nacional de Assistência Estudantil, o esporte enquanto eixo deste programa, como a UFJF desenvolve as ações de política estudantil na PROAE e a estrutura física e de recursos humanos que a UFJF dispõe para a implementação de ações esportivas.

No capítulo dois propõe-se uma discussão que relacionará o esporte à promoção da cidadania no ensino superior, o adoecimento discente e a inclusão social e bem-estar. Verificam-se, na análise desses resultados, as condições que levam ao não desenvolvimento de ações nas áreas do esporte e lazer pela PROAE na UFJF, e como outras universidades têm conseguido cumprir essa determinação do PNAES.

O capítulo três possui algumas propostas de resolução das dificuldades encontradas para a implementação de um projeto esportivo de assistência estudantil na UFJF e algumas propostas que têm por objetivo realizar o incentivo à prática esportiva entre os estudantes.

1 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE NA UFJF

O presente estudo de caso tem por objeto o PNAES e pretende verificar como estão sendo realizadas as ações relativas ao esporte, no âmbito da assistência estudantil, pela PROAE, na Universidade Federal de Juiz de Fora, para o cumprimento do PNAES. Para tanto será realizada, no capítulo um, uma contextualização acerca do Programa Nacional de Assistência Estudantil, bem como a relação do esporte enquanto eixo deste programa. Posteriormente, haverá a apresentação da UFJF e do desenvolvimento da política de assistência estudantil realizada pela PROAE, no âmbito da instituição. Por fim, será descrita a estrutura física e de recursos humanos disponíveis na UFJF, para a implementação de ações esportivas destinadas à assistência estudantil.

Para o desenvolvimento do capítulo, foi realizada uma análise documental, revisão de literatura, contato por e-mail com servidores da equipe de psicologia da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e solicitação de informações ao e-SIC, destinadas à UFJF.

Em setembro de 2017, foram realizadas algumas perguntas, através do e-SIC, direcionadas à UFJF. O protocolo 23480.021564/2017- 82³ apresenta uma questão sobre quais os projetos desenvolvidos na UFJF, voltados à participação em esportes, lazer e atividade física. Também foi realizada a solicitação de informação sobre o número de Técnicos de Nível Superior com graduação em Educação Física que trabalham na UFJF, através do protocolo 23480.021563/2017-38⁴.

Na seção seguinte, será apresentado o Decreto nº 7.234/2010, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Além disso, serão elencados dados da IV Pesquisa Nacional de Perfil dos Discentes das Instituições Federais de Ensino Superior realizada em 2014 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que é utilizada para analisar o redimensionamento das ações das IFES, para que os projetos atendam às necessidades dos estudantes. Em seguida, o esporte será destacado enquanto um dos dez eixos necessários ao desenvolvimento das ações de assistência estudantil nas IFES.

³ Solicitação realizada pela pesquisadora por meio do e-SIC em 16 de setembro de 2017 e respondida pela UFJF em 9 de outubro de 2017.

⁴ Solicitação realizada pela pesquisadora por meio do e-SIC em 16 de setembro de 2017 e respondida pela UFJF em 19 de outubro de 2017.

1.1 O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O ESPORTE ENQUANTO EIXO DO PNAES

O espaço de destaque atual da assistência estudantil no Brasil foi resultado de intensas lutas do movimento estudantil, que foi representado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pelo FONAPRACE. Os diferentes grupos envolvidos na construção da assistência estudantil ao longo da história (estudantes, docentes, gestores, profissionais, Estado), influenciam na forma com que ela será abordada em seus diferentes sentidos e posicionamentos para a sua implementação. Os diferentes projetos de assistência estudantil propostos repercutem na forma com a qual ocorrerá a execução destes, nas Instituições Federais de Ensino Superior (DUTRA; SANTOS, 2017).

A contextualização histórica, sobre a construção da política de assistência estudantil e dos principais sujeitos envolvidos, permite entender o desenvolvimento de discussões que propuseram diferentes concepções de assistência estudantil no Brasil. As primeiras ações desenvolvidas no país com o objetivo de haver assistência estudantil estavam voltadas para a elite, que detinha o acesso ao Ensino Superior no período, subsidiando a formação complementar no exterior (DUTRA; SANTOS, 2017).

O FONAPRACE e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) foram frentes políticas nas discussões sobre a assistência estudantil no fim do período da ditadura militar e também durante o processo de redemocratização, seguindo até os dias atuais (VASCONCELOS, 2010).

Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 ocorreu a redemocratização da educação, com a universalização do acesso, gestão democrática e apresentação de fundamentos para legitimar a assistência estudantil, como no artigo 206, inciso I, que coloca como princípio da educação a igualdade de acesso e permanência escolar (DUTRA; SANTOS, 2017).

Na década de 1990, o FONAPRACE se dedicou ao desenvolvimento da pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos discentes, disponibilizando dados para a formulação de uma política nacional de assistência ao estudante. Foram realizadas pesquisas em 1997, 2004 e 2011, que apontavam o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes da graduação e levavam em conta indicadores relacionados à: moradia, alimentação, transporte, saúde, manutenção e trabalho. Estes dados serviram de parâmetros para definir as diretrizes, programas e ações de assistência estudantil nas IFES (DUTRA; SANTOS, 2017).

Para Dutra e Santos (2017), a Educação Superior sofre uma reforma baseada no discurso da democratização. Programas como o REUNI, o sistema Enem/Sisu e a Lei de Cotas fazem parte de uma política de expansão que tem por objetivo ampliar o acesso e a permanência no Ensino Superior. Assim, a assistência estudantil ganha destaque nas discussões acadêmicas e na agenda do Governo Federal, o que pode ser observado com a sua elevação ao status de política pública, através da aprovação do Decreto nº 7.234/2010.

Em 2004 o Projeto de Lei nº 3.627 propunha um sistema de reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior, que seriam destinadas a estudantes que concluíram o ensino médio em escolas públicas e para negros e indígenas (PINTO, 2015).

Diante de tal iniciativa ingressaram no Ensino Superior estudantes que não possuíam recursos financeiros para custear despesas necessárias à vida estudantil, como alimentação, moradia, transporte, material didático, além de não poderem trabalhar e estudar ao mesmo tempo, o que poderia levá-los ao abandono do curso (ANDRÉS, 2011 *apud* PINTO et al., 2015, p.6). Tornava-se necessário realizar ações que proporcionassem a permanência e a conclusão do curso superior ao maior número de estudantes (PINTO et al., 2015).

No ano de 2007, o Plano Nacional de Assistência Estudantil foi atualizado e colocado como meta prioritária do FONAPRACE. No mesmo ano, ocorreu a instituição do REUNI e também da Portaria normativa nº 39, de 12 de dezembro, do Ministério da Educação (MEC), que normatizou, em um primeiro momento, o PNAES. Após estas ações, que conjuntamente legitimavam a importância da assistência estudantil naquele momento, houve um aumento de recursos destinados às políticas de assistência estudantil das Universidades Federais a partir do ano de 2008. Entre 2007 e 2008, ocorreu um aumento de aproximadamente 246% nos recursos (PINTO et al., 2015).

O Decreto nº6.096/2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), teve por objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação. Dentre suas diretrizes, é prevista a ampliação das políticas de assistência estudantil e inclusão (BRASIL, 2007a).

Para Vasconcelos (2010), a promulgação do PNAES, em 2007, é um marco histórico para a assistência estudantil. É uma conquista coletiva de dirigentes, docentes e discentes no atendimento ao direito de igualdade de oportunidades no ensino superior público. Foram anos de reivindicações de diversos movimentos sociais. É de conhecimento destes movimentos que, por baixa condição socioeconômica, existem estudantes que abandonam o curso devido à dificuldade financeira para sua permanência.

Para Pinto et al. (2015), a democratização do acesso ao ensino superior público no Brasil, após o ano 2000, modificou o perfil dos estudantes de graduação, com o ingresso de estudantes de níveis socioeconômicos mais baixos. Este quadro tornou as ações de assistência estudantil voltadas para a permanência e conclusão do curso de graduação aliadas para o bem destes estudantes.

Posteriormente, a Lei nº 12.711 foi sancionada em 29 de agosto de 2012, atendendo às diretrizes do REUNI, em relação à ampliação de mecanismos de inclusão (BRASIL, 2012). Tal norma trata sobre as cotas em instituições federais de educação superior, vinculadas ao Ministério da Educação em todo o país, incluindo a UFJF. A partir dela, passou a existir uma reserva de, no mínimo 50%, das vagas por curso e turno para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Destas vagas, 50% seriam destinadas a estudantes oriundos de famílias com renda inferior a 1,5 salário mínimo per capita. Também foi estabelecida a reserva de vagas para os autodeclarados pretos, pardos e indígenas (BRASIL, 2012).

Para Mancebo et al. (2015), a educação superior, em todo o mundo, passou por processos de mudança nos últimos vinte anos. Nos países em que ocorreram reformas, houve a necessidade de expansão do sistema, em intensidade variável. No Brasil, o REUNI foi o regulamentador da reforma:

O REUNI, criado pelo decreto presidencial n. 6.096, de 24 de abril de 2007, apresenta os seguintes objetivos: aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais e de estudantes por professor em cada sala de aula da graduação (relação de dezoito alunos de graduação por professor em cursos presenciais); diversificar as modalidades dos cursos de graduação, por meio da flexibilização dos currículos, do uso do EaD, da criação dos cursos de curta duração, dos ciclos (básico e profissional) e/ou bacharelados interdisciplinares; incentivar a criação de um novo sistema de títulos; elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino (públicas e/ou privadas). As universidades federais aderiram a esse “termo de pactuação de metas”, ou seja, um contrato de gestão com o MEC – instrumento-chave na Reforma de Bresser-Pereira –, pelo qual o governo *prometia* um acréscimo de recursos limitado a 20% das despesas de custeio e pessoal, condicionado à capacidade orçamentária e operacional do referido ministério (MANCEBO et al., 2015, p.38).

Entre 1995 e 2000, o número de matrículas no ensino superior no Brasil aumentou em 262,52%. Porém, a expansão foi maior nas instituições privadas, com 347,15% das matrículas, enquanto na rede pública, o aumento foi de 134,58%. Ocorreu, neste período, a criação de cursos pelas instituições privadas, com o objetivo de atender demandas de mercado

e do interesse da burguesia em valorizar o seu capital, através da venda de serviços educacionais (MANCEBO et al., 2015).

A Andifes e o FONAPRACE realizam pesquisas que agrupam características socioeconômicas dos estudantes de graduação das Universidades Federais no Brasil. Estas pesquisas têm por objetivo formular políticas de equidade e garantir a permanência e o sucesso dos estudantes no ensino superior, efetivando a política de assistência estudantil. Foi verificada na pesquisa uma mudança significativa no perfil dos estudantes após 2009, com a utilização do Enem pelas IFES e com a Lei das Cotas, após 2013 (FONAPRACE, 2016).

As políticas de assistência estudantil estão relacionadas à meta 12 do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), que trata sobre o Ensino Superior, sendo estabelecidos os seguintes objetivos: i) elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos e ii) assegurar a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014).

Para o devido cumprimento da meta 12, existem várias estratégias definidas no Plano Nacional de Educação (PNE). As estratégias 12.5, 12.9, 12.13, que tratam da inclusão, permanência e diminuição das desigualdades no ensino superior, estão abarcadas pela política de assistência estudantil (BRASIL, 2014).

O PNAES é um programa do governo federal regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010 e dispõe sobre as ações de assistência estudantil no âmbito das IFES. Sancionado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o PNAES tem dotações orçamentárias anuais, específicas para o cumprimento da política. São objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES:

Art. 2º São objetivos do PNAES:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010, s.p.).

O artigo 3º do PNAES prevê a sua implementação articulada com o ensino, pesquisa e extensão. Além disso, delimita o público alvo da política entre os estudantes matriculados nas graduações presenciais das IFES. Por fim, aponta para o desenvolvimento de ações, com vistas a atingir os objetivos nas áreas de:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche;
- IX - apoio pedagógico; e
- X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010, s. p.).

O PNAES delega às IFES a definição de critérios e metodologias próprios para realizar a seleção dos estudantes que serão atendidos pela política, destacando que devem ser atendidos prioritariamente estudantes com renda per capita de até um salário mínimo e meio e que tenham estudado em escolas da rede pública durante a educação básica (BRASIL, 2010).

O Plano Nacional de Assistência Estudantil, desenvolvido através de diversas discussões do FONAPRACE, possui algumas diretrizes, como a realização de uma pesquisa para a atualização do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das graduações das IFES, que deve ser feita a cada quatro anos. Através do resultado da pesquisa, são redimensionadas as ações das IFES, para que os projetos atendam às necessidades do estudante, seguindo áreas estratégicas (FONAPRACE, 2012).

A IV Pesquisa Nacional de Perfil dos Discentes das Instituições Federais de Ensino Superior, realizada em 2014, pelo FONAPRACE (2016), tem por finalidade qualificar as heterogeneidades que existem entre os estudantes e, a partir da pesquisa, utilizar os dados na formulação de políticas de equidade nas IFES. A pesquisa demonstra uma mudança no perfil dos estudantes após a adesão ao Enem como forma de ingresso nas universidades, ao Sisu e à Lei de Cotas, a partir de 2013.

A IV pesquisa foi realizada pelo Centro de Pesquisas Econômico-Sociais (CEPES), do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Contou com a participação de 62 IFES, dentre as 64 que o FONAPRACE havia delimitado como alvo da pesquisa. Participaram da pesquisa 939.604 discentes, que responderam a um questionário, através de um sistema de coleta de dados. A amostra foi obtida através de auto-seleção. Neste sentido, os estudantes tiveram acesso ao questionário e decidiam se desejavam participar da pesquisa, tratando-se de uma amostragem não aleatória. Cada IFES teve autonomia para a divulgação do questionário da pesquisa entre os discentes, com o objetivo de conseguir a maior participação possível. O universo de estudantes da UFJF era de 15.823 e obteve a amostra de

participação de 3.901 estudantes, correspondendo a 24,65% do total dos seus estudantes (FONAPRACE, 2016).

A IV Pesquisa Nacional de Perfil dos Discentes das Instituições Federais de Ensino Superior apresenta dados relevantes para considerar o desenvolvimento de um projeto voltado para o desenvolvimento do esporte pela PROAE. A Tabela 1 aponta a participação crescente do sexo feminino entre os discentes nos últimos anos, enquanto a composição da população brasileira, mesmo que tenha uma porcentagem mais elevada de mulheres, se manteve estável no mesmo período (FONAPRACE, 2016).

Tabela 1 - Graduandos e população brasileira segundo o sexo – 1996 a 2014 (%)

Sexo	Pesquisa	1996	2003	2010	2014
Feminino	IFES	51,44	53	53,51	52,37
	PNAD/Censo	51,2	51,22	51,03	51,56
Masculino	IFES	48,56	47	46,49	47,47
	PNAD/Censo	48,8	48,78	48,9	48,44
Sem declaração	IFES	-	-	-	0,16

Fonte: adaptado pela autora, a partir dos dados de FONAPRACE (2016).

A idade média dos estudantes de graduação das IFES, nas pesquisas de 1996, 2003 e 2010, foi de aproximadamente 23 anos, conforme pode se observar na Tabela 2. Na pesquisa de 2014, esta média aumentou para 24,5. Tal elevação pode ser observada com o aumento, em 2010 e mais expressivamente em 2014, do número de estudantes com idade entre 25 a 29 anos e com idade superior a 30 anos em 2014 (FONAPRACE, 2016).

Tabela 2 - Graduandos segundo a faixa etária – 1996 a 2014 (%)

Idade	1996	2003	2010	2014
Menor que 20 anos	21,41	23,8	16,8	14,94
De 20 a 24 anos	53,77	53,8	57,73	51,92
De 25 a 29 anos	14,6	12,5	16,39	18,36
Igual ou maior que 30 anos	10,22	9,9	9,08	14,72

Fonte: FONAPRACE (2016, p. 3).

De acordo com a pesquisa do FONAPRACE (2016), mais de 60% dos estudantes matriculados nos cursos de graduação das IFES em 2014 eram estudantes que cursaram o ensino médio exclusivamente em escolas públicas. Este dado, que pode ser observado na Tabela 3, demonstra a mudança do perfil dos discentes, bem como o resultado de ações afirmativas, como a política de cotas para o acesso ao ensino superior.

Tabela 3 - Graduandos segundo o tipo de escola em que cursaram o ensino médio – 2014

Tipo de escola em que cursou o ensino médio	%
Somente em escola pública	60,16
Maior parte em escola Pública	3,86
Maior parte em escola Particular	4,49
Somente em escola particular	31,49

Fonte: adaptado pela autora, a partir dos dados de FONAPRACE (2016).

A Tabela 4 apresenta um comparativo entre a porcentagem de graduandos e da população brasileira, segundo cor ou raça. Em um período de pouco mais de 10 anos, a participação de brancos baixou de quase 60% para 45,67%. Entre os pardos, esta participação subiu quase 10 pontos percentuais. Entre os pretos, a participação subiu de 5,90% para 9,82%. Somados, pretos e pardos, a participação passa de 34,20% para 47,57%. É possível perceber uma mudança na composição da sociedade brasileira que possivelmente está relacionada a uma mudança na autodeclaração (FONAPRACE, 2016).

Tabela 4 - Graduandos e população brasileira, segundo Cor ou Raça – 1996 a 2014 (%)

Cor ou Raça	Pesquisa	1996	2003	2010	2014
Amarela	IFES	-	4,5	3,06	2,34
	PNAD/Censo	0,42	0,44	1,09	0,49
Branca	IFES	-	59,4	53,93	45,67
	PNAD/Censo	55,24	51,96	47,73	45,48
Parda	IFES	-	28,3	32,08	37,75
	PNAD/Censo	38,19	41,47	43,13	45,05
Preta	IFES	-	5,9	8,72	9,82
	PNAD/Censo	5,97	5,93	7,61	8,58
Indígena	IFES	-	2	0,93	0,64
	PNAD/Censo	0,16	0,19	0,43	0,4
Outra	IFES	-	-	1,28	-
	PNAD/Censo	-	-	-	-
Sem declaração	IFES	-	-	-	3,78
	PNAD/Censo	0,02	0	0	0

Fonte: FONAPRACE (2016, p. 4).

Na tabela 5, observa-se a comparação da distribuição de renda familiar dos estudantes em 2010 e 2014, percebe-se o aumento no número de estudantes que se declaram sem renda ou com renda de até três salários mínimos. Esta proporção era próxima de 40% em 2010 e superior a 51% em 2014. Ocorreu, neste período, uma significativa mudança no perfil dos estudantes nas IFES, com a elevação do número entre aqueles com menor renda familiar. Entre os estudantes que possuem renda superior a sete salários mínimos percebe-se uma

redução significativa. Em 2010 correspondiam a 30,32% e em 2014, a 19,26% (FONAPRACE, 2016).

**Tabela 5 - Graduandos segundo Renda Bruta Familiar em faixas salariais – 2010 a 2014
(Freq. e Porcentagem)**

Faixas salariais		2010	2014
Não tem renda	Freq.	2.953	9.969
	%	0,45	1,06
Até meio salário mínimo	Freq.	4.134	14.611
	%	0,63	1,56
Mais de ½ a 1 salário	Freq.	47.572	99.505
	%	7,25	10,59
Mais de 1 a 2 salários	Freq.	119.029	220.229
	%	18,14	23,44
Mais de 2 a 3 salários	Freq.	93.110	138.870
	%	14,19	14,78
Mais de 3 a 4 salários	Freq.	68.241	87.615
	%	10,4	9,32
Mais de 4 a 5 salários	Freq.	48.884	83.141
	%	7,45	8,85
Mais de 5 a 6 salários	Freq.	44.357	61.583
	%	6,76	6,55
Mais de 6 a 7 salários	Freq.	28.806	43.234
	%	4,39	4,6
Mais de 7 a 8 salários	Freq.	29.331	26.835
	%	4,47	2,86
Mais de 8 a 9 salários	Freq.	16.798	26.655
	%	2,56	2,84
Mais de 9 a 10 salários	Freq.	43.110	27.782
	%	6,57	2,96
Mais de 10 salários	Freq.	109.711	99.574
	%	16,72	10,6
Total	Freq.	656.167	939.604
	%	100	100

Fonte: adaptado pela autora, a partir dos dados de FONAPRACE (2016).

O número de estudantes que trabalha de forma remunerada ou não remunerada apresentado na Tabela 6 é relevante (35,39%) e deve ser considerado pelas IFES no desenvolvimento de projetos voltados para os graduandos.

Tabela 6 - Graduandos em situação de trabalho (em %) – 2014

Situação de trabalho	%
Sim, tenho um trabalho remunerado	32,94
Sim, tenho um trabalho não remunerado	2,45
Não trabalho e NÃO estou à procura de trabalho	30,27
Não Trabalho e ESTOU à procura de trabalho	34,34

Fonte: adaptado pela autora, a partir dos dados de FONAPRACE (2016).

A internet é a principal fonte de informação dos graduandos, sendo utilizada por 9 em cada 10, conforme a Tabela 7 (FONAPRACE, 2016). Reconhecer a internet como principal fonte de informação entre os graduandos permite que as ações das IFES, relacionadas a divulgação, conscientização, participação e outras ações necessárias para informar os estudantes, sejam veiculadas, prioritariamente, através deste canal.

Tabela 7 - Graduandos segundo a principal fonte de informação – 2014

Principal fonte de informação	%
Internet	90,37
Mídia impressa (jornal; revista; etc.)	1,93
Rádio	0,53
Televisão (telejornal e outros programas)	5,7
Outros	1,47

Fonte: adaptado pela autora, a partir dos dados de FONAPRACE (2016).

A pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES, realizada pelo FONAPRACE (2016), apresenta outros dados relevantes, inclusive por região. A partir de tais informações, é possível estabelecer algumas relações entre estes diversos dados e sua evolução ao longo do tempo, possibilitando uma visão geral para o desenvolvimento das ações na área da assistência estudantil. Entretanto, estes dados não serão abordados nesta pesquisa, devido ao foco que está sendo dado ao eixo dos esportes.

Através da IV Pesquisa Nacional de Perfil dos Discentes das Instituições Federais de Ensino Superior, realizada em 2014, são apresentados indicadores que permitem afirmar que o ensino superior federal se tornou mais acessível e inclusivo. Os gestores têm a possibilidade e a responsabilidade, neste novo cenário, de promover a diminuição da desigualdade no país, oferecendo condições para que os discentes, em vulnerabilidade social, tenham as mesmas oportunidades que os demais (FONAPRACE, 2016).

O enfoque nas áreas estratégicas do PNAES é importante para promover igualdade de condições entre os estudantes, e o foco no auxílio financeiro contribui na questão da desigualdade econômica, mas não é suficiente para a redução de outras formas de desigualdade, como o acesso à educação, cultura e saúde (ASSIS, 2013). Utilizando a mesma

abordagem, pode-se dizer que o auxílio financeiro não é suficiente para a redução da desigualdade de acesso ao esporte, lazer e atividade física.

Os programas com maior percentual de utilização são os de manutenção básica, como moradia, alimentação e auxílios financeiros. Nos demais programas para a promoção da inserção social, existem baixos percentuais de participação dos estudantes, devido à insuficiente oferta (FONAPRACE, 2012 *apud* ASSIS, 2013, p.47).

Conforme Nascimento e Arcoverde (2012 *apud* DUTRA; SANTOS, 2017, p.166), existe uma tendência à “bolsificação” nas ações de assistência estudantil. De acordo com Moraes e Lima (2011 *apud* DUTRA; SANTOS, 2017, p.170) este processo decorre da assistencialização que ocorre nas políticas sociais. A centralização nas ações, voltadas para o pagamento de bolsas, negligencia o debate com os estudantes para a verificação de suas reais necessidades.

As necessidades humanas são complexas e não apenas básicas, como alimentação, moradia e transporte. Para proporcionar uma formação ampliada aos estudantes, deve-se desenvolver ações e projetos que atendam à saúde física e mental, à formação cidadã, cultural, assim como contemplem outros elementos importantes, a citar: esporte, lazer, acessibilidade, inclusão digital, ensino de línguas estrangeiras, apoio pedagógico e outras ações que possibilitem uma formação acadêmica plena, voltada para a consciência crítica. Nesta perspectiva, é fundamental desenvolver ações de assistência básica e de assistência ampliada, a partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, estando elas voltadas para a melhoria do desempenho acadêmico e para a qualidade de vida do estudante (FONAPRACE, 2012 *apud* DUTRA; SANTOS, 2017, p.170).

Trindade (2016), em pesquisa realizada na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da UFJF, verificou que havia um equívoco por parte da instituição e dos estudantes em relação ao conceito de assistência estudantil. Para a autora, este equívoco era ligado à forma como a universidade transmitia a sua concepção sobre o assunto, uma vez que a instituição enfatizava o apoio financeiro em detrimento das demais ações. Trindade (2016) aponta para a necessidade de ressignificar a visão dos gestores, servidores e estudantes sobre o conceito de assistência estudantil.

Conforme Assis (2013), não existe um perfil detalhado dos beneficiários da assistência estudantil da UFJF, o que inviabiliza a avaliação das necessidades dos estudantes e o fornecimento de informações que auxiliem na reformulação e implementação de novas ações.

De acordo com Trindade (2016), o perfil do estudante que ingressa na UFJF e suas necessidades não foram sistematizados até o momento. Desenvolver a pesquisa do perfil do

estudante da UFJF traria novas informações necessárias para a definição de programas e projetos, assim como auxiliariam no reconhecimento das necessidades do discente.

Assis (2013) sugere a necessidade de um mapeamento para identificar setores com os quais a PROAE possa estabelecer parcerias para a ampliação da política e a realização de ações nas áreas atualmente não atendidas pela Pró-Reitoria para o cumprimento do PNAES.

Conforme Pinto et al. (2015), para o cumprimento do Decreto nº 7.234/2010, deve haver um acompanhamento e avaliação do Programa de Assistência Estudantil. Neste sentido, os autores indicam que é essencial que a UFJF desenvolva e formalize mecanismos de monitoramento e avaliação da política.

Conforme Dutra e Santos (2017) disputam espaço atualmente duas concepções de assistência estudantil. Uma é mais restrita e possui uma visão mais seletiva sobre o público-alvo a ser atendido, estando ela voltada para o atendimento de necessidades básicas de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Nela, a gestão ocorre de forma centralizada aos pró-reitores. A outra é mais abrangente e considera um público alvo universal, com a realização de abordagens amplas de atendimento às necessidades dos estudantes. Além disso, a gestão é realizada de forma democrática.

Para Dutra e Santos (2017), a gestão da assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior pode ser realizada de forma centralizada, reservada aos pró-reitores da área. Ou pode ser democrática, havendo a participação de estudantes e técnicos-administrativos, que podem contribuir para aproximar a assistência estudantil às necessidades dos estudantes, possibilitando reflexões, sob o olhar do usuário e do profissional, que possui conhecimentos específicos, de forma a garantir uma assistência estudantil ampla, além do desenvolvimento de projetos e ações nas diversas áreas do PNAES.

O PNAES tem como objetivos: i) a democratização das condições de permanência na educação superior; ii) diminuição das desigualdades; iii) redução da retenção e evasão e iv) a inclusão social pela educação. Além disso, ele prevê o esporte como uma das áreas de atuação necessárias para se atingir este objetivo (BRASIL, 2010).

O esporte está elencado juntamente com a área de abrangência da cultura, lazer e esporte, conforme pode ser observado no Quadro 1, que apresenta as Áreas Estratégicas do PNAES. Possui como linha temática “Acesso a ações de educação, esportiva, recreativa e de lazer” (FONAPRACE, 2012).

Quadro 1 - Áreas Estratégicas do PNAES

Áreas	Linhas Temáticas	Órgãos Envolvidos
Permanência	<ul style="list-style-type: none"> - Moradia - Alimentação - Saúde (física e mental) - Transporte - Creche - Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Ensino - Pesquisa - Extensão
Desempenho Acadêmico	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsas - Estágios remunerados - Ensino de Línguas - Inclusão Digital - e - Fomento à participação político-acadêmica. - Acompanhamento psico-pedagógico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa, extensão. - Públicos com órgãos públicos e entidades com fins sociais.
Cultura, Lazer e Esporte	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais - Acesso a ações de educação, esportiva, recreativa e de lazer. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa, extensão e cultura. Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil.
Assuntos da Juventude	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação profissional, sobre mercado de trabalho. - Prevenção a fatores de risco - Meio ambiente - Política, Ética e Cidadania - Saúde, Sexualidade e Dependência Química. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil.

Fonte: FONAPRACE (2012, p. 69).

A pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes indica parâmetros para o desenvolvimento de projetos nas instituições. Ao longo da história, as ações voltadas para a assistência estudantil surgiram das demandas apresentadas pelos estudantes. O resultado das pesquisas orienta a necessidade de adequação de oferta, quantidade e qualidade de serviços aos discentes (FONAPRACE, 2012).

Para Oliveira (2012, apud FONAPRACE, 2012, p.187-188), nos últimos anos o esporte voltado para a participação recebeu destaque devido a uma ruptura com o padrão de rendimento e performance. Neste cenário, o esporte e o lazer passaram a ser reconhecidos pela sociedade como fatores de desenvolvimento social da humanidade. Esporte e lazer, vistos como manifestações culturais a serem realizadas no tempo livre, mobilizam o potencial para as atividades educativas e sociais no ambiente universitário.

Ainda que reconhecido como importante para a permanência no curso superior e atenção integral à saúde, as ações relativas ao esporte como forma de assistência estudantil

são quase inexistentes. As ações para a permanência do estudante tendem a se concentrar no fomento às bolsas e atenção à saúde (OLIVEIRA, 2012 *apud* FONAPRACE, 2012, p.188).

As Associações Atléticas e Centros Acadêmicos organizam atividades de lazer e esportivas, contidas em campeonatos esportivos de modalidade tradicional. Estas atividades ficam restritas aos estudantes que possuem habilidades esportivas e podem pagar por mensalidades e despesas de manutenção das equipes. Os estudantes em situação de vulnerabilidade econômica encontram dificuldade de acesso às atividades de lazer, como festas e atividades esportivas, que tendem a ser pagas, o que compete um caráter elitista ao esporte na universidade (OLIVEIRA, 2012 *apud* FONAPRACE, 2012, p.188).

Torna-se necessário refletir sobre a inclusão do estudante em vulnerabilidade econômica nas atividades de esporte e lazer, construindo propostas que despertem o interesse e superem a lógica de mercadorização do esporte, apontando para concepções críticas que permitam o acesso democrático à atividade esportiva e de lazer entre os universitários (OLIVEIRA, 2012 *apud* FONAPRACE, 2012, p.189).

Conforme Oliveira (2012 *apud* FONAPRACE, 2012, p.189), as pesquisas do FONAPRACE indicam que os estudantes participam pouco de ações que possuem caráter social, artístico-cultural, político e esportivo. Acredita-se que estas condições ocorrem em virtude da baixa disponibilização destas atividades pelas IFES, não se tratando, portanto, de um reflexo das condições de vulnerabilidade socioeconômicas dos estudantes. Deve-se propor políticas e programas que ofereçam oportunidades de acesso ao esporte e lazer, atendendo ao que é estabelecido pelo PNAES e pela Constituição, para a garantia dos direitos fundamentais do cidadão.

Conforme o artigo 217 da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado fomentar as práticas desportivas, formais ou não, enquanto direito de cada um, destinando os recursos públicos prioritariamente para a promoção do desporto educacional e promovendo o lazer como forma de promoção social (BRASIL, 1988).

Na Tabela 8 são apresentados os programas oferecidos pelas IFES, assim como a porcentagem de participação dos graduandos. Percebe-se o destaque realizado pelas IFES para os programas voltados aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica (FONAPRACE, 2016).

Tabela 8 - Graduandos segundo a participação em programas de assistência ao estudante, oferecidos pelas IFES – 2014

Participação em programas de assistência ao estudante	Porcentagem
Alimentação (acesso ao RU com ou sem bolsa, ou auxílio financeiro)	44,22%
Inclusão digital (acesso a dispositivos, como computadores, tablets ou cursos)	22,54%
Transporte	18,39%
Bolsa Permanência	15,20%
Moradia (acesso à moradia estudantil, bolsas ou auxílio financeiro)	11,74%
Bolsa da própria universidade para permanência	11,36%
O Programa de Bolsa Permanência do MEC	4,35%
Creche ou Auxílio creche	0,46%
Promisões ⁷⁷ / PEC-G (programa de bolsa a estudantes estrangeiros)	0,48%
Cultura (apoio para participação ou organização de eventos, aquisição de materiais)	10,07%
Esporte e Lazer (bolsa, apoio financeiro para participação em atividades, aquisição de materiais ou atividades de esporte e lazer oferecidas pela instituição)	3,97%
Atendimento Psicológico	5,05%
Atendimento médico	9,00%
Atendimento odontológico	4,58%
Apoio Pedagógico	5,46%
Apoio aos estudantes com deficiência (acesso às tecnologias assistidas, apoio financeiro, tutor, monitor e intérprete)	1,13%

Fonte: adaptado pela autora a partir de FONAPRACE (2016).

O programa com maior percentual de acesso é o de Alimentação, havendo a utilização dos RUs por 44,22% dos estudantes com ou sem bolsa. O Programa de Inclusão Digital, que promove o acesso a computadores, tablets e cursos, é o segundo mais utilizado entre os estudantes, com a participação de 22, 54% (FONAPRACE, 2016).

O acesso aos programas de transporte, Programa Bolsa Permanência, moradia e bolsa própria da universidade e demais auxílios financeiros se apresentam na sequência como os mais utilizados, evidenciando o caráter monetário da política de assistência estudantil, a partir do pagamento de bolsas (FONAPRACE, 2016).

As atividades culturais possuem participação de 10,07%. Os programas de saúde, quando somados, representam um total de 18,63% de participação entre os estudantes. Os programas de apoio pedagógico e apoio aos estudantes com deficiência somados representam uma participação de apenas 6,59% dos estudantes (FONAPRACE, 2016).

Os programas de Esporte e Lazer representam 3,97% de participação entre os estudantes, o que demonstra a baixa oferta destas atividades nas IFES (FONAPRACE, 2016).

Nas Tabelas 9 e 10 são apresentados dados sobre a frequência com que os estudantes praticam atividade física e se a universidade oferece condições para a realização desta. Apenas 10,88% dos estudantes respondeu praticar atividade física diariamente, 19,08% praticam pelo menos três vezes na semana, e 9,08% ao menos uma vez por semana,

totalizando 39,04% de estudantes que praticam atividade física regular. Responderam praticar atividade física ocasionalmente 31,72% dos estudantes, e 29,23% não praticam atividade física. Somados, os estudantes que não praticam atividades físicas regularmente corresponde a 60,96% (FONAPRACE, 2016).

Tabela 9 - Graduandos segundo a frequência com que praticam atividade física – 2014

Frequência com que praticam atividade física	%	Nº de alunos
Diariamente	10,88	102.188
Pelo menos três vezes por semana	19,08	179.317
Uma vez por Semana	9,08	85.347
Ocasionalmente	31,72	298.075
Não pratica	29,23	274.677
TOTAL	100	939.604

Fonte: adaptado pela autora a partir de FONAPRACE (2016).

Perguntados se as IFES possuem condições para a prática de esporte ou lazer, 32,36% dos estudantes afirmaram que não. A falta de condições para o desenvolvimento da prática de atividades físicas possui implicações na permanência, bem-estar e qualidade de vida do estudante (FONAPRACE, 2016).

Tabela 10 - Resposta dos graduandos sobre as condições para a prática de atividade física na universidade – 2014

Se a universidade provê condições para a prática de atividade física	Freq.	%
Sim, pois a universidade oferece boas condições;	129.125	13,74
Sim, porém a universidade não oferece boas condições;	93.875	9,99
Não, pois a universidade não oferece boas condições;	210.220	22,37
Não, por escolha própria;	231.707	24,66
Não se aplica.	274.677	29,23
TOTAL	939.604	100

Fonte: adaptado pela autora a partir de FONAPRACE (2016).

Embora as ações de assistência estudantil na área dos esportes tenham sido apresentadas apenas recentemente, através da Portaria Normativa nº 39/2007, do Ministério da Educação, e em seguida, através do Decreto nº 7.234/2010, que regulamenta o PNAES, o esporte universitário está presente na história brasileira e recebeu atenção do governo federal em diversos momentos, sendo editadas regulamentações neste sentido.

Na discussão sobre o esporte enquanto ação de assistência estudantil, torna-se necessária uma reflexão sobre os objetivos dos Jogos Universitários Brasileiros e sua história na universidade. Embora as universidades tenham uma baixa oferta de programas de esporte e lazer (3,97%), conforme aponta a pesquisa do FONAPRACE (2016), a participação em atividades esportivas de competição existe. Desta forma, deve-se realizar uma reflexão sobre

as atividades esportivas desenvolvidas pelas Associações Atléticas, como os treinamentos e as competições, verificando as possibilidades destas ações no contexto da assistência estudantil.

Existe o debate, dentro dos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), em relação aos seus objetivos. Durante os anos, esta discussão ocorreu e, dependendo da visão dominante entre os realizadores dos jogos, eles tiveram finalidades diversas, como à integração, à valorização de conceitos esportivos, vida saudável ou a formação de atletas (BORGES; BUONICORE, 2007).

A discussão sobre a finalidade dos jogos se divide entre a descoberta de talentos e no desenvolvimento de objetivos educacionais, abarcando a participação, promoção da qualidade de vida e inclusão social. Tal debate é tenso e perpassa a história dos jogos, tendo ambas as ideias a presença de defensores. Durante o regime militar e uma parte do período de abertura democrática, a preocupação com o alto rendimento teve destaque. Nos congressos que aconteciam em algumas edições dos JUBs, foram realizados, entre outras pautas, debates sobre a finalidade dos jogos. Esta tensão gerou, em alguns momentos, propostas variadas de reformas e alternativas para contemplar os princípios sócio-educativos (BORGES; BUONICORE, 2007).

Borges e Buonicore (2007) realizaram um resgate da memória dos JUBs. Conforme os autores a realização dos JUBs, desde o seu nascimento, em 1935, passou por governos e políticas diversas e recebeu pressões do setor esportivo, da sociedade e dos órgãos do Governo Federal. Em 1916, ocorreram as primeiras competições entre universitários de São Paulo e Rio de Janeiro, mas, apenas em 1935, aconteceu a primeira competição entre cinco estados e o Distrito Federal.

O órgão responsável pelas políticas públicas esportivas passou por várias mudanças ao longo dos anos, o que nos permite perceber as mudanças de percepção do Estado e da sociedade sobre os jogos em diferentes momentos da história (BORGES; BUONICORE, 2007):

(...) em 13 de março de 1937 foi criada, através da Lei n. 378, a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que teve à frente diversas personalidades ligadas ao exército brasileiro; em 1970 a divisão foi substituída pelo Departamento de Educação Física e Desportos; em 1978 o departamento foi transformado em Secretaria de Educação Física e Desporto, ainda ligada ao Ministério da Educação, a qual teve à frente diversos educadores da área esportiva de nosso país; em 1990 esse órgão é substituído pela Secretaria de Desportos da Presidência da República, perdendo o vínculo administrativo com o Ministério da Educação; com o impeachment de Collor o esporte volta a ser vinculado ao Ministério da Educação através da Secretaria de Desportos; em 1995 é criado, pelo então

presidente Fernando Henrique Cardoso, o Ministério de Estado Extraordinário do Esporte – cujo secretário foi Édson Arantes do Nascimento, o Pelé –, sendo entretanto mantida a Secretaria de Desportos do MEC até o mês de março, período em que passou a ser chamada de Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp), ainda vinculado ao MEC mas subordinado ao novo Ministério; em 1998 foi criado, também pelo presidente Fernando Henrique, o Ministério de Esporte e Turismo, por meio de Medida Provisória; em 2000 o Indesp é substituído pela Secretaria Nacional de Esporte, assumida pelo esportista Lars Schmidt Graef; em 2003 o presidente Luís Inácio Lula da Silva cria o Ministério do Esporte, desvinculando-o da pasta do Turismo. Esse ministério teve até hoje como titulares Agnelo Queiroz e Orlando Silva Junior (BORGES; BUONICORE, 2007, p. 16-17).

No período em que surgiram os jogos educacionais brasileiros, o esporte de desempenho era predominante no mundo. Assim, mesmo nas escolas, ocorria a reprodução das práticas esportivas de rendimento. Excetuando isso, existia apenas a recreação. O uso político-ideológico do esporte predominava. Existia, no movimento esportivo internacional, a busca por resultados. Neste âmbito, os jogos educacionais brasileiros também adotaram a busca por resultados, acompanhando o que ocorria no restante do mundo (GOMES-TUBINO, 2006 *apud* BORGES; BUONICORE, 2007, p.20-21).

Em contraposição a esse modelo esportivo presente no mundo, voltado para o rendimento, a *Carta Internacional de Educação Física e Esporte*, elaborada pela UNESCO em 1978, aponta as práticas esportivas como direito de todos. A Constituição Federal do Brasil de 1988 acompanhou o posicionamento adotado pela UNESCO e fez a diferenciação entre atividades esportivas formais e não-formais, entre esporte amador e profissional. O entendimento de que a prática esportiva era um direito universal acendeu os debates sobre a diferenciação entre o esporte escolar e esporte de rendimento (BORGES; BUONICORE, 2007).

Durante o Governo de Getúlio Vargas em 1930, foi desenvolvido o Estatuto das Universidades Brasileiras. Constavam, no documento, recomendações de que os estudantes tivessem associações e houvesse a reserva orçamentária para estimular estas associações. Deveria ser realizada assistência material ou espiritual; estímulo a competições, esportes, comemorações ou iniciativas sociais. Recomendava também que os Diretórios Centrais dos Estudantes desenvolvessem ações de diferentes vertentes, incluindo as atividades esportivas (CANTARINO FILHO, 1998 *apud* BORGES; BUONICORE, 2007, p.23).

Conforme Borges e Buonicore (2007), em agosto de 1939, ocorreu uma reunião entre os representantes das Federações Universitárias de Esportes regionais. Dentre as conclusões, apontaram a necessidade de criação de uma entidade nacional de esportes que reunisse as

federações universitárias esportivas. Em setembro do mesmo ano, foi realizado o I Congresso Brasileiro de Desportos Universitários e foi criada a Confederação Universitária Brasileira de Esportes (Cube). Em 1940, a Cube realizou o III Congresso Brasileiro de Desportos Universitários e foi feita uma alteração de nome, passando a se denominar Confederação Brasileira do Desporto Universitário.

Em 14 de abril de 1941, o governo de Getúlio Vargas criou o Conselho Nacional de Desportos, através do Decreto-Lei nº 3.199, de 13 de abril de 1941 (BRASIL, 1941). O Conselho tinha, dentre as suas atribuições, a organização e administração das associações esportivas brasileiras. Além disso, deveria tornar o desporto eficiente na educação física e espiritual da juventude, assim como expressão da cultura e energia nacionais. Em 15 de setembro do mesmo ano, através do Decreto-Lei n. 3671, foi criada a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU) que tornou-se o órgão máximo do esporte universitário. As competições de âmbito nacional foram oficializadas e receberam a denominação de Jogos Universitários Brasileiros. Toda a base de organização do esporte universitário partiu deste decreto, que também obrigava as instituições de ensino superior a construir praças esportivas. Além disso, tal normativa regulamentou a criação das associações atléticas acadêmicas, ligadas aos centros acadêmicos, que deveriam estar voltadas para a prática de esportes e realização de competições esportivas (BORGES; BUONICORE, 2007).

A CBDU desenvolvia as suas atividades de modo a aproximar-se da UNE e do DCE da Universidade do Brasil, chegando a solicitar, conjuntamente, a utilização de um edifício ao presidente Vargas, demanda que foi atendida em agosto de 1942. O DCE, a UNE e a CBDU passaram a funcionar em andares diferentes dentro do mesmo prédio (POERNER, 1995 *apud* BORGES; BUONICORE, 2007, p.26).

Durante a ditadura militar, em 1975, a Lei nº 62.951 reorganizou o esporte universitário e transformou as Associações Atléticas em entidades autônomas, não mais ligadas aos centros acadêmicos, e responsáveis pela prática e organização do esporte universitário (BORGES; BUONICORE, 2007).

O esporte universitário foi alterado pelas leis Zico (nº 8.672/1993) e Pelé (nº 9.615/1998). As atléticas passaram a ter autonomia para promover competições acadêmicas, podendo ser dirigidas ou não por acadêmicos. Dentro dos estados, as atividades desportivas universitárias que ocorriam eram de responsabilidade das Federações Universitárias Estaduais, e a CBDU era responsável pelo Esporte Universitário em todo o país. Após 1999, os JUBs passaram a ser disputados por instituição de ensino superior. Até então, havia a disputa entre seleções estaduais (BORGES; BUONICORE, 2007).

Em 2005 ocorreu a formação do consórcio de gestão de jogos, uma parceria entre o Ministério do Esporte, o Comitê Olímpico Brasileiro, as Organizações Globo de Comunicação e a CBDU, para a organização do JUBs, que passou a ser chamado de Olimpíadas Universitárias/JUBs (BORGES; BUONICORE, 2007).

Conforme Borges e Buonicore (2007) atualmente não ocorre articulação entre a UNE e a CBDU. Para os autores, a documentação histórica analisada permite afirmar que este distanciamento foi realizado durante os regimes militares, para evitar que os jogos tivessem sentido político e de lutas estudantis. Durante os governos militares, mesmo havendo esforços para que as atividades dos JUBs fossem desvinculadas de caráter político, ocorreram gritos em favor das Diretas Já no ano de 1984 (BORGES; BUONICORE, 2007).

De acordo com Borges e Buonicore (2007), a CBDU nasceu ligada ao movimento estudantil. Ela não deve apenas organizar o esporte educacional, mas realizar o debate sobre a relação entre o esporte e a educação, democratizar o acesso ao esporte universitário e aproximar as demandas da sociedade e das políticas de estado.

Os jogos universitários compõem parte da história do desporto nacional. Neste contexto, eles fazem parte da tradição esportiva presente no país, criando um patrimônio cultural, conforme atuam na formação da cultura corporal e esportiva (BORGES; BUONICORE, 2007).

De acordo com Borges e Buonicore (2007), a modificação nas modalidades esportivas, presente nos JUBs ao longo dos anos, é perceptível. Tal alteração reflete as demandas da sociedade por novas modalidades, mas também se tornou influenciadora na incorporação de novas atividades na cultura desportiva nacional:

Isso pode ser constatado através de um exame das modalidades esportivas que compuseram, ao longo dos tempos, os Jogos Universitários e Escolares. Boa parte delas tem seu percurso intimamente relacionado à história dos Jogos. É o caso do atletismo, do pólo aquático, do tênis de mesa e do xadrez. Há mesmo modalidades que praticamente foram introduzidas no país através dos jogos estudantis, como é o caso do handebol. Outras – como a esgrima – se não foram introduzidas pelos Jogos, no mínimo receberam deles um impulso importante. O exame da história também revela esportes que, com o tempo, e por motivos diversos, foram desaparecendo do “cardápio” dos Jogos, como ocorreu com as competições de vela, com os saltos ornamentais e com a própria esgrima – não significando isso, porém, que essas modalidades não tenham sido impulsionadas, mesmo que em seus tempos primordiais, pelos Jogos. Em contrapartida ao progressivo “desaparecimento” destas, e refletindo a diversificação da cultura esportiva nacional, outras modalidades foram sendo incorporadas, como são os exemplos do ciclismo, do futebol de areia, da capoeira e até do taekwondô (BORGES; BUONICORE, 2007, p. 125-126).

Os jogos se integram à vida social e política, e terminam por refletir o contexto que ocorre em cada época. O formato das cerimônias, resoluções, juramentos de atletas, entre outros procedimentos que foram adotados durante os JUBs, nos permitem perceber os diferentes projetos governamentais que estavam em andamento. Pode-se observar nos discursos de autoridades, nas cerimônias de abertura, por exemplo, até os anos 1970, que existia a exaltação à Pátria, enquanto nos anos 1980 e 1990, falas sobre o espírito esportivo se tornam mais presentes (BORGES; BUONICORE, 2007).

Com o modelo de disputa entre instituições adotado a partir de 2004 pelo JUBs, as universidades privadas aplicaram recursos para o financiamento de mega-times, como forma de divulgação. Os jogos se transformaram em negócio, associando o ensino oferecido nas instituições ao rendimento dos atletas. Esta situação estimula a competição e prejudica a democratização do acesso ao esporte universitário. O número de instituições participantes nos JUBs de 2005 demonstra a crescente participação das universidades particulares no evento: 03 municipais, 12 estaduais, 24 federais e 150 particulares (BORGES; BUONICORE, 2007).

1.2 A UFJF E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Universidade Federal de Juiz de Fora, fundada em 1960, por ato do presidente Juscelino Kubitschek, foi formada a partir do agrupamento de estabelecimentos de ensino superior existentes em Juiz de Fora. Somente no ano de 1969 foi instituída a Cidade Universitária nos moldes atuais. Inicialmente, a UFJF foi formada pelos cursos de Ciências Econômicas, Direito, Engenharia, Farmácia, Medicina e Odontologia (UFJF, 2016a).

Universidade pública com sede em Juiz de Fora (MG) e campus avançado em Governador Valadares (MG), a Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF é centro de referência científica e cultural da região. Possui cursos em todas as áreas do conhecimento e, atualmente, conta com 93 cursos de graduação, 36 de mestrado e 17 de doutorado, contabilizando mais de 23 mil alunos entre os cursos presenciais e à distância (UFJF, 2016e). O campus de Governador Valadares é recente e ainda está em construção. As atividades do campus foram iniciadas em 2012 em dependências provisórias (UFJF, 2016b).

A UFJF começou a regulamentar seu programa de assistência estudantil no ano de 1996, com a Resolução do Conselho Universitário nº 10, de 12 de fevereiro do mesmo ano (PINTO et al., 2015). Porém, em 1963, logo após a sua criação, já contava com ações de

assistência estudantil que consistiam no pagamento de bolsas de estudo para atender prioritariamente às necessidades materiais do aluno. O Provimento nº 01/1963 instituiu a Comissão de Bolsas de Estudo e esclareceu critérios para a sua concessão. As inscrições eram realizadas nas faculdades, através do preenchimento de fichas pelos candidatos, e enviadas à reitoria. Neste período não existia um órgão específico para gerir a distribuição das bolsas, que era realizada diretamente pelo Reitor (UFJF, 1998). Ano a ano, ocorreu o desenvolvimento institucional das ações de assistência estudantil na UFJF, até que, em 31 de janeiro de 2011, foi publicada a Resolução CONSU nº 03, que alterou a estrutura administrativa dos órgãos da Administração Superior da UFJF e criou a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PINTO et al., 2015).

A Resolução do CONSU nº11, de 30 de maio 2017 é o documento de referência sobre assistência estudantil no âmbito da UFJF. Foi publicada em 30 de maio de 2017 e revogou a Resolução nº 33/2014 e a Resolução nº 21/1999, que tratavam sobre Apoio Estudantil na UFJF (UFJF, 2017c). Para fins de conhecimento da evolução da política de assistência estudantil na UFJF entre 1999 e 2017, cabe um breve comparativo entre as normas.

A previsão de financiamento das políticas de assistência estudantil se mantém inalterada na nova resolução. Deve ser realizada com recursos para políticas públicas específicas do Ministério da Educação do Governo Federal, como o PNAES e o Programa de Bolsa Permanência, assim como recursos próprios da UFJF, conforme o orçamento anual (UFJF, 2017c).

A Resolução do CONSU nº11/2017 (UFJF, 2017c) definiu como público alvo da política de assistência estudantil prioritariamente os estudantes oriundos de escolas públicas ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, seguindo os mesmos critérios apresentados no Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o PNAES (BRASIL, 2010).

Conforme a Resolução do CONSU nº33, de 16 de dezembro de 2014, o apoio estudantil contava com as seguintes modalidades: Bolsa Permanência, Bolsa PNAES, Auxílio Alimentação, Auxílio Moradia, Auxílio Transporte, Auxílio Creche e Auxílio Emergencial. A descrição de cada tipo de bolsa ou auxílio é feita no artigo 6º, que assim dispõe: “A Política de Apoio Estudantil constitui-se das seguintes modalidades” (UFJF, 2014, p.2). Percebe-se uma mudança de concepção, quando comparado ao artigo que discrimina as bolsas, na Resolução do CONSU nº11/2017, quando altera a utilização de que “A Política de Apoio Estudantil constitui-se” para “O Programa de Bolsas e Auxílios da UFJF organiza-se” (UFJF,

2017c, p.2). Neste sentido, apresenta o entendimento de que as bolsas são parte integrante da política e não exclusivamente a sua constituição.

A discriminação das modalidades de bolsas não foi alterada de forma expressiva, a exceção da exclusão do auxílio emergencial, que deixou de existir. Abaixo, é apresentado o texto da resolução do CONSU nº11/2017, que trata sobre as modalidades de bolsa:

Art. 4º. O Programa de Bolsas e Auxílios da UFJF organiza-se nas seguintes modalidades:

I – Bolsa PNAES: incentivo pecuniário mensal com vistas a ampliar o acesso às condições de permanência na educação superior;

II – Bolsa Permanência: incentivo pecuniário mensal, concedido nos termos do Programa de Bolsa Permanência do Ministério da Educação;

III – Auxílio-moradia: vaga na moradia estudantil da UFJF ou incentivo pecuniário mensal destinado a discentes que, devido ao ingresso no ensino superior, residam ou venha a residir na cidade sede do campus no qual está matriculado e o grupo familiar seja residente em cidade distinta.

IV – Auxílio-transporte: incentivo pecuniário mensal destinado aos discentes que utilizam transporte coletivo municipal no deslocamento da residência ao respectivo campus universitário, durante os períodos letivos;

V – Auxílio-creche: incentivo pecuniário mensal destinado ao custeio parcial das despesas com os (as) dependentes legais do (a) beneficiário (a), até o limite de idade de 05 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, inclusive. Caso ambos os pais e/ou responsáveis legais sejam discentes da UFJF, apenas um fará jus ao auxílio, o qual também não poderá ser acumulado com benefício da mesma espécie;

VI – Auxílio-alimentação: acesso gratuito às refeições oferecidas pelo Restaurante Universitário (UFJF, 2017c, p.2-3).

Analisando a Resolução do CONSU nº 21, de 28 de dezembro de 1999 (UFJF, 1999) e suas alterações, através da Resolução do CONSU nº 33/2014 (UFJF, 2014), é possível perceber que o foco da política de assistência estudantil, na UFJF, tem se voltado para a concessão de bolsas de auxílio financeiro. Desta forma, a resolução prevê, detalhadamente, como serão realizadas as ações relativas à concessão de bolsas, não havendo, no texto da resolução, a regulamentação de como serão realizadas as ações previstas no PNAES relacionadas ao esporte. A palavra “esporte” não aparece nenhuma vez na redação da resolução, também não é feita qualquer menção à atividade física ou lazer.

Na Resolução do CONSU nº11/2017, em seu capítulo II, são abordadas, dentre outras ações, as de saúde e bem-estar, indicando, no artigo 3º, o atendimento integral dos discentes para além do âmbito da aprendizagem, envolvendo, também, as relações interpessoais. E no parágrafo 1º, é indicada a realização de atividades desportivas para o atendimento desta diretriz. Existe, no parágrafo segundo, a indicação de que as ações podem ser executadas em parceria com outros atores da UFJF, desde que sejam supervisionadas pela PROAE. A

menção às atividades desportivas demonstra um novo rumo no cumprimento da política, um indicativo de movimento, no sentido de atender à determinação do PNAES.

Conforme o artigo 22, o gerenciamento e regulamentação da operacionalização da política de assistência estudantil serão realizados pela PROAE, em articulação com o DCE, pautando as suas ações na transparência e participação (UFJF, 2017c).

Enquanto responsável pela política de assistência estudantil na UFJF, a PROAE deveria estar desenvolvendo todas as atividades previstas no artigo 3º do Decreto nº 7.234/2010. Porém, conforme o relatório da auditoria nº 002.2015.07.05, não estão sendo desenvolvidas ações nas áreas de atenção à saúde física e geral, inclusão digital, cultura, esporte e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (UFJF, 2015).

1.2.1 A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil na UFJF

A PROAE conta hoje com um Pró-Reitor de Assistência Estudantil, oito assistentes sociais, duas pedagogas, seis psicólogos, uma técnica em assuntos educacionais e cinco servidores administrativos. Realiza atendimentos pedagógico, psicológico e com assistente social (UFJF, 2018a).

Conforme informações disponíveis na página da PROAE no sítio da UFJF, o apoio pedagógico tem o “objetivo de diminuir as deficiências pedagógicas, estimular e facilitar a permanência do estudante no curso e assessorar os alunos nas demandas didáticas e acadêmicas” (UFJF, 2017b, s.p.). As pedagogas verificam relatórios, que informam sobre trancamento de matrícula, formatura, número de créditos cursados e de desempenho dos alunos que possuem bolsas de assistência estudantil. Com estes dados, pode ser realizado o desligamento do bolsista que não cumpre os requisitos para participar do programa de bolsas da UFJF.

O atendimento psicológico é disponível para todos os estudantes da UFJF e é oferecido um espaço de acolhimento e escuta para a vida acadêmica, com enfoque na experiência universitária, sendo realizado encaminhamento, quando necessário (UFJF, 2016c). Por e-mail⁵, um servidor da equipe de psicologia da PROAE informou que, no ano de 2016 foram atendidos 181 discentes pela equipe de psicologia e foram realizados 1462 agendamentos com os estudantes. Dentre os agendamentos, o número de comparecimento foi

⁵ Informação solicitada por <rosana.dilly@gmail.com> e respondida por <getulio.coelho@ufjf.edu.br> em 21 set. 2017.

de 986. Em maio de 2017 foi implantado um esquema de plantão psicológico em três dias da semana: terças-feiras, entre 08 e 12 horas; quartas-feiras, entre 17 e 18 horas; quintas-feiras, entre 17 e 18 horas. No plantão, os estudantes seriam atendidos conforme a ordem de chegada, de acordo com o número de vagas disponíveis no dia. Esta medida foi uma tentativa de diminuir a fila de espera existente para o atendimento psicológico. A PROAE possui apenas uma sala para o atendimento individual, que atualmente é utilizada pela equipe de psicologia e assistentes sociais, fato que limita o número de atendimentos realizados.

Alguns projetos novos foram desenvolvidos no segundo semestre de 2017 pela PROAE, como o Grupo “DeBoas”, o Grupo Fora de Casa e as Oficinas Pedagógicas. No primeiro semestre de 2018 o Grupo “DeBoas” contou com 128 inscritos para um total de 90 vagas. Ainda não é possível avaliar alguns dados referentes a estes projetos devido ao início recente de suas atividades. As oficinas pedagógicas são destinadas ao aprendizado sobre a gestão e a organização do tempo do estudante, bem como de estratégias para melhorar o desempenho nas provas e apresentações de trabalho. O grupo “De Boas” é embasado na Teoria Cognitiva Comportamental e apresenta técnicas, exercícios e troca de experiências entre os participantes, com o objetivo de prevenir e diminuir a ansiedade. O Grupo Fora de Casa é voltado para estudantes que se mudaram para Juiz de Fora em função da entrada no curso superior e estão lidando com diversas mudanças, como a vida longe da família, a saúde, as exigências do convívio universitário e as responsabilidades e dificuldades da nova moradia. Todos os grupos tiveram as suas pré-inscrições realizadas pela internet, na página da PROAE (UFJF, 2017d).

O Tempero Cultural e o Roda Viva são dois projetos recentes do setor, que foram implementados no ano de 2018 pela PROAE. O Tempero cultural é realizado em parceria com o DCE e acontece no RU. Tem como proposta a socialização dos discentes através da expressão cultural e artística desenvolvida por eles. Podem ser apresentadas, pelos estudantes, atividades como: música, poesia, dança, exposição de zines e fotografias (UFJF, 2018b).

O Roda Viva é um projeto em que o estudante que está fora de casa e está há mais tempo na universidade é acolhedor dos novos estudantes, fornecendo informações sobre o campus, a cidade e auxiliando na integração com a comunidade acadêmica e local. Os nomes dos acolhedores estão divulgados no site da PROAE para consulta dos demais estudantes (UFJF, 2018c).

O programa de bolsas e auxílios é realizado, atualmente, no modelo de Fluxo Contínuo, regulamentado pela Portaria da PROAE nº 1, de 01 de março de 2018, em que o estudante pode solicitar a avaliação em qualquer momento. São requisitos para participar do

programa de bolsas: o estudante deve estar matriculado em curso de graduação e estar cursando no mínimo doze créditos no semestre; não ter concluído curso de graduação; possuir renda bruta mensal familiar per capita de até 1,5 salários mínimos. A avaliação socioeconômica, realizada pelas Assistentes Sociais e para a classificação, considera critérios de composição do grupo familiar, renda per capita, bens patrimoniais, status ocupacional do mantenedor do grupo familiar, tipo de residência da família, situação da residência do estudante e procedência escolar do estudante (UFJF, 2018d).

A Tabela 11 dispõe o número de bolsistas em cada modalidade de apoio e seu percentual em relação ao número de matriculados nos cursos de graduação presencial no segundo semestre de 2016. Apesar de ser disposto nas Resoluções do CONSU nº 21/1999 e nº 33/2014, então vigentes, não haviam bolsistas em auxílio emergencial em dezembro de 2016. É importante destacar que algumas bolsas acumulam com outras, portanto, há estudantes que recebem duas modalidades de bolsa (UFJF, 2017a). No segundo semestre de 2016, haviam 17.397 matriculados nas graduações presenciais na UFJF (INEP, 2016).

Tabela 11 - Quantitativo de Bolsas Fornecidas pela PROAE/UFJF, por Modalidade, em Dezembro de 2016 e seu percentual em relação ao número total de matriculados no segundo semestre de 2016

Modalidade	Número de bolsistas por modalidade	Percentual de estudantes com bolsa, em relação ao número total de matriculados
Auxílio Alimentação	1171	6,73
Auxílio Transporte	1481	8,51
Bolsa PNAES	1292	7,42
Auxílio Moradia	785	4,51
Bolsa Permanência	376	2,16
Auxílio Creche	34	0,19

Fonte: elaborada pela autora, com base em informações disponíveis em UFJF (2017a) e INEP (2016).

A análise documental não permitiu identificar se a PROAE recebe recursos exclusivamente do PNAES para o pagamento das bolsas ou se ocorre suplementação de recursos por parte da UFJF. Também não foi possível identificar como é realizado o cálculo para a elaboração de critérios do processo seletivo e consequente distribuição de bolsas que podem ser oferecidas aos estudantes, considerando os recursos disponíveis. Estas questões foram verificadas durante a pesquisa de campo e apresentadas no Capítulo dois.

O valor da bolsa Permanência é de R\$ 400,00 e é destinado a estudantes dos cursos de medicina e enfermagem (que possuem carga horária superior a cinco horas diárias, conforme exigência do MEC) ou indígenas e quilombolas, independentemente do curso (UFJF, 2016d).

As bolsas disponibilizadas na modalidade permanência fazem parte do Programa Bolsa Permanência (PBP) do MEC, Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013, e têm por objetivo viabilizar a permanência no curso de graduação de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas (BRASIL, 2013).

De acordo com Soares (2017), o auxílio da modalidade de bolsa permanência é repassado diretamente ao discente, através de um cartão de benefício. Os recursos são repassados diretamente entre o governo e o discente, cabendo às IFES somente a operacionalização do programa, selecionando o público que deve ser atendido, com base nos critérios estabelecidos pelo Governo Federal. Em 11 de maio de 2016, antes de seu afastamento do governo, a presidenta Dilma Rousseff, através do Secretário de Educação Superior, suspendeu novas inscrições no Programa de Bolsa Permanência.

O valor da bolsa PNAES é de R\$ 400,00 reais; o auxílio creche é de R\$ 321,00; o auxílio moradia é de R\$ 340,00; e o auxílio transporte é depositado em dinheiro, realizando o cálculo do número de dias letivos e do número de vales transportes que o aluno utiliza no mês (UFJF, 2016d).

A Moradia Estudantil da UFJF foi anunciada em 2009, com início das obras em 2010. Composta por dois prédios, a moradia foi inaugurada no primeiro semestre de 2017 e ocupada parcialmente, através de edital divulgado no mesmo ano (SOARES, 2017). No primeiro edital de ocupação, foram disponibilizadas 70 vagas e, no segundo edital, que foi divulgado no primeiro semestre de 2018, 54 vagas (UFJF, 2017f; 2018e).

A PROAE conta com um Fórum Permanente de Avaliação, Discussão e Orientação da política de assistência estudantil, composto por membros do DCE e por servidores desta Pró-Reitoria nas mesmas proporções. O objetivo do fórum é institucionalizar a participação dos estudantes nas decisões relacionadas à assistência estudantil (UFJF, 2016g). Pela pesquisa documental realizada, não foram encontradas evidências de que o fórum tem se reunido.

A PROAE passou por auditoria interna que constatou, através de análise às resoluções do CONSUL nº 21/1999 e nº 33/2014 e ao sítio eletrônico da PROAE (UFJF, 1999; 2014), o não cumprimento das ações de assistência estudantil enumeradas no artigo 3, parágrafo 1º, do Decreto nº 7.234/2010, que trata da política de assistência estudantil em âmbito federal. Dentre as ações a serem desenvolvidas, encontra-se a atividade esportiva.

No relatório da auditoria nº 002.2015.07.05, consta que a Pró-Reitoria reconheceu, através de memorando, o não cumprimento de ações nas áreas de atenção à saúde física e geral, inclusão digital, cultura, esporte e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Justificou a impossibilidade de atender a estas novas áreas de atribuição, com base no seu limite de recursos humanos, financeiros e estruturais (UFJF, 2015).

Na próxima seção, será apresentada a estrutura física e de Recursos Humanos na UFJF e na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, levando-se em conta os recursos que podem ser mobilizados para o cumprimento do PNAES e o desenvolvimento das atividades de esporte e lazer na assistência estudantil.

1.2.2 A estrutura física e de Recursos Humanos na UFJF e na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil para o desenvolvimento da atividade esportiva

Conforme informação disponibilizada no site da UFJF, existe, atualmente no campus, uma estrutura estabelecida para o desenvolvimento de atividades esportivas e de lazer: ciclovia (com bicicletário); pista de street park; Academia ao Ar Livre; área para caminhada e o complexo esportivo da FAEFID (UFJF, 2017e).

A ciclovia possui 2.200 metros e está situada na área central do campus. Em 2015, recebeu o primeiro bicicletário público de Juiz de Fora, em parceria com a cooperativa médica Unimed. São disponibilizadas 30 bicicletas, que podem ser utilizadas dentro do campus pelo período de uma hora (UFJF, 2017e).

A pista de street park foi inaugurada em 2013 e possui 350 metros quadrados, estando situada na Praça Cívica e é ponto de encontro de praticantes de skate, sendo aberta à comunidade (UFJF, 2017e). Além disso, a Academia ao Ar Livre possibilita a realização de exercícios de fortalecimento muscular e aeróbicos. Foi a primeira academia ao ar livre implantada na cidade de Juiz de Fora (UFJF, 2017e). Já a área de caminhada possui 2.200 metros de pista demarcada. Também está localizada na área central do campus e possui condições de segurança para pedestres, atletas e ciclistas (UFJF, 2017e).

Por fim, o complexo esportivo da FAEFID possui: ginásio poliesportivo, piscina semi-olímpica com oito raias, piscina infantil, campo de futebol, duas quadras de tênis, pista de atletismo, quadra society, academia de musculação, quadra multiuso, duas quadras de peteca/badminton (UFJF, 2017e).

A PROAE conta com três salas para realizar suas atividades: uma sala é utilizada pelo Pró-Reitor; uma sala destinada a toda a equipe de trabalho; e outra sala é destinada à realização de atendimentos individuais, sendo compartilhada pelos Assistentes Sociais e Psicólogos.

Na PROAE não há um profissional com formação em Educação Física. Existem, atualmente, trabalhando na Pró-Reitoria, profissionais do: Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Administração e servidores administrativos com nível médio. Levando-se em conta as áreas de atuação da assistência estudantil elencadas no PNAES, torna-se necessária a contratação de pessoal com formação para as atividades específicas ou o estabelecimento de parcerias. A possibilidade de contratação de um TAE com formação na área de Educação Física pela PROAE permitiria autonomia a esta Pró-Reitoria no desenvolvimento de projetos na área dos esportes e lazer com os estudantes.

Embora eu seja formada em Educação Física, o cargo que ocupo na UFJF é de Assistente em Administração, voltado para a realização de atividades administrativas. Portanto, posso participar no assessoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e do planejamento e desenvolvimento das rotinas administrativas das atividades. No entanto, tenho restrições profissionais para realizar a execução de algumas atribuições específicas a um profissional de Educação Física no âmbito da UFJF.

Em resposta à solicitação realizada, através do e-SIC, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFJF informou que não há, na instituição, nenhum servidor ocupando o cargo de Técnico Desportivo ou de Coreógrafo, cargos Técnicos de Nível Superior, que possuem como requisito, para a contratação, a graduação em Educação Física.

Apresentados os recursos disponíveis na UFJF, sua estrutura física e de recursos humanos, percebe-se que é possível desenvolver atividades na área dos esportes e lazer na assistência estudantil, utilizando parcerias entre a PROAE e outros setores.

A utilização da estrutura física, voltada para esportes pela PROAE, através de parcerias, mostra-se uma opção para o momento, tendo em vista que este tipo de estrutura tem custo elevado. Deve-se considerar a utilização das áreas de convivência, que é comum à comunidade, para o desenvolvimento de projetos.

Os Projetos de Extensão desenvolvidos pela FAEFID têm por objetivo beneficiar academicamente esta faculdade e estreitar laços com a comunidade. Todas as informações referentes aos projetos de extensão da FAEFID, apresentadas a seguir, foram recebidas através do e-SIC. A FAEFID é atualmente a Unidade Acadêmica com o maior número de Projetos de Extensão desenvolvidos na UFJF. Aproximadamente mil pessoas são atendidas nas dependências da FAEFID por semana. As Atléticas da UFJF realizam treinamentos em diversas modalidades, utilizando as dependências da FAEFID. O Quadro 2 apresenta os projetos de extensão disponíveis na FAEFID, sua descrição e o público alvo.

Quadro 2 - Projetos de Extensão desenvolvidos pela FAEFID

(continua)

Nome do Projeto	Público Alvo/Número de vagas	Resumo do Projeto
Iniciação ao Atletismo	- jovens de ambos os sexos a partir de 10 anos. - 100 vagas.	- Atividades de iniciação ao atletismo; - Ensino dos fundamentos das provas do atletismo.
Equipe de Atletismo UFJF	- jovens de ambos os sexos, a partir de 13 anos. - 100 vagas.	- Treinamento de atletismo e participação em competições.
Aprendizagem e Aperfeiçoamento da Natação	3 turmas: - crianças (entre 6 e 10 anos); - adolescentes (entre 11 e 17 anos); - adultos (acima de 18 anos). - 90 vagas.	- Ensinar a nadar, melhorar esta habilidade; - O desenvolvimento de hábitos saudáveis e de convivência social;
Basquetebol da Base Para a Ponta	-Adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 11 e 17 anos. - 60 vagas.	- o projeto tem como objetivo minimizar a carência das oportunidades da prática do basquetebol, permitindo o desenvolvimento dos talentos esportivos; - massificar a prática do basquetebol na cidade de Juiz de Fora e região; - formar treinadores de basquetebol e árbitros de basquetebol.
Futebol UFJF	- Futebolistas de 10 a 17 anos do sexo masculino. - 130 vagas.	- o projeto possui por objetivos a formação do jovem futebolista e a do acadêmico que quer atuar profissionalmente no âmbito do Futebol.
Futsal UFJF	- Crianças e jovens do sexo masculino de 6 a 13 anos. - 130 vagas.	- o projeto busca atender a formação do jovem jogador de Futsal e a do acadêmico que quer atuar profissionalmente neste esporte.
Voleibol UFJF	- entre 11 e 15 anos de idade de ambos os sexos; - 60 vagas.	- iniciação esportiva ao voleibol.
Ginástica e Equilíbrio Estético	- pessoas adultas, de ambos os sexos, da comunidade externa e interna. - em média 30 vagas.	- busca estimular o exercício físico regular, consciência corporal, flexibilidade, força e resistência aeróbica
Oficina Lúdica	- crianças de 5 a 11 anos. - 40 vagas.	Desenvolve atividades como jogos, brincadeiras, lutas, danças, ginásticas e outras manifestações da cultura lúdica corporal.
De Pernas Pro Ar: o universo gímico em pauta	- pessoas adultas da comunidade externa e interna. - 3 grupos: entre 20 a 30 vagas por grupo.	Possui a proposta de desenvolver várias dimensões da cultura corporal de movimento e manifestações da arte, desenvolve prática e teoria da ginástica nas manifestações não competitivas.

Quadro 2 - Projetos de Extensão desenvolvidos pela FAEFID

(conclusão)

Nome do Projeto	Público Alvo/Número de vagas	Resumo do Projeto
Treinamento da Ginástica Rítmica	- Entre de 11 a 16 anos. - 40 vagas	- Dar oportunidade às crianças da comunidade de Juiz de Fora, à participação e vivência da Ginástica Rítmica, em um grau mais elevado de elaboração. - formação de agentes multiplicadores em treinamento da Ginástica Rítmica no curso de Educação Física.
Ensino de Lutas para a Cidadania	- Crianças atendidas pelo Instituto Jesus. - 50 vagas.	- voltado para meninos em vulnerabilidade social. É desenvolvido no Instituto Jesus, através da modalidade Judô, na perspectiva do desenvolvimento humano.
Incluir: Educação Física como Suporte Terapêutico	- atende as crianças em tratamento no CAPS infantil e crianças e adolescentes em sofrimento mental, da Comunidade do Entorno da UFJF. - 30 vagas.	- através da atividade física lúdica do movimento, identificar, reconhecer e construir meios que favoreçam a construção de uma sociedade inclusiva. - as atividades lúdicas ocorrem semanalmente na Faculdade de Educação Física de Desportos.
Projeto Pés de Valsa: danças de salão UFJF	- atende a comunidade Interna (docentes, TA's, discentes, terceirizados) e comunidade externa. - 20 vagas.	- tem o enfoque nas danças de salão, com formação inicial e continuada nesta área.
Servidor Saudável – Corrida, Caminhada e Musculação	- servidores da UFJF. - 40 vagas.	- treinamentos sistematizados de corrida e caminhada; - musculação - formar profissionais com conhecimento metodológico e científico no desporto em questão.
Movimente-se VIP na UFJF	- prioritariamente servidores. Existindo vagas, ocorre a segunda fase de inscrições para estudantes e comunidade. - vagas: depende do número de bolsistas.	- natação e musculação.

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela UFJF.

A FAEFID conta com diversos projetos de extensão voltados à comunidade: dois projetos de atletismo “iniciação ao atletismo” e “equipe de atletismo UFJF”; projeto de basquetebol “Basquetebol da Base Para a Ponta”; projeto futebol de campo “Futebol UFJF”; projeto de futsal “Futsal UFJF”; voleibol UFJF; projeto de ginástica “Ginástica e Equilíbrio Estético”; projeto de natação “Aprendizagem e Aperfeiçoamento da Natação”; Oficina Lúdica; De Pernas Pro Ar: o universo gímnic em pauta; Treinamento da Ginástica Rítmica; Ensino de Lutas para a Cidadania; Incluir: Educação Física como Suporte Terapêutico;

Projeto Pés de Valsa: danças de salão UFJF; Servidor Saudável – Corrida, Caminhada e Musculação; Movimento-se VIP na UFJF;

Em sua maioria, os projetos se destinam à iniciação e treinamento de jovens com faixa etária entre 6 e 17 nas atividades esportivas. Desta forma, permitem que estes jovens tenham contato com atividades físicas específicas, minimizando a carência de oportunidades de acesso à prática esportiva e o desenvolvimento de talentos esportivos. Atende, também, a necessidades da formação acadêmica dos estudantes da Faculdade de Educação Física e Desportos. Os projetos “Servidor Saudável – Corrida, Caminhada e Musculação” e “Movimento-se VIP na UFJF” são destinados a servidores da UFJF.

Os projetos “Ginástica e Equilíbrio Estético”, “De Pernas Pro Ar: o universo gímico em pauta” e “Projeto Pés de Valsa: danças de salão UFJF” atendem à comunidade interna. Sendo assim, são disponibilizadas vagas para estudantes, professores e servidores. O projeto “Movimento-Se VIP na UFJF” disponibiliza vagas para os estudantes e comunidade em uma segunda fase caso não existam servidores interessados.

Dentre os dezesseis projetos oferecidos pela FAEFID e apresentados como resposta no e-SIC, não existe nenhum em que o público alvo específico sejam os discentes. É de competência da PROAE desenvolver projetos específicos para o atendimento das demandas dos estudantes, em relação às atividades esportivas, atividades físicas e lazer.

A mudança do perfil do estudante que ingressou no ensino superior, após o processo de democratização proporcionado pelo REUNI e pelo ENEM, exigiu novas ações por parte das políticas de assistência estudantil para que estes estudantes permanecessem no curso. As ações esportivas na assistência estudantil estão entre as iniciativas que devem ser realizadas com o objetivo de proporcionar a permanência do estudante nos cursos de graduação. Desta forma, procuram reduzir as desigualdades sociais e regionais para a conclusão do ensino superior, reduzir a evasão e retenção e promover a inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Conforme foi verificado através da auditoria interna nº 002.2015.07.05 (UFJF, 2015), da Universidade Federal de Juiz de Fora, a PROAE não estava desenvolvendo ações em algumas áreas, entre elas, a esportiva. Embora exista uma mudança de concepção sobre as ações de assistência estudantil por parte da PROAE, com a publicação da Resolução nº11/2017 (UFJF, 2017c), ao observar os projetos desenvolvidos atualmente no setor, podemos afirmar que, até o momento, não foram iniciadas ações para a promoção da atividade esportiva.

Verificou-se que a PROAE e a UFJF não contam com nenhum Técnico de Nível Superior ocupando o cargo de Técnico Desportivo ou de Coreógrafo, cargos que possuem como requisito, para a investidura, a graduação em Educação Física. A PROAE também não conta com espaço físico específico para o desenvolvimento de projetos esportivos. Estas situações causam uma limitação à PROAE no desenvolvimento de projetos esportivos.

Entre os projetos de extensão oferecidos pela FAEFID, não existe nenhum em que o público alvo específico sejam os discentes. Portanto, torna-se necessário que a PROAE desenvolva projetos para a promoção da atividade esportiva entre os discentes, buscando atender aos objetivos do PNAES.

2 O ESPORTE NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ENQUANTO POLÍTICA SOCIAL DE EDUCAÇÃO

Com a democratização do acesso ao ensino superior e a mudança no perfil de estudante que ingressa nas universidades públicas brasileiras, as políticas de assistência estudantil se tornaram ainda mais necessárias.

A política de assistência estudantil é composta por ações que possuem o objetivo de proporcionar a permanência do estudante nos cursos de graduação, a partir da redução das desigualdades sociais e regionais para a conclusão do ensino superior, redução da evasão, retenção e da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010). Dentre as ações do PNAES, Decreto nº 7.234/2010, existe a previsão de que devem ser desenvolvidas atividades na área dos esportes, o que não vem ocorrendo na UFJF, conforme foi verificado pela auditoria interna da UFJF e na minha prática profissional.

A partir desta constatação, surge o questionamento sobre quais seriam os motivos que levam a PROAE a não desenvolver ações na área dos esportes para o cumprimento das medidas elencadas no PNAES.

No capítulo 1, foi feita uma descrição do Programa Nacional de Assistência Estudantil e a sua relação com o esporte enquanto eixo deste programa. Foi realizada uma apresentação da UFJF e das ações realizadas pela PROAE, voltadas para a assistência estudantil. Além de uma descrição da estrutura física e de recursos humanos disponíveis na UFJF, para a implementação de ações esportivas destinadas à assistência estudantil.

Na primeira seção do capítulo dois, há uma discussão relacionando o esporte à promoção da cidadania no ensino superior, ao adoecimento discente e à inclusão social e bem-estar.

Na segunda seção, é feito um detalhamento metodológico do estudo. Para tanto, foi realizado um levantamento em universidades que estejam desenvolvendo ações na área dos esportes e lazer pelos setores responsáveis pela gestão do PNAES, através do e-SIC. Tal estudo tem o objetivo de conhecer o desenvolvimento das ações de esporte e lazer nestas IFES. Além disso, foi realizada entrevista semi-estruturada com o Pró-Reitor de Assistência estudantil, alguns membros da equipe da PROAE, profissionais da FAEFID, integrante do DCE, Presidente de Atletica da UFJF e com alguns estudantes atendidos pela assistência estudantil. Pretende-se verificar, na análise destes resultados, as condições que levam ao não desenvolvimento de ações nas áreas do esporte e lazer pela PROAE na UFJF e como outras universidades têm conseguido cumprir esta determinação do PNAES.

2.1 ALGUMAS POSSIBILIDADES DO ESPORTE NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA, SAÚDE, INCLUSÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA NO ENSINO SUPERIOR

A discussão teórica ocorre em três eixos: a promoção da cidadania no ensino superior; o adoecimento dos estudantes no curso superior; e o esporte como bem-estar e inclusão social. A discussão sobre a promoção da cidadania no ensino superior apresenta a perspectiva de Dalbosco (2015), que sugere uma formação cultural ampla, e a visão de Demo (1994), de que a política social deve ser equalizadora de oportunidades e existe, além da pobreza material, a pobreza política, que se relaciona a um déficit de cidadania. Em relação ao adoecimento discente na educação superior, são apresentados alguns dados relacionados à vulnerabilidade e bem-estar psicológicos, verificados por Padovani et al. (2014), e informações da IV Pesquisa Nacional de Perfil dos Discentes das Instituições Federais de Ensino Superior, realizada em 2014 pelo FONAPRACE (2016), sobre dificuldades emocionais que podem ter interferido na vida acadêmica do estudante. Neste eixo, também são apresentados argumentos propostos por Blair et al. (1998), de que a prática de esportes e de atividades físicas previne doenças e proporciona uma melhoria da qualidade de vida.

O terceiro eixo de discussão, o esporte como bem-estar e inclusão social, foi desenvolvido conforme posição defendida por Athayde et al. (2016) e Azevedo e Gomes Filho (2011). Para estes autores, o esporte é uma possibilidade nas políticas de inclusão social e bem-estar, devendo ser desenvolvido de forma crítica, com o entendimento de suas características sociais, assim como dimensões e possibilidades.

2.1.1 A Promoção da Cidadania no Ensino Superior

Conforme Dalbosco (2015), a educação superior e a forma de organização das universidades vêm sofrendo influência da internacionalização econômica, cultural, tecnológica, e religiosa da sociedade. Atualmente, ocorre uma diminuição das disciplinas humanistas, estando a formação voltada para uma especialização restrita, que tem por objetivo reduzir custos, formando profissionais especializados para atender a demandas de mão-de-obra.

Para o autor, a formação educacional profissional e tecnicamente especializada, que não conta com uma formação cultural ampliada, não dá conta dos problemas de uma sociedade interconectada e da complexidade e diversidade da vida humana e social (DALBOSCO, 2015).

O encurtamento da formação cultural ampla para os estudantes do ensino superior pode prejudicar a consolidação e o desenvolvimento da organização social, política e democrática. Problemas como pobreza, destruição do meio ambiente e exclusão de minorias são alguns dos problemas presentes no mundo globalizado e que exigem, algumas vezes, solução através da cooperação internacional. Neste sentido, é necessária uma formação mais abrangente e voltada para a cidadania (DALBOSCO, 2015).

Para Dalbosco (2015), uma educação cosmopolita contribui para que o estudante questione princípios morais tradicionais e a subordinação incondicional, incentivados na educação tradicional. O cidadão do mundo é convidado a olhar a sua própria vida com um olhar filosófico e sob a perspectiva de um estrangeiro, realizando indagações sobre o seu papel e significados. Desta forma, deve ser capaz de realizar um processo de estranhamento, observando sua cultura de forma crítica.

Conforme Dalbosco (2015), a formação cultural ampla possui duas referências clássicas na cultura ocidental: a Paidéia grega e a Bildung alemã. Buscavam oferecer, ao educando uma formação que pudesse desenvolver todas as suas potencialidades. Ambas as formas de pensamento pedagógico propostas podem ser utilizadas como referência para pensar a formação ampla no ensino superior na atualidade. A Paidéia grega decorre, principalmente, de Sócrates e Platão. Sobre esta, o autor apresenta algumas afirmações:

(...)a educação elaborada por Platão na República é pensada de tal forma que possa assegurar o desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais do educando, exigindo do educador a formação adequada das dimensões sensitivo-corporal e intelectual de seu educando. É por essa razão que a proposta pedagógica esboçada na República busca a mediação permanente entre educação física e educação intelectual, sendo que a atividade intelectual de caráter estritamente conceitual deveria ser acompanhada, segundo Platão, tanto pela ginástica como pela música (DALBOSCO, 2015 p. 126).

Sobre a Bildung alemã, Dalbosco (2015) afirma que esta tinha, em Immanuel Kant e Wilhelm von Humboldt os seus representantes. A *sapere aude* kantiana incorporava avanços pedagógicos à tradição cultural da Paidéia grega e tinha por princípio filosófico-pedagógico o pensar por conta própria. Na educação de crianças, possuía dois níveis: a educação física, com o objetivo do fortalecimento do corpo e aprimoramento dos sentidos; e a educação prática, que desenvolvia a inteligência voltada para autonomia e preparava o educando para lidar com as máximas morais. O jogo é entendido como necessário à formação equilibrada do ser humano, em suas diversas dimensões e potencialidades.

Dalbosco (2015) aborda a cidadania e a democracia não a partir de conceitos, mas através dos três pilares que os sustentam, conforme a perspectiva da pesquisadora americana Martha Nassbaum: o pensamento crítico, a cidadania universal e a capacidade imaginativa. Para o autor, a problematização destes elementos permite entender o significado da cidadania democrática.

O pensamento crítico é relacionado à capacidade de pensar por conta própria. Trata-se de uma função primária da educação desenvolver estratégias pedagógicas que permitam o pensamento crítico e tratar fatores que impeçam esta capacidade. A subordinação à lógica de mercado mundial é um dos entraves no processo educacional, que tende a se voltar para a maximização do lucro. A subordinação à autoridade e a pressão dos pares também influencia o desenvolvimento do pensamento crítico (DALBOSCO, 2015).

A cidadania universal tem origem socrática e pretende entender dialogicamente um problema diante de várias perspectivas. Parte da ideia de que se pode observar a mesma coisa sobre diferentes pontos de vista. O contato com culturas diferentes à própria cultura do estudante, como, por exemplo, com outras religiões, pode permitir uma formação cosmopolita, necessária à formação de um cidadão do mundo que rompa com a visão provinciana e preconceituosa, uma característica necessária para o enfrentamento de problemas no mundo globalizado (DALBOSCO, 2015).

A imaginação narrativa pode ser desenvolvida pelas artes e literatura. Busca preparar o educando para entender o mundo sobre a perspectiva de outra pessoa. Desperta a compaixão ao desenvolver a capacidade de se colocar no lugar do outro (DALBOSCO, 2015).

Para Dalbosco (2015), a imaginação narrativa deve ser desenvolvida na infância, através do jogo e da arte da encenação, que aguçam os sentidos, o interesse pelo outro e o reconhecimento de suas limitações. O autor se embasa em Jean-Jacques Rousseau e Donald W. Winnicott para realizar esta discussão. No século XVIII, Rousseau afirmava que o jogo imaginativo contribuía para o desenvolvimento saudável da personalidade da criança. Nesta perspectiva, as experiências clínicas e pedagógicas de Winnicott, no século XX, confirmaram esta afirmação:

Em sua obra *O brincar e a realidade* (1971) ele mostra como a criança por meio do jogo desenvolve a capacidade de se colocar no lugar do outro. Isto é, o jogo imaginativo capacita a criança para dotar de uma vida interior formas alheias e distintas de vida, tornando familiar o que lhe é estranho e desconhecido. Como forma espontânea e criativa de relacionamento, o jogo ensina a criança, desse modo, a viver com o outro sem que precise exercer paranoicamente o desejo de controle total sobre seu parceiro de jogo. Esse é,

portanto, um dos traços que torna o jogo um valor indispensável para a formação da cidadania democrática (DALBOSCO, 2015, p. 138- 139).

Embora o autor tenha apontado em vários momentos a importância do papel do jogo na formação da criança, ele sugere que este papel deve ser assumido pelas artes e pela literatura no ensino superior (DALBOSCO, 2015).

Para Demo (1994), a desigualdade social pode ser reduzida através das políticas sociais. O autor entende a política social na visão do Estado “como uma proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais” (DEMO, 1994, p. 14) em que se busca, ao menos, criar um contexto tolerável entre os privilegiados que detêm o poder e os marginalizados que os sustentam:

Política social não é ajuda, piedade ou voluntariado. Mas o processo social, por meio do qual o necessitado gesta consciência política de sua necessidade, e, em consequência, emerge como sujeito de seu próprio destino aparecendo como condição essencial de enfrentamento da desigualdade de sua própria atuação organizada. Política social emancipatória é aquela que se funda na cidadania organizada dos interessados. Ou seja, não trabalha com objetos manipulados, mas com sujeitos co-participantes e co-decisores (DEMO, 1994 p. 25-26).

Conforme Demo (1994), a pobreza não pode ser observada apenas como carência material, mas como processo injusto de repressão a vantagens sociais, em que estas vantagens são desigualmente distribuídas. O autor distingue dois horizontes de pobreza: a pobreza socioeconômica e a pobreza política. A pobreza socioeconômica está ligada à pobreza material, e a pobreza política aponta para um déficit de cidadania, em que o pobre tem dificuldade de superar a condição de manipulação para atingir os seus interesses de maneira consciente e organizada.

A política social precisa ser preventiva e com caráter de redistribuição de renda e poder. Desta forma, deve atingir as concentrações de privilégios, os processos de enriquecimento e a acumulação de poder. Além disso, precisa ser equalizadora de oportunidades, partindo das oportunidades que foram apropriadas pelo grupo dominante. Deve voltar-se para a emancipação, com autonomia política e econômica (DEMO, 1994).

Torna-se necessária a realização de ações esportivas de assistência estudantil na UFJF como forma de oportunizar o acesso ao esporte e atividade física e, assim, contribuir para o desenvolvimento do sujeito em seu direito de cidadania.

Conforme Dalbosco (2015), a formação cultural ampla possui, na cultura ocidental, duas referências clássicas: a Paidéia grega e a Bildung alemã. Ambas buscavam oferecer, ao

educando, uma formação que desenvolvesse as suas potencialidades físicas e intelectuais. Elas podem ser utilizadas como referência para pensar a formação ampla no ensino superior na atualidade.

Na perspectiva de Demo (1994), podemos entender a falta de acesso ao esporte e à atividade física como uma forma de pobreza política e precariedade da cidadania. A falta de acesso por parte da população ao esporte e à atividade física pode ser vista como uma forma de injustiça e de repressão a vantagens sociais, em que estas vantagens são desigualmente distribuídas.

Considerando os objetivos do PNAES na redução das desigualdades e inclusão pela educação, devemos considerar que as ações de incentivo à prática esportiva podem contribuir para uma formação ampliada dos discentes e reduzir as desigualdades de acesso às atividades esportivas.

2.1.2 O Adoecimento dos Estudantes no Curso Superior

Em pesquisa realizada com uma amostra de 3.587 estudantes universitários de cursos de graduação em seis instituições de ensino superior para identificar vulnerabilidade e bem-estar psicológicos, Padovani et al. (2014) verificou que, em um grupo de 783 estudantes, 52,88% possuíam sintomas de estresse. Entre 709 estudantes, havia 13,54% com ansiedade. Além disso, dentre 1403 graduandos, 39,97% apresentavam sofrimento psicológico.

Para Padovani et al. (2014), o resultado da pesquisa evidencia a necessidade de desenvolver programas voltados para a prevenção e intervenção na área da saúde mental dos estudantes universitários. O sofrimento psicológico interfere no processo de aprendizagem do estudante e a universidade, através de um mapeamento desta vulnerabilidade entre os estudantes, deve identificar fatores que predis põem o estresse e realizar planejamento de ações de prevenção e tratamento.

Na IV Pesquisa Nacional de Perfil dos Discentes das Instituições Federais de Ensino Superior, realizada em 2014 pelo FONAPRACE (2016), foi questionado aos estudantes se dificuldades emocionais poderiam ter interferido em suas vidas acadêmicas nos últimos doze meses. Do total de estudantes, 79,8% afirmaram passar por dificuldades emocionais no período. Nesta pergunta, poderiam ser assinaladas mais de uma dificuldade, dentre as seguintes: ansiedade; tristeza persistente; timidez excessiva; medo/pânico; insônia ou alterações significativas de sono; sensação de desamparo/desespero/desesperança; sensação de desatenção/desorientação/confusão mental; problemas alimentares (grandes alterações de

peso ou apetite; anorexia; bulimia; desânimo/falta de vontade de fazer as coisas; sentimento de solidão; ideia de morte, e pensamento suicida).

A Tabela 12 apresenta as respostas dos estudantes em âmbito nacional, segundo os tipos de dificuldades emocionais que podem ter interferido na sua vida acadêmica nos últimos 12 meses. Percebe-se que a maior incidência está relacionada à ansiedade, totalizando 58,36%. Na sequência, aparecem o desânimo (44,72%), insônia ou alterações significativas de sono (32,57%), sensação de desamparo/desespero/desesperança (22,55%) e sentimento de solidão (21,29%). O número de estudantes com ideia de morte e pensamento suicida possui porcentagens baixas, mas deve-se considerar que o número total de estudantes que apontaram para este tipo de dificuldade foi, respectivamente, de 59.969 e 38.838 (FONAPRACE, 2016).

Tabela 12 - Graduandos segundo os tipos de dificuldades emocionais que podem ter interferido em sua vida acadêmica nos últimos 12 meses – 2014

Tipos de dificuldades emocionais	Frequência	%
Ansiedade	548.372	58,36
Tristeza persistente	181.142	19,28
Timidez excessiva	145.837	15,52
Medo/pânico	99.213	10,56
Insônia ou alterações significativas de sono	306.038	32,57
Sensação de desamparo/desespero/desesperança	211.869	22,55
Sensação de desatenção/desorientação/confusão mental	181.336	19,3
Problemas alimentares	118.022	12,56
Desânimo/falta de vontade de fazer as coisas	420.202	44,72
Sentimento de solidão	200.057	21,29
Ideia de morte	59.969	6,38
Pensamento suicida	38.838	4,13
Total	939.604	100

Fonte: Adaptado pela autora, a partir dos dados de FONAPRACE (2016).

Conforme Blair et al. (1998), as pesquisas indicam que a prática de atividade física previne as principais doenças crônicas não transmissíveis, aumenta a longevidade e diminui os níveis de ansiedade e depressão. Em todas as idades, deve-se realizar atividades físicas para: evitar a obesidade e manter a regulação do peso; promover o bom funcionamento dos processos fisiológicos; aumentar as defesas do organismo contra infecções; e realizar as atividades cotidianas sem desconforto ou fadiga desproporcionais.

A falta de atividade física influencia o fato de um elevado número de pessoas estarem atualmente abaixo do seu potencial de saúde. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Federação Internacional de Medicina do Esporte (FIMS), metade da população mundial é insuficientemente ativa, exigindo ações governamentais para a promoção de

políticas sociais e de saúde pública, voltadas para o desenvolvimento de atividades físicas (BLAIR et al., 1998).

A OMS e a FIMS afirmam que a atividade física deve ser diária e fazer parte da rotina e da vida cotidiana, com a realização de caminhadas e o uso de escadas, por exemplo. Os adultos devem aumentar a sua atividade física gradualmente, para a realização de, no mínimo, 30 minutos diários de atividade moderada. Atividades como andar de bicicleta, jogos de campo ou quadra e natação permitem benefícios adicionais aos seus praticantes (BLAIR et al., 1998).

Os benefícios das atividades físicas devem ser amplamente divulgados pelos meios de comunicação, inclusive através de campanhas, e todos os níveis governamentais devem promover políticas públicas voltadas para a participação em atividades físicas (BLAIR et al., 1998).

Os governos são responsáveis por coordenar ações para a promoção de estilos de vida mais saudáveis e monitorar programas para a promoção de atividades desportivas. Professores e outros profissionais da saúde devem ser orientados para a promoção da atividade física de seus pacientes e estudantes. Devem ser proporcionadas instalações para a prática de exercícios, levando em conta o atendimento a grupos com necessidades especiais e o reconhecimento das desigualdades sociais entre grupos, realizando ações que facilitem a prática da atividade física, independentemente das diferenças (BLAIR et al., 1998).

No contexto da assistência estudantil, devemos considerar que as dificuldades de saúde e emocionais podem prejudicar a permanência do estudante na conclusão do curso superior. Conforme afirma Padovani et al. (2014), torna-se necessária a realização de um mapeamento das dificuldades encontradas pelos estudantes e o desenvolvimento de programas de prevenção na área da saúde mental entre os universitários.

Sendo as atividades físicas reconhecidamente entendidas como benéficas para a saúde, inclusive psicológica (BLAIR et al., 1998), elas se tornam uma opção viável de enfrentamento ao adoecimento entre os estudantes e de promoção da saúde e bem-estar durante a graduação. A PROAE deve desenvolver projetos esportivos de assistência estudantil, com o objetivo de favorecer a permanência e melhorar a qualidade de vida e saúde dos estudantes durante a graduação.

2.1.3 O Esporte como Bem-estar e Inclusão Social

Conforme Gomes-Tubino (2006), o esporte é uma das manifestações da cultura física e se fundamenta na educação física, tendo as suas origens vinculadas ao jogo. É um fenômeno humano, possui relevância social na história da humanidade e está ligado à cultura de cada época. O esporte possui características interdisciplinares, relacionando-se com diversas áreas, como saúde, educação e turismo.

Ao longo da história da humanidade a prática de exercícios físicos passou por diversas transformações antes de possuir o formato de esportes que hoje conhecemos. Na Pré-história, os exercícios físicos eram voltados para a sobrevivência, possuíam caráter utilitário. Anos depois, estes exercícios passaram a ter objetivos higiênicos entre os hindus e chineses. Em seguida, os povos egípcios, caldeus, assírios, hebreus, fenícios e hititas desenvolveram os exercícios para a ginástica, jogos e dança. Os gregos aperfeiçoaram a ginástica e desenvolveram as competições, sendo criado, naquele contexto, o esporte da Antiguidade. Durante a idade média, o esporte perdeu destaque, até que, no século XIX, voltou ao cenário como esporte moderno (GOMES-TUBINO, 2006).

O esporte possui perspectiva cultural e histórica. É uma criação do homem e está inserido na cultura, permitindo uma interpretação da sociedade através da sua prática. Sendo o esporte a evolução dos exercícios físicos, passando pelos jogos, possui, em cada modalidade esportiva, uma relação com a cultura, através do jogo que o originou. Portanto, o conhecimento, em relação aos jogos e esportes de uma sociedade oferece informações sobre a sua cultura (GOMES-TUBINO, 2006).

Os portugueses usavam a palavra desporto e, por esta razão, em 1941, o Brasil optou pelo termo desporto nos textos de legislação esportiva. A palavra se mantém presente ao longo do tempo nos textos legais e aparece, inclusive, na Constituição de 1988 (GOMES-TUBINO, 2006).

Em 1978, a Unesco publicou a *Carta Internacional de Educação Física e Esporte*, que estabelece a atividade física ou prática esportiva como um direito de todos. Este documento é referência para os países e modificou o papel do Estado, em relação ao esporte. No Brasil, a inclusão do esporte no texto constitucional, enquanto direito de todos, foi uma das alterações proporcionadas pela *Carta Internacional de Educação Física e Esporte* (GOMES-TUBINO, 2006).

De acordo com Athayde et al. (2016), há algumas funções historicamente assumidas pelo esporte, relacionadas ao capitalismo contemporâneo. O esporte foi utilizado durante a 2ª

Guerra como forma de alienação da sociedade e diminuição de reivindicações. Durante a guerra fria, foi utilizado como um dos elementos das diferentes formações sociais, que disputavam a hegemonia mundial. Neste sentido, as conquistas esportivas eram tratadas como sucesso daquele grupo societário. No capitalismo atual, o esporte é entendido como mercadoria e espetáculo. A exploração realizada principalmente pela mídia sobre o esporte acaba por transformá-lo em um espetáculo, estando ele voltado para o atendimento de interesses econômicos.

A prática esportiva é um dos elementos que possui potencial para o atendimento das necessidades humano-sociais e dos direitos de cidadania. O acesso ao esporte deve ser realizado pela oferta de políticas públicas universais, de forma a garantir os direitos de cidadania (ATHAYDE, et al., 2016).

Para Athayde et al. (2016), o desenvolvimento de programas voltados ao esporte deve ocorrer de maneira crítica:

É imprescindível que os gestores responsáveis pela implantação e organização dos programas e projetos sociais vinculados à prática esportiva reflitam sobre o que será oferecido e, principalmente, como será oferecido, para que esses serviços se consubstanciem em experiências ricas, que proporcionem aprendizados reais e a apropriação do esporte como elemento cultural e produto social. Logo, é preciso superar a superficialidade de determinadas ações, bem como romper com a ideia de serviços públicos pobres para os pobres (ATHAYDE, et al., 2016, p. 496).

Para Azevedo e Gomes Filho (2011), os esportes são colocados como estratégias privilegiadas nos projetos sociais de inclusão pelas organizações governamentais. Os esportes são jogos competitivos e, portanto, devemos refletir sobre seus benefícios nos projetos voltados para a inclusão social, tendo em vista que as competições tendem a excluir os menos aptos. Para os autores, o esporte moderno é institucionalizado e permite que o praticante faça dele a sua ocupação duradoura e, conseqüentemente, uma forma de inclusão.

Azevedo e Gomes Filho (2011) apresentam definições de brincadeira, jogo e esporte, que foram propostas por Helal em seu livro *O que é sociologia do esporte* de 1990:

Helal define "brincadeira" como "qualquer atividade espontânea, voluntária, sem regras fixas, que proporciona prazer e diversão e que não tem finalidade ou sentido além ou fora de si". Na brincadeira, não há preocupação com recompensas externas (como fama e dinheiro). Jogos, por sua vez, são "brincadeiras organizadas". Podemos imaginar brincadeiras que se tornam jogos quando seus praticantes acertam as regras antes de dar início. Quando essas regras se fixam e deixam de ser livremente estipuladas por seus praticantes, temos um jogo. Esportes, porém, não são apenas jogos. Jogos

podem ou não ser competitivos; mas esportes são sempre jogos competitivos organizados (AZEVEDO; GOMES FILHO, 2011, p.591).

Conforme Azevedo e Gomes Filho (2011), os esportes, em sua forma moderna, podem ser vistos como competitivos e voltados para o desempenho e conduziram a interações não solidárias. De modo contrário, a brincadeira e os jogos são vistos como lúdicos e prazerosos.

Mesmo no esporte, existe uma diferenciação quanto às suas dimensões. De acordo com Azevedo e Gomes Filho (2011), quando jovens e adultos praticam um esporte, mas não utilizam toda a organização e disciplina requerida nos torneios oficiais, não se ligam a federações e outras instituições, ainda assim estão praticando aquele esporte. Existem três dimensões sociais na prática do esporte o esporte-educação, o esporte-participação e o esporte-*performance* ou de rendimento (GOMES-TUBINO; 1987; 2002; 2006 *apud* AZEVEDO; GOMES FILHO, 2011, p.592):

O esporte-educação é a dimensão do esporte que se presta à formação dos jovens, preparando-os para o exercício da cidadania. Divide-se em esporte educacional e esporte escolar (GOMES-TUBINO, 2006).

O esporte educacional tem conteúdo sócio-educativo, baseia-se em princípios educacionais como a participação, cooperação, inclusão e corresponsabilidade. O esporte escolar se assemelha ao esporte de desempenho, tem princípios do desenvolvimento esportivo e compreende as competições escolares (GOMES-TUBINO, 2006).

O esporte-lazer ou esporte-participação tem por princípio o prazer lúdico, no lazer e na utilização do tempo livre. Nesta dimensão o objetivo é a participação e a promoção do bem estar. Não existe a necessidade de seguir todas as regras. O esporte-lazer é uma prática esportiva que permite o acesso de todos, além de desenvolver o espírito comunitário e o fortalecimento das relações pessoais, bem como de parcerias (GOMES-TUBINO, 2006).

O esporte-desempenho ou esporte de rendimento é também conhecido como esporte de alto nível e, por um longo período, orientou o conceito de esporte. Segue regras rígidas específicas para cada modalidade. É o esporte institucionalizado, com competições organizadas em todo o mundo e com a participação de federações internacionais e nacionais. Do esporte de rendimento, manifestaram-se o esporte olímpico e a utilização do esporte como instrumento político-ideológico (GOMES-TUBINO, 2006).

Para Gomes-Tubino (2002 *apud* AZEVEDO; GOMES FILHO, 2011, p.593), a distinção das três dimensões do esporte nos leva à reflexão de que a oferta do esporte, enquanto direito ou forma de inclusão, deve ocorrer com a oportunidade de prática em alguma

das dimensões. O “esporte-participação” seria o que oferece melhores condições na inclusão social. Entretanto, para Azevedo e Gomes Filho (2011), se entendemos o “esporte-participação” na perspectiva de Helal (1990 *apud* AZEVEDO; GOMES FILHO, 2011, p.593) como uma versão incompleta da prática esportiva, não ocorreria a inclusão das pessoas no esporte. Haveria a oportunidade de brincar e jogar, sem a oportunidade de vivência da prática esportiva.

A competição e o rendimento são alguns dos objetivos na prática do esporte em suas três dimensões. A inclusão através do esporte não deve contemplar apenas as atividades de diversão e lazer (AZEVEDO; GOMES FILHO, 2011).

Para Gomes-Tubino (2006, p. 49), o esporte é um “instrumento de paz e um dos melhores meios de convivência humana, devido à sua característica lúdica e tendência de promover a confraternização entre os diferentes participantes das competições”. Para o autor, a prática esportiva possui relação com a saúde, proporcionando benefícios físicos e emocionais para o ser humano (GOMES-TUBINO, 2006).

Conforme Azevedo e Gomes Filho (2011), o esporte pode contribuir nas políticas sociais de inclusão, através do estímulo à cidadania, agrupando jovens em uma atividade construtiva e que evita práticas antissociais. O esporte, entendido em sua tripla dimensão e muitas possibilidades de inclusão, pode ser pensado além dos objetivos educacionais e de lazer. Enquanto prática institucionalizada, pode ser uma possibilidade de ocupação ou profissão. Não deve ser entendido somente como um meio para o alcance de objetivos, como amizade, solidariedade, convívio civilizado e outros valores sociais. Deve ser pensado, também, como uma oportunidade de descobrir novos talentos entre os jovens e a possibilidade de torná-lo uma ocupação duradoura.

Conforme Gomes-Tubino (2006), novas modalidades esportivas têm surgido no mundo. Estas modalidades podem pertencer a mais de uma corrente ao mesmo tempo e podem ser praticadas nas dimensões de esporte de rendimento, esporte-lazer e esporte-educação.

Gomes-Tubino (2006) identifica as seguintes modalidades esportivas: Esportes Tradicionais, Esportes Aventura/na Natureza/Radicais; Esportes das Artes Marciais; Esportes de Identidade Cultural; Esportes Intelectivos; Esportes com Motores; Esportes com Música; Esportes com Animais; Esportes Adaptados; Esportes Militares; e Esportes Derivados de Outros Esportes.

Os Esportes Tradicionais são os comumente disputados. Em grande parte integram os Jogos Olímpicos. São esportes como o basquete, o vôlei, o atletismo, a natação, o futebol, o tênis e o beisebol (GOMES-TUBINO, 2006).

Os Esportes Aventura/na Natureza/Radicais têm relação com a necessidade de superação do ser humano e com questões ambientais. São exemplos as maratonas, triatlos, parapente e travessias marítimas individuais, que exigem técnicas físicas de alto grau de aperfeiçoamento de seus participantes. Nos esportes ligados à natureza, há maior número de participantes que o praticam na dimensão do esporte-lazer (GOMES-TUBINO, 2006).

Os Esportes das Artes Marciais têm um elevado número de participantes que não possuem interesse competitivo, o que pode ser explicado pela possibilidade de utilizar a luta como defesa pessoal, a progressão de faixas e graus e o seu aspecto espiritual. Existem, atualmente, diversas artes marciais que se organizam em federações, sendo o judô a primeira arte marcial a se popularizar no ocidente, seguido pelo karatê, taekwondo e sumô (GOMES-TUBINO, 2006).

Os Esportes Intelectivos não eram considerados modalidades esportivas até que a Carta Internacional de Educação Física e Esporte, em 1978, que ampliou o conceito de esporte, de modo que este adquiriu um papel social relevante e indicou que este seria um direito de todos, incluindo a terceira idade e portadores de deficiências. A partir deste documento xadrez, bilhar e aeromodelismo passaram a ser vistos como esportes (GOMES-TUBINO, 2006).

Esportes com Motores são as modalidades esportivas em que existe a utilização de um aparelho motor, conduzido pela habilidade humana. Automobilismo, motociclismo e disputas de jet ski, são alguns exemplos. Os Esportes de Identidade Cultural são os que possuem origem na cultura nacional e regional. No Brasil, são exemplos: o futevôlei, a peteca, a capoeira, entre outros. Nos Esportes com Música, existe uma sincronização dos movimentos com a música, havendo elevada expressão corporal. São alguns exemplos: a patinação artística, ginástica rítmica, ginástica de solo. Os Esportes com Animais necessitam de animais para cumprir as regras da modalidade. Podem ser animais dominados pelo homem, como ocorre nas touradas e pesca esportiva, ou animais em conjunto com o homem, que é o caso do hipismo (GOMES-TUBINO, 2006).

Os Esportes Adaptados são praticados por pessoas com deficiência e existe a necessidade de adaptações da modalidade, como ocorre no basquetebol em cadeiras de rodas. Os Esportes Militares são simulações de atividades militares, como o paraquedismo, tiro e

esgrima. Por fim, os Esportes Derivados de Outros Esportes são aqueles originados por outra modalidade esportiva, um exemplo seria o futsal (GOMES-TUBINO, 2006).

Na perspectiva do direito, a *Carta Internacional de Educação Física e Esporte* (UNESCO, 1978) e a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) preveem o acesso ao esporte como direito de todas as pessoas. Desta maneira, a UFJF deve promover ações para que os estudantes possam usufruir deste direito. A proposta de um projeto esportivo de assistência estudantil deve ser realizada conforme apontam Athayde et al. (2016). Nesse sentido, devem ser oferecidas práticas em que ocorra a apropriação do esporte, com experiências ricas e aprendizado real.

As atividades desenvolvidas na UFJF para a promoção do esporte entre os estudantes deve acompanhar a perspectiva apontada por Azevedo e Gomes Filho (2011). Para eles, o esporte, tem potencial de agrupar jovens em atividades construtivas. Para tanto, tais práticas devem ser realizadas, levando-se em contas as três dimensões do esporte. O esporte competitivo pode permitir a descoberta de talentos e a inclusão, através do encontro de uma ocupação duradoura.

Na próxima seção será apresentada a metodologia utilizada neste trabalho e as formas de levantamento de dados utilizadas para esclarecer alguns pontos e dar subsídios para construir a proposta de um projeto esportivo de assistência estudantil na UFJF.

2.2 METODOLOGIA

Nesta seção é apresentada a metodologia utilizada para a elaboração do trabalho de pesquisa: o tipo de pesquisa, as formas de investigação e os instrumentos utilizados. O presente trabalho se caracteriza por ser um estudo de caso qualitativo. Para André (2013), no estudo de caso, o conhecimento obtido é mais concreto, contextualizado e voltado para a interpretação do leitor. Permite investigar os fenômenos educacionais nas circunstâncias em que ocorrem, através do contato direto e prolongado do pesquisador e, assim, compreender como surgem, se desenvolvem e evoluem os fenômenos em um período de tempo.

Três pressupostos estão presentes nos estudos de caso: o processo constante de construção do conhecimento, as múltiplas dimensões do caso e as diversas óticas que podem ser compreendidas diante da realidade (PERES; SANTOS, 2005 *apud* ANDRÉ, 2013, p.97).

De acordo com André (2013), há duas características comuns em estudos de caso em educação: uma particularidade que merece ser investigada e o fato de que o estudo deve

considerar o contexto, suas múltiplas dimensões e aspectos que caracterizem o caso, de forma a desenvolvê-lo em profundidade.

Ainda de acordo com André (2013), o estudo de caso qualitativo em educação permite descrever e analisar uma unidade social. Para a autora, no estudo de caso qualitativo, a análise documental, a observação e as entrevistas são os principais métodos de coleta de dados:

Se o interesse é investigar fenômenos educacionais no contexto natural em que ocorrem, os estudos de caso podem ser instrumentos valiosos, pois o contato direto e prolongado do pesquisador com os eventos e situações investigadas possibilita descrever ações e comportamentos, captar significados, analisar interações, compreender e interpretar linguagens, estudar representações, sem desvinculá-los do contexto e das circunstâncias especiais em que se manifestam. Assim, permitem compreender não só como surgem e se desenvolvem esses fenômenos, mas também como evoluem num dado período de tempo (ANDRÉ, 2013, p. 97).

Considerando o estudo de caso qualitativo em educação, foi escolhida a UFJF como foco da presente pesquisa. Esta escolha se deu devido a ser o local de atuação da pesquisadora. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado levantamento documental no portal da UFJF; revisão de literatura, com a apresentação teórica sobre a assistência estudantil e o ensino superior no Brasil; e descrição da legislação que rege a assistência estudantil no Brasil e na UFJF.

Primeiramente foi realizado um contato por e-mail, com servidores da equipe de psicologia da PROAE e solicitação de informações ao e-SIC, referentes à estrutura física da UFJF para o desenvolvimento da atividade esportiva, o desenvolvimento de projetos esportivos na instituição e a presença de profissionais com formação em Educação Física para a condução de projetos. Estas informações foram obtidas em um primeiro momento e estão disponíveis no Capítulo 1 deste trabalho, que teve por objetivo realizar uma apresentação descritiva do cenário atual presente na PROAE e na UFJF, em relação ao desenvolvimento do esporte enquanto política de assistência estudantil.

Um dos objetivos deste trabalho é a apresentação de uma proposta de implementação de um projeto de assistência estudantil, na área dos esportes, na UFJF. Diante da descrição apresentada no Capítulo 1, restaram alguns pontos que careciam de esclarecimentos para a realização desta proposta. Tornava-se necessário fazer um levantamento de dados sobre a UFJF que não estão presentes nos documentos, bem como realizar uma comparação com outras universidades federais brasileiras, com vistas a verificar o que tem sido executado, em termos de ações esportivas, na assistência estudantil. Para atender a estas questões, foram

realizadas entrevistas com alguns sujeitos da UFJF e um levantamento de dados nas 62 universidades federais, através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (Apêndices B, C, D, E, F, G e H) com: o Pró-Reitor de Assistência Estudantil; alguns membros da equipe da PROAE; alguns estudantes atendidos pela assistência estudantil; um servidor da secretaria da FAEFID; um servidor da secretaria do núcleo de extensão da FAEFID; um representante do DCE e o Presidente de uma Associação Atlética da UFJF. A escolha dos entrevistados se deu em virtude da relação existente entre tais sujeitos com a assistência estudantil na UFJF, os estudantes e as atividades esportivas. Foram escolhidos indivíduos que dispõem de informações relevantes para o desenvolvimento da política de assistência estudantil e sobre o cenário de possibilidades e limitações atuais na UFJF. Os atores podem influenciar no desenvolvimento de novas ações ou realizar parcerias com a PROAE, para que estas ações possam ser realizadas.

A entrevista com o Pró-Reitor de Assistência Estudantil foi solicitada e realizada na mesma semana. Os servidores da PROAE foram selecionados para a entrevista por dois critérios diferentes para cada entrevistado: estar inserido em um novo projeto que está sendo desenvolvido na PROAE; e estar trabalhando na PROAE por um período mais longo, de forma a realizar comparações sobre as novas ações.

Posteriormente foi feito um contato com a equipe do DCE, informando os objetivos da pesquisa e o próprio DCE indicou o seu representante para participar da pesquisa.

A pesquisadora obteve os contatos por e-mail de todas as Atléticas presentes na UFJF, através de uma publicação na página do Facebook do DCE. Foi enviado um convite para que os estudantes participassem da pesquisa, informando os objetivos, o anonimato e o formato da entrevista. Diante da ausência de retorno por parte dos estudantes, a pesquisadora recorreu a documentos oficiais disponíveis na PROAE, em que existia o contato telefônico de um representante de Atlética da UFJF. Através deste contato, foi possível agendar uma entrevista com um Presidente da Atlética.

O servidor da FAEFID foi selecionado durante uma primeira visita à secretaria da FAEFID, com o objetivo de fazer contato com alguém que gostaria de participar da pesquisa.

Um servidor do Núcleo de Extensão da FAEFID foi entrevistado para complementar a pesquisa, ampliando o entendimento sobre os projetos de extensão e a divisão do uso da estrutura da Faculdade de Educação Física e Desportos.

Quatro dos estudantes entrevistados estavam pessoalmente nas dependências da PROAE e foram questionados se gostariam de participar da pesquisa. Foi realizado um contato telefônico com um quinto estudante, para que houvesse, entre os entrevistados, pelo menos um estudante que fosse residente na Moradia Estudantil da UFJF.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 5 de março e 8 de junho de 2018. A amostra é composta por 12 sujeitos, distribuídos em grupos, conforme a Tabela 13:

Tabela 13 - Número total de sujeitos entrevistados, divididos por grupo

Sujeitos	Número de Entrevistas Realizadas
Pró-Reitor de Assistência Estudantil	1
Servidor da PROAE	2
Servidor da secretaria da FAEFID	1
Servidor da secretaria do Núcleo de Extensão da FAEFID	1
Presidente de Atlética	1
Integrante do DCE	1
Estudante	5
TOTAL	12

Fonte: elaborado pela autora.

Os sujeitos serão identificados conforme o grupo e, no caso de mais de um entrevistado no mesmo grupo, será adicionado um número de maneira sequencial, conforme a ordem em que ocorreram as entrevistas, como apresenta o Quadro 3.

Quadro 3 - Descrição dos entrevistados

Sujeito	Descrição
PR	Pró-Reitor de Assistência Estudantil
SP1	Servidor da equipe da secretaria da PROAE
SP2	Servidor da equipe de psicologia da PROAE
SF	Servidor da secretaria da FAEFID
SNE	Servidor da secretaria do Núcleo de Extensão da FAEFID
PA	Presidente de Associação Atlética da UFJF
IDCE	Integrante da equipe de gestão do DCE
E1	Estudante do curso de Música. Ainda não participava de nenhum projeto da PROAE e estava procurando atendimento psicológico pela primeira vez.
E2	Estudante do curso de Engenharia Elétrica, com habilitação em sistemas de potência. Recebe auxílio moradia, frequenta o atendimento pedagógico e assistiu a algumas palestras.
E3	Estudante do curso de Filosofia. É apoiado com o auxílio moradia.
E4	Estudante do curso de Pedagogia. Está inscrito no Grupo DeBoas.
E5	Estudante do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Design. Reside na Moradia Estudantil e recebe auxílio alimentação.

Fonte: elaborado pela autora.

Todos os sujeitos receberam um termo de consentimento (Apêndice I), no qual foram informados sobre os objetivos da pesquisa e obtiveram garantia de sigilo sobre suas identidades. Os roteiros utilizados para a condução das entrevistas com cada grupo podem ser encontrados nos apêndices. As entrevistas foram realizadas presencialmente. Foram gravadas e as respostas obtidas foram transcritas e analisadas por conteúdo. A entrevista do servidor da secretaria do núcleo de extensão da FAEFID foi respondida por email conforme solicitação do servidor.

Durante as entrevistas, quando havia alguma dúvida em relação à pergunta, ela era esclarecida de imediato. Realizei poucas intervenções a partir de perguntas que não estavam disponíveis no roteiro para elucidar pontos apresentados pelos entrevistados. A análise das entrevistas ocorreu através da separação por tipo de conteúdo abordado.

Em um terceiro momento da pesquisa, com o objetivo de realizar uma comparação com outras universidades federais brasileiras e para verificar o que tem sido realizado em termos de ações esportivas na assistência estudantil, foi enviado um questionário de sondagem para as 62 universidades federais presentes no país através do e-SIC. O questionário não foi enviado para a UFJF devido ao fato de já haver conhecimento sobre os dados presentes na instituição.

O questionário (Apêndice A) enviado às instituições apresenta perguntas sobre: qual o setor responsável pela assistência estudantil naquela instituição; se existe, neste setor, o desenvolvimento de atividades de incentivo à participação em esportes, atividades físicas e lazer; se existem ações de prevenção do adoecimento discente realizadas neste setor; descrição das ações de assistência estudantil desenvolvidas na instituição.

O questionário em questão (Apêndice A) foi enviado a 62 universidades federais, através do Sistema Eletrônico do e-SIC, no dia 2 de novembro de 2017. As respostas das instituições ocorreram entre o dia 7 de novembro de 2017 e o dia 16 de abril de 2018:

Quadro 4 - Universidades que receberam o questionário através do e-Sic, divididas por Região

(continua)

Região	Universidade
Centro-Oeste	Fundação Universidade de Brasília
	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
	Universidade Federal de Goiás

Quadro 4 - Universidades que receberam o questionário através do e-Sic, divididas por Região

(continua)

Região	Universidade
Nordeste	Fundação Universidade Federal de Sergipe
	Fundação Universidade Federal do Maranhão
	Fundação Universidade Federal do Piauí
	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
	Universidade Federal da Bahia
	Universidade Federal da Paraíba
	Universidade Federal de Alagoas
	Universidade Federal de Campina Grande
	Universidade Federal de Pernambuco
	Universidade Federal do Cariri
	Universidade Federal do Ceará
	Universidade Federal do Oeste da Bahia
	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
	Universidade Federal do Sul da Bahia
Universidade Federal Rural de Pernambuco	
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	
Norte	Fundação Universidade Federal de Rondônia
	Fundação Universidade Federal de Roraima
	Fundação Universidade Federal do Amapá
	Fundação Universidade Federal do Tocantins
	Universidade Federal do Acre
	Universidade Federal do Amazonas
	Universidade Federal do Oeste do Pará
	Universidade Federal do Pará
	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
	Universidade Federal Rural da Amazônia
Sudeste	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
	Fundação Universidade Federal de São Carlos
	Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
	Fundação Universidade Federal de Viçosa
	Universidade Federal de Alfenas
	Universidade Federal de Itajubá
	Universidade Federal de Lavras
	Universidade Federal de Minas Gerais
	Universidade Federal de São Paulo
	Universidade Federal de Uberlândia
	Universidade Federal do ABC
	Universidade Federal do Espírito Santo
	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
	Universidade Federal do Rio de Janeiro
	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Universidade Federal Fluminense	
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	

Quadro 4 - Universidades que receberam o questionário através do e-Sic, divididas por Região

(conclusão)

Sul	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
	Fundação Universidade Federal de Pelotas
	Fundação Universidade Federal do Pampa
	Fundação Universidade Federal do Rio Grande
	Universidade Federal da Fronteira Sul
	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
	Universidade Federal de Santa Catarina
	Universidade Federal de Santa Maria
	Universidade Federal do Paraná
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Fonte: elaborado pela autora.

Deste total, cinco universidades não responderam ao questionário, embora tenham apresentado algum tipo de resposta no sistema eletrônico do Governo Federal. Onze universidades declararam não desenvolver ações voltadas para o esporte, atividades físicas e lazer como parte da assistência estudantil prestada aos estudantes. Tais universidades não fazem parte da discussão durante a pesquisa.

Além destas universidades, também não participaram da seleção realizada na pesquisa outras três universidades que não indicaram realizar ações em suas respostas ao questionário. Uma delas afirmou não possuir projetos elaborados pelo setor, dizendo apoiar projetos de esportes, lazer e atividade física que são idealizados e executados pelo Diretório Central dos Estudantes e Centros Acadêmicos dos Cursos de Graduação. Entretanto, não foi informado de que maneira ocorre o apoio a estes projetos. Outra possui resolução indicando como devem ser desenvolvidas as atividades na área de esportes, mas não informou o desenvolvimento de nenhuma ação. Por fim, a terceira criou recentemente um setor de esportes dentro da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis, porém não desenvolve nenhum projeto no momento.

As universidades que não participaram da pesquisa são: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, Fundação Universidade Federal de Pelotas, Fundação Universidade Federal de São Carlos, Fundação Universidade Federal de São João Del Rei, Fundação Universidade Federal do Piauí, Fundação Universidade Federal do Tocantins, Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, Universidade Federal da Paraíba,

Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Acre, Universidade Federal do Cariri, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Universidade Federal Rural da Amazônia e Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

A partir da aplicação do questionário de sondagem e posterior triagem, foi realizado o levantamento de universidades em que estejam sendo desenvolvidas ações na área dos esportes pelos setores responsáveis pela gestão do PNAES. Nesta perspectiva, restaram 43 universidades que compõem a pesquisa. Para conseguir compilar as informações contidas em todos os relatórios, os dados obtidos foram agrupados em categorias, conforme a Tabela 14. As categorias são relacionadas a características ou ações esportivas presentes nas universidades. Em algumas categorias foram apresentados exemplos de ações com o objetivo de detalhar o que vem sendo realizado e enriquecer a discussão sobre as possibilidades do esporte na assistência estudantil.

Tabela 14 - Contagem de ações/características das Universidades Federais, divididas por categorias

Contagem por categoria	Sim	Não
Prevenção do adoecimento na assistência estudantil	39	4
Benefício do esporte para a saúde	11	32
Setor de esporte	23	20
Auxílio atleta	10	32
Fomenta ida a eventos esportivos	10	33
Envolvimento com as Associações Atléticas	11	32
Profissional de Educação Física	10	33
Organiza competições	15	28
Disponibiliza material esportivo	6	37
Parcerias	17	26
Critério de vulnerabilidade	10	33
Eventos de lazer	14	29
Aulas de modalidades	17	26

Fonte: elaborada pela autora, com base nos dados fornecidos pelas universidades, através das respostas ao e-SIC.

A apresentação dos projetos esportivos, realizados pela assistência estudantil em outras universidades, é realizada na seção 2.3.4 e tem como objetivo entender o que está sendo realizado no país, assim como demonstrar algumas possibilidades que podem ser desenvolvidas pela PROAE. A estrutura e tipo de divisão por setores nessas universidades, a disponibilidade de profissionais, as possibilidades de parcerias que foram realizadas e os

projetos que são desenvolvidos podem auxiliar a PROAE a encontrar o melhor caminho para realizar suas ações esportivas no contexto da assistência estudantil.

Na próxima seção, é realizada a apresentação e análise dos dados levantados nas entrevistas (Apêndices B, C, D, E, F, G e H) com os sujeitos da UFJF e através das respostas das universidades ao questionário (Apêndice A) enviado através do e-SIC. Com base nestes dados, é apresentado, ao final da seção, um quadro que contém as principais dificuldades encontradas para a implementação de um projeto esportivo pela PROAE.

2.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Esta seção se divide em quatro subseções: as três primeiras se relacionam às análises das entrevistas, que foram agrupadas e analisadas por conteúdos. A última subseção é uma análise estruturada das respostas das universidades ao e-SIC.

A primeira subseção apresenta a percepção dos sujeitos sobre o conceito de assistência estudantil. Também é demonstrada a percepção dos estudantes sobre como tem sido a experiência na graduação em relação ao estresse e saúde geral. Por fim, são elencadas as ações realizadas pela PROAE na UFJF, com o objetivo de prevenir o adoecimento discente, além da opinião dos estudantes sobre estas ações.

Na segunda subseção, será apresentada a opinião dos sujeitos sobre a importância do desenvolvimento, na PROAE, de ações voltadas para o esporte, atividade física e lazer, para a prevenção e promoção de saúde e qualidade de vida, bem como da promoção da cidadania e inclusão social entre os discentes.

Na terceira subseção, são analisados alguns pontos, em relação a um possível projeto esportivo desenvolvido pela PROAE, na perspectiva dos entrevistados. Foi realizado um levantamento sobre qual o perfil do estudante que deve ser atendido pelos projetos esportivos de assistência estudantil; a frequência com que os sujeitos praticam atividades físicas; se existe incentivo, por parte da UFJF, para a prática de atividades físicas entre os discentes; quais seriam as dificuldades de implementação para desenvolver um projeto esportivo de assistência estudantil na UFJF; a possibilidade de estabelecer parcerias com a FAEFID, o DCE e as Atléticas; as modalidades de interesse dos estudantes e a forma de divulgação; a disponibilidade de recursos existente atualmente na PROAE e sua distribuição.

A quarta subseção retrata, de forma estruturada, as respostas das universidades ao e-SIC. Foram selecionadas universidades que apontaram os benefícios para a saúde das ações

esportivas. Também são apresentadas outras iniciativas de incentivo ao esporte na assistência estudantil, que estão sendo desenvolvidas no país, além de algumas características que se destacaram durante as análises das respostas ao e-SIC.

2.3.1 A percepção dos sujeitos sobre o conceito de Assistência Estudantil e sobre as ações da PROAE na UFJF para a prevenção do adoecimento discente

Esta seção apresenta a percepção dos sujeitos sobre o conceito de assistência estudantil; a percepção dos estudantes sobre como tem sido a experiência na graduação em relação ao estresse e saúde geral; as ações realizadas pela PROAE na UFJF para a prevenção do adoecimento discente e a perspectiva dos estudantes sobre estas ações.

O PNAES é um programa do governo federal, regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010, e dispõe sobre as ações de assistência estudantil no âmbito das IFES (BRASIL, 2010). Traduz-se em diversas ações, com o objetivo de proporcionar a permanência do estudante nos cursos de graduação; reduzir as desigualdades sociais e regionais para a conclusão do ensino superior; reduzir a evasão e retenção e promover a inclusão social pela educação. Além disso, prevê a implementação, articulada com o ensino, pesquisa e extensão, de ações em dez áreas de atuação: alimentação, moradia estudantil, inclusão digital, atenção à saúde, transporte, esporte, cultura, creche, apoio pedagógico e atendimento a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Trindade (2016), em pesquisa realizada na UFJF, verificou que havia um equívoco, em relação ao conceito de assistência estudantil por parte da instituição e dos estudantes, em que se enfatizava o apoio financeiro sobre as demais ações. Para a autora, este equívoco era ligado à forma como a universidade transmitia a sua concepção sobre o assunto. A autora apontou a necessidade de ressignificar a visão dos gestores, servidores e estudantes sobre o conceito de assistência estudantil.

Conforme Dutra e Santos (2017), duas concepções de assistência estudantil disputam espaço atualmente. Uma delas é mais restrita e possui uma perspectiva mais seletiva sobre o público-alvo que deve ser atendido. Neste sentido, é voltada para o atendimento de necessidades básicas dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica e tem a sua gestão centralizada aos pró-reitores. A outra é mais abrangente e considera um público-alvo universal. Nesta perspectiva, possui abordagens amplas de atendimento às necessidades dos estudantes, e sua gestão é realizada de forma democrática.

Percebe-se, através das entrevistas, que o entendimento dos sujeitos sobre o que é assistência estudantil pode ser dividido entre dois grupos: os que possuem uma percepção ampliada, e os que possuem uma percepção restrita sobre as ações que devem ser desenvolvidas. Levando-se em conta o PNAES, foram consideradas, neste trabalho, percepções ampliadas, aquelas que possuem uma visão do conceito de assistência estudantil que não se restringe aos auxílios financeiros, considerando as diversas áreas de atuação e os objetivos do PNAES. Foram consideradas percepções restritas àquelas em que a definição do conceito de assistência estudantil é voltada para o pagamento de bolsas, atendimento psicológico e atendimento pedagógico somente.

Existe uma percepção ampliada sobre o que é assistência estudantil por PR, SP1, SP2, SF e IDCE. Possuem uma visão restrita sobre as ações que podem ser desenvolvidas pela assistência estudantil, PA, E1, E2, E3, E4, e E5. Embora percebam, em alguns casos, ações para além dos auxílios financeiros, os estudantes apresentaram uma percepção restrita sobre o que é a assistência estudantil, seus objetivos e áreas de atuação.

PA acredita que seja um espaço que tenta entender as diferenças dos estudantes e abraçar a todos da mesma forma. Conforme E1, assistência estudantil é um setor que apoia o aluno como cidadão e membro da faculdade, quando existem problemas financeiros e de moradia. Para E2, trata-se de um auxílio para poder permanecer na cidade. Para E3, é uma ajuda ao aluno que está com problemas, que podem ser financeiros ou psicológicos. E4 afirma que é para as pessoas que precisam de assistência financeira ou de outras formas, como, por exemplo, a assistência pedagógica. Para E5, o conceito de Assistência Estudantil é o que está descrito no site da PROAE.

Os estudantes entrevistados entendem a assistência estudantil como os auxílios, atendimento a dificuldades financeiras, atendimento psicológico e atendimento pedagógico. Eles apontam para ações que estão em andamento na PROAE, entendem como assistência estudantil aquilo que tem sido oferecido e informado pela PROAE. Entre eles, os estudantes que apresentaram uma percepção um pouco ampliada foram E4, quando indicou ações para estudantes que precisam de atendimentos de outras formas e E2, que apontou para ações com o objetivo de permanência.

Na perspectiva de percepção ampliada de assistência estudantil, PR, SP1, SP2 e SF afirmam em suas falas que as ações de assistência estudantil são ações para além dos auxílios financeiros. PR reconhece a centralidade que os auxílios e bolsas ocupam, mas acredita que devem ser realizadas ações de cultura, atendimento psicossocial, atendimento pedagógico, de saúde e esporte. Ele argumenta que as ações não devem ser exclusivas de Pró-Reitorias que

conduzem as políticas de assistência estudantil, devendo ser ações transversais, que envolvam toda a universidade.

SP1 afirma que é uma ferramenta para acolher os estudantes, utilizando as vertentes do PNAES e possui diversos tipos de intervenção que podem ser realizadas. SF fala sobre ações integradoras, que desenvolvam outras questões para a ideia maior de assistência estudantil.

Para IDCE, a assistência estudantil dispõe dos meios para possibilitar a permanência do estudante na graduação e o melhor aproveitamento pelo estudante da universidade no ensino, pesquisa e extensão. Indicou o desenvolvimento de um ser humano total, através de ações em vários âmbitos. Esta ideia de atender ao indivíduo em sua totalidade também está presente na fala de SP2, que aponta para a um atendimento integral, com várias instâncias contempladas.

A necessidade de garantir a permanência do estudante no curso superior é um dos objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil e faz parte de uma percepção ampliada. Foi apontada por PR, SP1, SF, IDCE e E2. A mudança de perfil dos estudantes, com a entrada de cotistas nas universidades, foi apontada por PR e SP2, que indicaram a necessidade de garantir a permanência destes estudantes.

Trindade (2016) afirmou que existia por parte da então Pró-Reitora de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva, em sua entrevista ao assumir o cargo em setembro de 2014, um movimento no sentido de ressignificar a assistência estudantil na UFJF. Este movimento permanece atualmente e foi indicado por PR em suas falas:

Então, o que foi concebido inicialmente é uma proposta de distribuição de bolsas. Então, a gente está num momento de ressignificar essa estrutura dentro da PROAE. Desde que eu estou aqui, a gente tem feito reuniões, ficamos um ano e... quase um ano e meio fazendo reuniões todas as segundas-feiras discutindo, elaborando que projetos a gente poderia ampliar, dentro dessa visão do que é assistência estudantil num plano macro (PR. Entrevista realizada em 12 de março de 2018).

O movimento de ressignificação da PROAE, por parte da gestão, pode ser verificado na nova Resolução nº11/2017, que trata da política de assistência estudantil na UFJF; a realização de reuniões de equipe semanais; a criação do Fórum Permanente de Avaliação, Discussão e Orientação da Política de Assistência Estudantil; além de outras ações que contribuíram para a percepção ampliada dos sujeitos que estão mais próximos da execução da política e das discussões sobre a sua implementação na universidade.

O cenário atual se mostra diferente do apresentado por Trindade (2016), tendo em vista que a gestão, os servidores entrevistados e o Integrante do DCE apresentaram percepções ampliadas sobre o conceito de assistência estudantil. Torna-se necessário realizar um movimento, por parte da PROAE, para que os estudantes tenham uma participação mais ativa no desenvolvimento da política de assistência estudantil na UFJF. Os estudantes devem ter uma percepção clara sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil, seus objetivos e sobre as possibilidades que podem ser exploradas pela instituição. Devem conhecer os projetos presentes na PROAE e os projetos que são ambicionados pelo setor. O alinhamento entre as necessidades dos estudantes e as ações realizadas pela PROAE passa também pelo reconhecimento por parte dos estudantes das possibilidades de auxílio que podem ser ofertadas.

O Quadro 5 apresenta as respostas dos estudantes, em relação à experiência da graduação, em termos de níveis de estresse e saúde geral. Seis dos sete estudantes entrevistados apontaram problemas como estresse, tristeza, depressão, problemas de saúde, desânimo, excesso de cobrança na graduação e vontade de desistir do curso.

Quadro 5 - Estresse e Saúde Geral dos Estudantes Durante a Graduação

Sujeito	Níveis de Estresse e Saúde Geral Durante a Graduação
PA	Afirmou que a universidade nunca o estressou e que ele procura fazer as coisas que gosta.
IDCE	Acredita que a graduação é tranquila e que a parte mais estressante seja em relação às cobranças dos estudantes sobre a gestão do DCE.
E1	Estava procurando atendimento psicológico na PROAE e disse se sentir triste em chegar a esse ponto de tanto estresse. Disse que o “docente também, às vezes também está estressado e acaba que quem paga sempre é o aluno (E1. Entrevista realizada em 13/03/2018)”.
E2	Afirma passar por dificuldades: “já há uns três anos que está sendo bem difícil” (E2. Entrevista realizada em 26/03/2018).
E3	Teve depressão durante a graduação por conta da perda do pai e por problemas familiares. Faz acompanhamento psicológico e às vezes pensa em desistir do curso.
E4	Afirma que o curso é muito tranquilo “falando de professores, mas de qualquer forma é uma pressão (E4. Entrevista realizada em 26/03/2018)”. Afirmou ter passado por crises de ansiedade e estar melhor depois de ter feito terapia.
E5	Apontou que a experiência tem sido desagradável. Para E5, falta estrutura nas ementas do curso e existem divergências entre professores, que acabam impedindo algumas decisões e ações que deveriam ocorrer.

Fonte: elaborado pela autora, com base nas entrevistas.

Quatro estudantes (E1, E2, E3, e E5) afirmaram que, durante a graduação, problemas de saúde, inclusive psicológicos, prejudicaram o seu desempenho acadêmico. Seis estudantes

responderam que precisaram procurar atendimento de saúde durante a graduação, conforme exibido no Quadro 6.

Quadro 6 - Procura por atendimento de saúde pelos estudantes durante a graduação

Sujeito	Precisou procurar algum tipo de atendimento de saúde durante a graduação, devido a problemas de saúde, inclusive psicológicos
PA	Não procurou atendimento de saúde durante a graduação
IDCE	Respondeu que correu um caso de suicídio de um amigo, em que os amigos e conhecidos utilizaram o atendimento psicológico da universidade.
E1	Afirmou estar procurando atendimento psicológico na PROAE naquele momento.
E2	Informou que estava fazendo tratamento.
E3	Procurou atendimento psicológico.
E4	Respondeu ter procurado atendimento de saúde.
E5	Disse que tem crises de garganta e procurou atendimento na Unidade de Pronto Atendimento (UPA), porque utiliza o SUS quando precisa de atendimento. Afirmou também que sente ansiedade, depressão e insatisfação consigo. Procurou atendimento psicológico no Plantão psicológico da PROAE, mas ainda não tinha conseguido atendimento, por não encaixar o horário, e optou por procurar o grupo de meditação (mindfulness).

Fonte: elaborado pela autora, com base nas entrevistas.

Percebe-se, nessa amostra, que os estudantes estão se sentindo pressionados pelas exigências da vida acadêmica ou por situações externas, que influenciam negativamente as suas experiências na graduação. Embora em alguns casos os estudantes não tenham prejuízo no desempenho acadêmico, devido a problemas de saúde, quase todos necessitaram de atendimento médico ou psicológico.

A procura por atendimento psicológico, nesta amostra, se apresenta elevada. Este dado corrobora com a literatura sobre a incidência de dificuldades emocionais por que passam os estudantes de graduação, apresentada na IV Pesquisa Nacional de Perfil dos Discentes das Instituições Federais de Ensino Superior, realizada em 2014 pelo FONAPRACE (2016). A pesquisa apontou que 79,8% dos estudantes passaram por dificuldades emocionais no período de 12 meses, que interferiram em sua vida acadêmica. Ansiedade (58,36%), desânimo (44,72%), sensação de desamparo/desespero/desesperança (22,55%), sentimento de solidão (21,29%), tristeza (19,28%) e ideia de morte e pensamento suicida (10,51%) foram alguns dos itens pesquisados pelo FONAPRACE, que também apareceram de alguma forma entre os relatos dos estudantes da UFJF (FONAPRACE, 2016).

Os estudantes passam por diversas dificuldades, que não se relacionam ao aspecto financeiro para a permanência no curso de graduação. Neste contexto, em alguns casos, procuram atendimento psicológico e pedagógico na PROAE, com o objetivo de tentar resolver tais problemas. É importante que os estudantes sejam devidamente acolhidos e

encontrem, na PROAE, um espaço para minimizar problemas que influenciam negativamente em sua permanência. A percepção restrita dos estudantes em relação ao que pode ser oferecido pela PROAE acaba por prejudicá-los em possíveis reivindicações por mais frentes de atendimento em suas necessidades.

Levando-se em conta o número elevado de estudantes matriculados nas graduações da UFJF, é necessário ampliar o atendimento para que os estudantes sejam apoiados nas dificuldades por eles encontradas para a conclusão do curso superior. O desenvolvimento de ações esportivas, pela PROAE, como forma de assistência estudantil, torna-se uma possibilidade de atender a grupos maiores de estudantes e realizar ações preventivas para evitar o adoecimento discente.

Em relação à prevenção do adoecimento discente, PA respondeu que não sabe se a UFJF oferece algum suporte neste sentido, mas ele afirma que é preciso haver, porque no ano anterior, ele viu casos de suicídio “por causa de pressão da faculdade” (PA. Entrevista realizada em 19 de março de 2018). IDCE disse que é importante e deve ser uma atuação no dia a dia, na sala de aula, acompanhando as coisas. Para E1, a faculdade é muito grande e, às vezes os problemas são maiores do que se imagina e não é possível dar conta da demanda dos alunos e de profissionais necessários para o atendimento de prevenção. E3 acredita que já existe o atendimento psicológico e que existe muita cobrança por parte dos professores sobre os estudantes:

(...) eu não vou falar que é por causa dos professores, mas é muita coisa sabe, a matéria, vários professores... a matéria é pesada, então joga muito trabalho, muita prova em cima da gente. Às vezes, muitos professores acham que a gente não tem outra coisa pra fazer. Tem muitos alunos que trabalham, tem muitos alunos que têm muita coisa pra fazer. Então, tem professor que acha que a gente tem que ter exclusividade para aquela disciplina. Então, é muita coisa e a gente acaba não dando conta e vai sobrecarregando a gente até o ponto da gente ficar doido (E3. Entrevista realizada em 26 de março de 2018).

E4 acredita que poderiam acontecer ações mais eficazes, no sentido de prevenir o adoecimento; e E5 afirma que a UFJF precisa melhorar o que já existe e expandir o acesso para que mais pessoas possam ser atendidas.

PR informa que existem ações objetivas, desenvolvidas pela equipe de psicologia, com o atendimento aos estudantes, e ações “num campo não tão objetivo” (PR. Entrevista realizada em 12 de março de 2018), como as rodas de conversa, o Grupo Fora de Casa, o Grupo DeBoas e o grupo de meditação para a prevenção do adoecimento entre os discentes.

Para ele, o estudante adoece por diversas pressões que ele já passa naturalmente, sendo elas associadas às pressões institucionais.

Atualmente, está sendo realizado um levantamento de dados de estudantes com baixo rendimento por dois semestres consecutivos, em que os estudantes são chamados para conversar e informam o que, na opinião deles, pode estar afetando o rendimento acadêmico. Neste levantamento, surgiram apontamentos como: ansiedade; ausência de base, que deveria ser adquirida no ensino básico; relação familiar; relação professor-aluno; e doenças. Para PR, este levantamento é orientador para as ações que a PROAE deve desenvolver. O Tempero Cultural também é entendido como ação de prevenção ao adoecimento, porque contribui para o bem-estar do estudante.

Através da fala de PR, é possível perceber que existem ações sendo desenvolvidas pela PROAE para a prevenção do adoecimento entre os discentes. Também está sendo realizado o mapeamento dos fatores que prejudicam o desempenho acadêmico, mas é preciso considerar os estudantes que ainda não tiveram o seu desempenho acadêmico prejudicado e podem abandonar o curso, devido a problemas de saúde, principalmente no caso de problemas psicológicos que apareceram de forma predominante nas entrevistas.

Neste âmbito, deve ser realizado um mapeamento sobre o adoecimento mental dos discentes, conforme sugerem Padovani et al. (2014). Para os autores, este mapeamento deve ser realizado pela universidade para indicar fatores que predisõem o estresse e planejar e dimensionar as ações de prevenção e tratamento.

Os sujeitos foram perguntados se acreditam que as ações promovidas pela PROAE contribuem para a inclusão, permanência e prevenção do adoecimento dos estudantes no ensino superior.

Entre os entrevistados que possuem percepção restrita sobre a assistência estudantil, PA e E1 afirmaram desconhecer as ações realizadas pela PROAE. E3 e E4 afirmaram conhecer pouco ou não conhecer todas as ações. E5 foi até a PROAE recentemente para se informar. Embora apenas E2 tenha afirmado conhecer as ações desenvolvidas na PROAE e E5 tenha se informado recentemente, todos afirmaram que estas ações contribuem ou contribuem parcialmente para a inclusão, permanência e prevenção ao adoecimento dos estudantes no ensino superior.

PR acredita que as ações contribuem. Para PR, são ações que não curam, mas que favorecem o bem-estar do estudante e o sentimento de pertencimento. Segundo ele, a sociedade está adoecida e a universidade não está “blindada” deste adoecimento. São diversas as cobranças da vida acadêmica, que potencializam o que o estudante já está vivendo. Neste

contexto, a assistência estudantil tenta encontrar o melhor caminho para a vida acadêmica saudável do estudante.

Para SP1, os programas que começaram a acontecer na PROAE, a uns dois anos e meio atrás, contribuem, mas o que havia anteriormente, não. SP2 afirma que as ações contribuem, mas ainda há muito a ser feito, tanto em relação à prevenção, quanto em relação à promoção da saúde.

SF afirmou que não sabe dizer exatamente quais são as ações desenvolvidas pela PROAE. Além disso, disse que o REUNI “modificou a cara dos estudantes da universidade” (entrevista realizada em 06/03/2018) e acredita que o trabalho da Pró-Reitoria é essencial para o aluno que está na universidade e precisa deste apoio para se manter.

IDCE afirmou que as ações não bastam. Para ele, há um adoecimento da saúde mental das pessoas, que ocorre em sala de aula, em relação ao departamento, professores etc. Ele acredita que deveriam haver ações de assistência estudantil, neste sentido, mais próximas da graduação:

(...) existem professores que reprovam 70% da turma e isso é normal. Isso é dado como normal e isso é tido assim: olha, isso aqui é a universidade, você tem que estar pronto pra isso! Só que eu acho que não é assim que funciona, e aí a gente tem visto diversos casos de adoecimento da saúde mental, que levam a extremos que não são aleatórios e não são um ou dois, são casos bem significativos (IDCE. Entrevista realizada em 21 de março de 2018).

É evidente, entre os entrevistados, a ideia de que as ações da PROAE contribuem para a inclusão, permanência e prevenção do adoecimento dos estudantes no ensino superior. Desta forma, existe um reconhecimento entre os sujeitos sobre o papel da PROAE no enfrentamento destas demandas. Porém, também existe uma percepção de que essas ações não estão sendo suficientes para o atendimento dos estudantes.

Em 2016 foram atendidos 181 discentes pela equipe de psicologia da PROAE na modalidade de atendimento individual. Entretanto, este número se mostra baixo em relação ao total de discentes matriculados na UFJF. Em maio de 2017 foi implantado um esquema de plantão psicológico, esta foi uma tentativa de diminuir a fila de espera existente.

A procura por atendimento psicológico tem se mostrado superior à oferta que pode ser realizada pela PROAE. No primeiro semestre de 2018, o Grupo DeBoas contou com 128 inscritos para um total de 90 vagas.

Uma das limitações para a ampliação dos atendimentos psicológicos é a falta de espaço físico. Atualmente, a PROAE conta com apenas uma sala, compartilhada entre

psicólogos e assistentes sociais, para realizar o atendimento individual. A percepção dos estudantes de que as ações não são suficientes se mostram justificadas pelas filas de espera de estudantes, que aguardam para terem acesso ao atendimento psicológico.

Os novos projetos apontados por PR como o Grupo DeBoas, as rodas de conversa, o Grupo Fora de Casa, o grupo de meditação e o Tempero Cultural, possuem abordagens de atendimento em grupo e permitem, além de ampliar o campo de possibilidades de assistência, uma ampliação do número de estudantes atendidos. Desta forma, pode ser considerada uma tentativa da equipe de dimensionar os atendimentos às necessidades dos estudantes e diminuir as filas de espera.

Conforme Nascimento e Arcoverde (2012 *apud* DUTRA; SANTOS, 2017, p.166), existe uma tendência à “bolsificação” nas ações de assistência estudantil, que decorre, de acordo com Moraes e Lima (2011 *apud* DUTRA; SANTOS, 2017, p. 170), da assistencialização presente nas políticas sociais. Esta percepção coloca as ações voltadas para o pagamento de bolsas em uma posição central e prejudica o debate com os estudantes para a verificação de suas reais necessidades.

Conforme o FONAPRACE (2012 *apud* DUTRA; SANTOS, 2017, p.170), devem-se desenvolver ações e projetos que atendam às diversas necessidades dos estudantes. Para tanto, é fundamental contemplar elementos como: saúde física e mental, a formação cidadã e cultural, esporte, lazer, acessibilidade, inclusão digital, ensino de línguas estrangeiras, apoio pedagógico e outras ações que possibilitem uma formação acadêmica plena, voltada para a consciência crítica. Devem ser desenvolvidas ações de assistência básica, como alimentação, moradia e transporte, e ações de assistência ampliada, que articulem ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de melhorar o desempenho acadêmico e a qualidade de vida do estudante.

2.3.2 Esporte, atividade física e lazer: prevenção e promoção em saúde e qualidade de vida, promoção da cidadania e inclusão social entre os discentes

Nesta subseção, são abordadas as opiniões dos sujeitos sobre a importância do desenvolvimento na PROAE de ações voltadas para o esporte, atividade física e lazer para a prevenção e promoção da saúde e qualidade de vida, promoção da cidadania e inclusão social entre os discentes.

Os entrevistados reconhecem os benefícios da prática esportiva na prevenção em saúde, inclusive os benefícios para a saúde mental. Alguns entrevistados apontaram a melhoria da qualidade de vida.

Para PR, a atividade física é produtora de endorfina, diminui o estresse e produz reações químicas que são calmantes e proporcionam a sensação de prazer para a pessoa. Os benefícios fisiológicos do esporte também foram apontados por SP2, que considera que o esporte é uma abordagem preventiva e de promoção de saúde, em que são gerados calmantes naturais.

SF acredita na “atividade física e lazer como remédio” (SF. Entrevista realizada em 06 de março de 2018), como algo terapêutico, que tem relação com a missão da PROAE, saindo da questão financeira exclusivamente e buscando outros meios de proporcionar bem-estar geral para o aluno.

Para PA, a atividade esportiva é importante para tentar evitar a pressão sobre os estudantes, melhorar o condicionamento físico e a qualidade de vida. PA entende que o esporte também é uma válvula de escape para muitas pessoas que não vivem em contextos bons e passam por dificuldades:

(...) o esporte chega bem nessa hora pra tentar resgatar essa pessoa e tentar oferecer condições melhores para ela. Então, tanto na parte da saúde pessoal e um pouco da saúde mental também, porque a pessoa, ela se insere melhor na sociedade (PA. Entrevista realizada em 19 de março de 2018).

E2 e E3 também destacaram os benefícios do esporte para a saúde mental. E2 afirmou sentir mais disposição, animação e melhor rendimento quando praticava atividade esportiva. Para E3, a atividade física é importante, principalmente, para quem está com depressão e ajuda a “aliviar a mente” (E3. Entrevista realizada em 26 de março de 2018).

Existe um reconhecimento, pelos sujeitos, dos benefícios da atividade física para a saúde. Entre as vantagens da atividade física para a saúde, indicadas por Blair et al. (1998), os sujeitos reconheceram aqueles ligados à prevenção de doenças, diminuição dos níveis de ansiedade e depressão e o melhor funcionamento dos processos fisiológicos.

Também houve várias falas, no sentido de que estas atividades têm potencial para a socialização e interação entre as pessoas, promovendo a troca de experiências entre os estudantes.

IDCE acredita que o esporte demanda interação entre as pessoas e, nesta perspectiva, a pessoa deixa de se sentir sozinha. Para ele, estar com outras pessoas, brincar, conversar, interagir são coisas importantes na prevenção em saúde.

Para E1, os estudantes se relacionam dentro do próprio curso e estas ações trariam a possibilidade de conhecer alunos de outros cursos. E2 afirma que está atrasada na faculdade e seus amigos já se formaram, por isso, não possui amigos no curso. E3 acredita que a universidade poderia promover ações para conhecer outros alunos e trocar experiências.

Conforme Gomes Tubino (2006), o esporte possui característica lúdica e tende a promover a confraternização entre seus participantes, sendo considerado, pelo autor, uma das melhores formas de promover a convivência humana.

Para Azevedo e Gomes Filho (2011), o esporte tem potencial para agrupar jovens em atividades construtivas, o que evita práticas antissociais, contribuindo nas políticas sociais de inclusão, através do estímulo à cidadania.

Valores ligados à cidadania foram apresentados por alguns sujeitos, que abordaram questões como a formação educacional do estudante, respeito, vida em sociedade, reconhecimento de direitos e deveres.

Para PR, as atividades educam, disciplinam e, sendo lúdicas, proporcionam práticas solidárias, cooperativas e participativas entre todos. Dessa forma, permitem a construção de um espaço de encontro, que possibilita melhorar as relações e o olhar sobre o outro, respeitando as “diferenças, sejam elas de gênero, sejam elas de credo, sejam de cor de pele” (PR. Entrevista realizada em 12 de março de 2018). Além disso, tais iniciativas também são entendidas como uma possibilidade para a formação do estudante, com o reconhecimento de seus direitos e deveres dentro da instituição. SF Indicou, também, o esporte como fator relevante para o desenvolvimento social do jovem em formação.

SP2 acredita que o esporte ensina valores importantes para o aprendizado sobre a vida em sociedade:

(...) sobre o que é certo e o que é errado, a noção de vencer e de perder, eu acho que o esporte, ele proporciona um amadurecimento em vários sentidos, não só o corporal, as habilidades corporais, mas outras habilidades, outras coisas que a gente precisa elaborar num jogo, numa atividade onde eu preciso dividir com o outro, eu preciso trocar com o outro, eu preciso acreditar na competência do outro pra receber uma bola, pra fazer um levantamento. Eu acho que o esporte, ele tem uma abertura para aprendizados múltiplos (SP2. Entrevista realizada em 06 de março de 2018).

Conforme PA, “o esporte te ensina valores muito importantes, de trabalho em equipe, de fair play, de garra, de vontade de fazer, de coragem, de muita coisa” (PA. Entrevista realizada em 19 de março de 2018).

Conforme Dalbosco (2015) ocorre atualmente na educação superior uma redução das disciplinas humanistas. Esta redução possui o objetivo de reduzir custos. Consequentemente, tal contexto ocasiona a formação de profissionais especializados, para atender a demandas de mão-de-obra. Para o autor, esta formação não dá conta dos problemas de uma sociedade. É necessária uma formação ampla e mais abrangente, voltada para a cidadania, que aborde questões como a pobreza, destruição do meio ambiente e exclusão de minorias. Estes são alguns dos problemas presentes no mundo globalizado e que exigem solução através da cooperação internacional.

A Paidéia grega e a Bildung alemã podem ser utilizadas como referências clássicas da cultura ocidental para pensar a formação cultural ampla no ensino superior na atualidade. Elas buscavam oferecer uma formação que desenvolvesse as suas potencialidades físicas e intelectuais do educando (DALBOSCO, 2015).

IDCE considera que a prática esportiva “não tem sido direito, mas sim privilégio de poucas pessoas que têm tempo e disponibilidade” (IDCE. Entrevista realizada em 21 de março de 2018) de praticar um esporte. As quadras e materiais esportivos são caros e é preciso possibilitar esta prática para as pessoas. Para tanto, é necessário haver o entendimento de que tais práticas são direitos, de forma que exista a inclusão social dessas pessoas.

Esta abordagem, na perspectiva do direito e da restrição ao acesso, possui sustentação na literatura e na legislação brasileira. Conforme o artigo 217 da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado fomentar as práticas desportivas, enquanto direito de cada um. Devem ser destinados recursos públicos para a promoção do desporto educacional e do lazer, como formas de promoção social. Embora exista o direito de acesso à atividade esportiva e obrigação do Estado em promovê-la, na prática, as ações são insuficientes (BRASIL, 1988).

Demo (1994) afirma que a pobreza pode ser entendida como processo injusto de repressão a vantagens sociais desigualmente distribuídas. Nesta perspectiva, a atividade esportiva deve ser tratada em políticas de assistência estudantil, de forma a proporcionar o acesso e a oportunidade de participação nesta atividade, que tem sido, conforme apontado por IDCE, privilégio daqueles que possuem tempo, disponibilidade e recursos financeiros necessários para praticá-las.

Para Athayde et al. (2016), a prática esportiva tem potencial para garantir o atendimento aos direitos de cidadania. Políticas públicas devem ser realizadas para garantir o acesso ao esporte e, conseqüentemente, aos direitos de cidadania.

Para E1, E3 e E4, os estudantes possuem pouco tempo livre e seria benéfico que a PROAE disponibilizasse atividades esportivas no campus. De acordo com E1, a faculdade toma muito tempo. Existem alguns horários em que o estudante fica ocioso no campus e poderia estar praticando “uma atividade que vai poder trazer uma educação corporal, trazer um bem-estar, porque a gente sabe que a atividade física traz bem estar” (E1. Entrevista realizada em 13 de março de 2018). Para E1, os estudantes não praticam atividade física porque dispõem de pouco tempo e, caso praticassem, poderiam evitar “problemas de saúde que vêm sendo enfrentados pelos discentes na faculdade” (E1. Entrevista realizada em 13 de março de 2018).

Para E4, o estudante não tem tempo e, às vezes, não tem condições financeiras para fazer algo fora, então seria um auxílio, um apoio, se a PROAE oferecesse estas atividades. Para E5, se a PROAE oferecesse estas atividades seria muito importante para a saída do sedentarismo e a continuidade da prática de atividade física, sem que houvesse a necessidade de gastar dinheiro.

2.3.3 Esporte na Assistência Estudantil: público alvo, dificuldades e possibilidades

Nesta seção foram analisados alguns pontos em relação a um possível projeto esportivo desenvolvido pela PROAE, na perspectiva dos entrevistados. Foi levantado qual o perfil do aluno deve ser atendido pelos projetos esportivos de assistência estudantil; a frequência com que os sujeitos praticam atividades físicas; se existe incentivo por parte da UFJF para esta prática entre os discentes; quais seriam, na opinião dos servidores da PROAE e do Pró-Reitor de Assistência Estudantil, as dificuldades de implementação encontradas para desenvolver um projeto esportivo na PROAE; a possibilidade de estabelecer parcerias com a FAEFID, o DCE e as Atléticas na condução dos projetos; as modalidades desejadas pelos estudantes, os horários e a forma de divulgação; a disponibilidade de recursos existentes atualmente na PROAE e a sua distribuição.

Em relação ao perfil dos estudantes que devem ser atendidos por um projeto de esporte, lazer e atividade física na assistência estudantil, seis sujeitos responderam que as atividades devem ser desenvolvidas para todos os estudantes (PR, SP2, PA, IDCE, E1 e E2).

Os outros cinco entrevistados responderam que se deve priorizar os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica (SP1, SF, E3, E4 e E5).

SP2 afirma possuir um comprometimento com todos os estudantes, independentemente de renda, no desenvolvimento de suas atividades. Aponta que existem estudantes que, mesmo não tendo sido contemplados com bolsas e auxílios, possuem dificuldade socioeconômica. IDCE também faz um apontamento, no sentido de que existem estudantes em vulnerabilidade que não estejam dentro do limite indicado pela política de assistência estudantil:

Se for possível ser feito para todos os estudantes, que se faça para todos os estudantes. Eu acho que dificulta às vezes o acesso de pessoas que, sei lá, que não tem a vida financeira ótima, como eu, acho que é a maioria assim, boa parte não tem. Às vezes fica, porque um tem um pouco a mais e não entra na questão da vulnerabilidade social, entende? (Integrante do DCE. Entrevista realizada em 21 de março de 2018)

Para PA, é importante apoiar mesmo o estudante que venha de uma situação financeira melhor. Segundo ele, existe a necessidade de incentivo para que o estudante permaneça na prática de atividade física. E2 indica que não são somente os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que possuem dificuldades em se manter na faculdade e exemplificou os casos de estudantes com problemas psicológicos.

SP1, E3 e E4 acreditam que as vagas devem ser destinadas primeiramente para quem possui vulnerabilidade e, em seguida, caso haja disponibilidade, para os outros estudantes. Para SP1, os estudantes em vulnerabilidade não têm o mesmo acesso que os demais estudantes às atividades físicas.

Para SF, o critério de vulnerabilidade seria o mais justo, embora o ideal fosse atender a todos os estudantes. Para SF, as pessoas não vulneráveis podem se inserir em outras atividades fora da UFJF. O mesmo entendimento foi apresentado por E5, que acredita que a pessoa que “tem condições” (E5. Entrevista realizada em 28 de março de 2018) consegue fazer atividades por conta própria, seja fora da UFJF ou nas atividades oferecidas pelas Atléticas.

O Decreto nº 7.234/2010, que regulamenta o PNAES, prevê que serão atendidos, prioritariamente, os estudantes com renda per capita de até um salário mínimo e meio ou os estudantes oriundos da rede pública de educação básica. Os objetivos centrais do PNAES são a permanência, a redução das desigualdades e a inclusão pela educação dos estudantes da graduação (BRASIL, 2010). Assim, podemos dizer que, embora alguns estudantes não sejam

o grupo prioritário a ser atendido pela assistência estudantil, este grupo não deve ser excluído das ações esportivas a serem realizadas pela PROAE. Conforme observamos nas falas de SP2 e IDCE, existem estudantes com renda per capita pouco superior à indicada no decreto e, ainda assim, passam por dificuldades. Além disso, também existem os estudantes que estão com dificuldades de permanência devido a outros problemas que não dependem de renda, conforme indicou E2. A exclusão destes estudantes de projetos esportivos, desenvolvidos pela PROAE, iria de encontro aos objetivos do PNAES.

Para Demo (1994), a pobreza não deve ser entendida somente como carência material, mas como processo injusto de repressão a vantagens sociais desigualmente distribuídas. Segundo ele, a política social precisa ser preventiva e com caráter de redistribuição de renda e poder, além de ser equalizadora de oportunidades, partindo das oportunidades que foram apropriadas pelo grupo dominante.

Entendendo a pobreza como restrição de vantagens sociais e pensando que um dos objetivos do PNAES é a redução das desigualdades, podemos afirmar que o acesso aos projetos esportivos, desenvolvidos pela PROAE, não deve utilizar o critério de vulnerabilidade socioeconômica. As ações devem ser destinadas a todos os estudantes, independentemente de renda.

De acordo com Oliveira (2012 *apud* FONAPRACE, 2012, p.189), os discentes participam pouco de atividades esportivas e isso pode ser resultado da baixa disponibilização deste tipo de atividade nas universidades, e não das condições de vulnerabilidade socioeconômicas dos estudantes.

O Quadro 7 apresenta a frequência da prática de atividades físicas entre os entrevistados. Em relação à frequência com que praticam atividades físicas, E1, E2 e E3 responderam que não praticam. Diante das respostas, percebe-se uma baixa adesão à prática regular de atividade física, principalmente entre os estudantes, uma vez que este foi o único grupo em que houve respostas indicando nenhum tipo de prática.

Quadro 7 - Frequência da prática de atividade física entre os sujeitos

Sujeito	Frequência da pratica atividade física
PR	Ocasionalmente
S1	Duas vezes por semana
S2	Duas ou três vezes por semana
SF	Diariamente
PA	Ocasionalmente
IDCE	Ocasionalmente
E1	Não pratica
E2	Não pratica
E3	Não pratica
E4	Ocasionalmente
E5	Cinco vezes por semana

Fonte: elaborado pela autora, com base nas entrevistas.

As pesquisas apontam que a prática de atividade física previne doenças crônicas não transmissíveis, diminui os níveis de ansiedade e depressão, contribuem para aumentar as defesas do organismo e para o bom funcionamento dos processos fisiológicos (BLAIR et al., 1998). A baixa adesão à prática regular de atividade física entre os estudantes é preocupante, principalmente em um contexto em que diversas queixas, ligadas ao adoecimento mental, foram apresentadas. É necessário que a PROAE realize ações para a promoção do esporte entre os estudantes.

A maioria dos entrevistados considera que a UFJF promove condições para a prática de atividade física entre os discentes. Para Blair et al (1998), os governos são responsáveis por coordenar ações para a promoção de atividades desportivas. Devem ser proporcionadas instalações para proporcionar a prática de exercícios físicos, levando em conta o reconhecimento das desigualdades sociais e dos grupos com necessidades especiais.

PA acredita que o incentivo para o esporte poderia ser melhor. Indicou o bicicletário, a academia ao ar livre e os projetos de extensão como boas iniciativas. Para ele, o campus é convidativo para a prática de atividade física, mas deixa a desejar, quando se trata do atendimento específico para os estudantes. PA acredita que as ações ficam dependentes do que pode ser oferecido pela FAEFID.

IDCE também acredita que as atividades não devem ficar restritas à utilização da FAEFID, devido à dificuldade de utilizar o espaço, por tratar-se de local de estudo para os discentes do curso de Educação Física. Para IDCE, deveria haver mais espaços, como quadras e espaços abertos para os estudantes praticarem atividades físicas em outros locais do campus e não apenas vinculado ao espaço da FAEFID.

E1 e E3 indicaram os projetos de extensão da FAEFID como promotoras de atividades físicas entre os discentes. E1 lembrou, também, das ações que ocorrem no campus no domingo e voltadas para a comunidade geral. E5 acredita que existem condições estruturais e afirmou utilizar o espaço da piscina da UFJF, mas divide a despesa para pagar um treinador, em conjunto com outros estudantes da atlética.

Tanto PA, quanto IDCE acreditam que as ações de incentivo ao esporte, existentes atualmente na UFJF, ficam condicionadas ao que pode ser ofertado pela FAEFID, o que causa algumas limitações. Como afirmou IDCE, o espaço da FAEFID é voltado para a formação dos estudantes do curso de Educação Física. A PROAE, no desenvolvimento de seus projetos esportivos, deve considerar a utilização de outros espaços do campus e não apenas o espaço da FAEFID. A utilização destes outros espaços, para o desenvolvimento esportivo, permitirá maior autonomia para a PROAE no desenvolvimento dos projetos, não havendo a necessidade de reserva prévia de espaço, como ocorre atualmente na FAEFID.

A utilização de outros espaços do campus pela PROAE, no desenvolvimento de projetos esportivos, pode incentivar iniciativas dos estudantes para a prática esportiva regular, devido à facilidade de utilização destes espaços.

PA afirma que não existem ações específicas para os estudantes, sendo que esta percepção está de acordo com a pesquisa realizada, em relação aos projetos de extensão da FAEFID. É necessário que a PROAE realize estes projetos, com o objetivo de atender especificamente às demandas dos estudantes.

Algumas dificuldades para a implementação de ações de assistência estudantil voltadas para o esporte, lazer e atividade física na PROAE, foram apontadas pelos sujeitos. PR e SP2 acreditam que algumas dificuldades passam pela questão histórica ligada à concepção de assistência estudantil voltada para o pagamento de bolsas e auxílios. Para PR a PROAE passa por um momento em que esta estrutura está sendo ressignificada. SP2 também indica a necessidade da mudança de concepção, para que novas atividades sejam implementadas:

A PROAE, ela surgiu como um serviço de bolsa dentro de uma outra Pró-Reitoria. (...). A gente está muito focado nos auxílios, na questão da bolsa, do aspecto financeiro e agora que a gente está começando a vislumbrar outras atividades que contemplam o PNAES. Então, eu acho que a própria questão da prática esportiva, ela está nessa fila aí de outras que tem que ser contempladas (SP2. Entrevista realizada em 06 de março de 2018).

SP1 afirma que não existe estrutura na PROAE para desenvolver este tipo de ação, além de não haver profissionais de Educação Física na assistência estudantil. Para SP1, poderia ser realizada uma parceria com a Faculdade de Educação Física.

PR disse que é incomum a presença de profissionais de Educação Física nas Pró-Reitorias responsáveis pela assistência estudantil. Indicou a possibilidade de realizar parcerias para solucionar o problema da falta de estrutura física na PROAE para o desenvolvimento das ações. PR apontou a consolidação dos projetos já existentes na Pró-Reitoria como maior dificuldade antes de iniciar novos projetos.

PR informou sobre dois eixos de ações com previsão de realização em 2018. Uma é o eixo da saúde e a outra é a área dos esportes. Para ele, a Pró-Reitoria realiza ações de saúde no campo da prevenção, com os atendimentos psicológicos, mas ele acredita que deve avançar em ações de outras dimensões, como, por exemplo, o atendimento de saúde clínico. Em relação ao esporte, ele indica que devem ser realizadas ações ainda em 2018. Sobre as dificuldades para implementar estas ações, ele afirma:

(...) dessas ações especificamente de saúde e no campo do esporte, lazer, enfim, eu acho que é, na verdade, é o estabelecimento maior de parcerias com esses espaços, a consolidação das outras ações que nós também começamos a desenvolver para que a gente possa programar com mais clareza, tendo recursos humanos necessários e, aí, penso eu que esses recursos virão com a parceria desses espaços, para poder estar tocando essas ações. Aqui, eu acho que é um mundo quase que sem fim, porque as demandas dos estudantes e as possibilidades que a gente vislumbra de ações da PROAE, elas, a gente quase que não tem tempo durante o dia para tocá-las todas de uma vez. Mas, na verdade, eu acho que é isso, acho que é a gente consolidar essa percepção do que é assistência estudantil, consolidar esses programas e avançar nesses dois eixos, que eu penso que eles são muito importantes sim (PR. Entrevista realizada em 12 de março de 2018).

E5 também indicou a necessidade de a PROAE consolidar ações existentes, antes de expandir para novas ações:

(...) antes dela resolver expandir para proporcionar esporte, que ela revesse os programas que ela já tem, se eles funcionam da melhor maneira que eles poderiam funcionar. Antes de arrumar um outro compromisso com alguma outra coisa (E5. Entrevista realizada em 28 de março de 2018).

Conforme Assis (2013), na época de sua pesquisa, a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil contava com sete funcionários, sendo duas assistentes sociais, uma pedagoga, três secretários e uma psicóloga. Trindade (2016) afirma, em sua pesquisa, que havia, na PROAE,

16 servidores: um administrador, cinco assistentes sociais, um pedagogo, cinco psicólogos, três assistentes em administração e um trabalhador terceirizado. A PROAE conta, atualmente, com um quadro de 22 servidores. Neste sentido, possui oito assistentes sociais, duas pedagogas, seis psicólogos, uma técnica em assuntos educacionais e cinco servidores administrativos.

Considerando o período entre 2013, em que havia sete funcionários, e o período atual, com 22 funcionários, percebemos que a equipe teve um acréscimo de 15 servidores. A ampliação do número de funcionários na PROAE foi perceptível em todos os segmentos: psicologia, pedagogia, serviço social e administrativo. O aumento do número de servidores sugere um planejamento da gestão, no sentido de ampliar também os serviços oferecidos aos estudantes.

O número insuficiente de funcionários foi apontado pela PROAE, em resposta à auditoria interna nº 002.2015.07.05 (UFJF, 2015), como um dos motivos que levaram à não realização de ações em todos os eixos do PNAES. Com o aumento do quadro de servidores, é possível que esta dificuldade seja minimizada ou resolvida, permitindo que a PROAE inicie os projetos que devem ser desenvolvidos em outros eixos do PNAES, como no caso do esporte.

Em relação à estrutura física, PR acredita que seria possível, para a PROAE, conseguir utilizar a estrutura da FAEFID algumas vezes por semana, reservando alguns horários. Além disso, sugeriu a possibilidade de realizar uma seleção de bolsistas da Faculdade de Educação Física para conduzir os projetos.

SF acredita que seja necessário institucionalizar essa parceria de alguma maneira, como ocorre com os projetos de extensão. Indicou que esses projetos deveriam ser colocados no início do ano, para realizar a divisão dos espaços físicos da FAEFID.

De acordo SNE, a iniciativa dos projetos de extensão, desenvolvidos na FAEFID, parte dos professores, que apresentam projetos relacionados às suas áreas de atuação. Em alguns casos, existe uma demanda prévia, e o professor tenta atender a essa demanda com o seu projeto. Eles apresentam o projeto novo nas reuniões de Departamento e, depois de aprovado, este projeto segue para a reunião do Conselho de Unidade, momento em que também ocorre votação pela aprovação ou não do projeto. Após este trâmite, o projeto é apresentado à PROEX, com o objetivo de solicitar as bolsas de extensão. Os projetos tem duração conforme o edital da PROEX, podendo ser renovados.

Conforme SNE, não existe um projeto destinado especificamente para os estudantes, eles podem participar daqueles disponíveis, de acordo com a sua faixa etária. Os projetos têm

públicos diferenciados, conforme os seus objetivos, que podem ser assistencialistas, competitivos ou para pesquisa e levantamento de dados.

SNE afirmou que não reconhece a preocupação, nos projetos, de que exista uma relação com a prevenção do adoecimento entre os discentes. O que existe são algumas vagas reservadas para quem tem indicação médica. Tal realidade pode ser exemplificada no caso do projeto de natação, que separa aproximadamente três vagas para quem tem problemas de saúde.

De acordo com SNE, as dependências da Faculdade de Educação Física e Desportos da UFJF são reservadas para as atividades acadêmicas do Curso de Educação Física, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, no horário de 7h até às 19h. Entre às 19h e 22h, ocorre a marcação de quadra para jogos e para a realização de atividades das Associações Atléticas.

Percebe-se que existe a possibilidade de a PROAE estabelecer parceria com a FAEFID para a utilização do espaço físico. Esta parceria deve ser institucionalizada e devem ser solicitados horários vagos, nas dependências da faculdade, para a realização de projetos esportivos propostos pela PROAE. A disponibilidade da FAEFID, em ceder espaço para atividades em suas dependências, após o período das 19h, está de acordo com as necessidades dos estudantes, que destacaram o horário noturno como preferencial para participarem de um projeto esportivo promovido pela PROAE.

Outras possibilidades de parcerias, que podem ser realizadas pela PROAE, encontram-se entre as associações estudantis. O DCE, enquanto representante dos estudantes, deve participar da elaboração de projetos esportivos para a assistência estudantil, e as Associações Atléticas, que são promotoras do esporte universitário, também devem ter o seu espaço dentro da PROAE na elaboração deste projeto.

Para Dutra e Santos (2017), a gestão da assistência estudantil pode ser realizada de forma mais centralizada ou mais democrática. Na forma centralizada, a gestão ficaria restrita aos pró-reitores da área. Por outro lado, na forma mais democrática, haveria a participação de estudantes e técnicos-administrativos, que podem aproximar a assistência estudantil da realidade dos estudantes e proporcionar reflexões sob o olhar do usuário e do profissional, que possuem conhecimentos específicos.

Levando-se em conta a gestão democrática no desenvolvimento da assistência estudantil na UFJF, foi perguntado, para PR e IDCE, sobre a possibilidade do Fórum Permanente de Avaliação, Discussão e Orientação da Política de Assistência Estudantil participar na seleção, discussão e implementação de um projeto de esportes na UFJF. Tanto

PR, quanto IDCE tiveram posicionamentos favoráveis. Para PR, “a assistência estudantil não se faz sem a participação dos estudantes” (PR. Entrevista realizada em 12 de março de 2018) e afirmou também que eles “são ótimos em ideias, em identificação das necessidades, de proporem ações que sejam mais inclusivas para todos os estudantes, independente das suas habilidades esportivas” (PR. Entrevista realizada em 12 de março de 2018). Para IDCE essa discussão é necessária e “tem acontecido essa aproximação entre a PROAE e o DCE, justamente para tentar pensar práticas comuns e juntar forças para fazer acontecer” (DCE. Entrevista realizada em 21 de março de 2018).

O Fórum foi criado em maio de 2016 e não tem se reunido, devido à recente troca de gestão do DCE, conforme ambos informaram. De acordo com o PR, as últimas discussões realizadas no fórum foram relativas à abertura da Moradia Estudantil.

Outra possibilidade de participação, levando-se em conta a gestão democrática no desenvolvimento da assistência estudantil na UFJF, foi o estreitamento da relação entre a PROAE e as Associações Atléticas. PA afirmou que a atlética recebe as pessoas que sempre praticaram esportes na cidade, colégio, bairro e, quando chegam à faculdade, não conhecem ninguém. A Atlética tenta contextualizar e inserir estas pessoas no ambiente da faculdade. A Atlética oferece treinos em diversas modalidades, participação em campeonatos dentro e fora da cidade e recepção aos calouros.

Foi perguntado, para PA, se acontecem casos de estudantes que não tinham experiência anterior e, após entrarem para a Atlética, se mostrarem talentosos. Ao que ele respondeu:

Tem muito... tem história de atleta nosso também que nunca tinha praticado um esporte para ser um atleta, sabe, as vezes jogava bola com o pessoal da turma, assim, uma vez por semana ou nem isso e ficava por isso mesmo e que entrou e levou título para todo mundo, em todos os campeonatos que a gente participou (PA. Entrevista realizada em 19 de março de 2018).

Conforme Azevedo e Gomes Filho (2011), o esporte possui muitas possibilidades de inclusão, podendo se tornar uma possibilidade de ocupação ou profissão. O esporte pode ser pensado também como uma possibilidade de descobrir novos talentos entre os jovens.

PA afirmou que não existe apoio ao esporte universitário por parte das universidades. Segundo ele, as instituições não se posicionam, não valorizam, mas também não criticam. As Atléticas ficam sozinhas e arcam com custos elevados, para conseguir transportes para os eventos e quadras para os treinos. Ele apontou, ainda, a dificuldade de ter acesso à estrutura da FAEFID.

Ele afirma que equipes que participam de competições, voltadas para ciência e tecnologia, recebem mais incentivos e têm destaque, inclusive, no site da UFJF, o que não ocorre com as Atléticas:

Eu queria enfatizar um pouco o que eu falei antes, dessa coisa de ações da PROAE, relacionadas ao esporte universitário, porque é muito importante esse apoio. Porque me parece uma coisa meio distante, eu chegar e competir pela UFJF, levando o nome da UFJF, ganhar um campeonato e eu chegar aqui e falar assim: ah, pô, você ficou sabendo que a atlética da engenharia ganhou o campeonato tal? Para que eu estou levando o nome da faculdade se a faculdade não está me apoiando, sabe (PA. Entrevista realizada em 19 de março de 2018).

Para o entrevistado, é necessário que a universidade reconheça a importância das atléticas. Desta forma, é importante considerar o papel, trabalho, história e contribuição de tais entes para o esporte universitário.

Sendo as Atléticas associações sem fins lucrativos, os custos são divididos entre os participantes e, se houvesse incentivos por parte da UFJF, estes custos poderiam ser menores, incentivando a participação de mais pessoas:

Então, essa participação da faculdade peca em vários âmbitos, entendeu, a disponibilidade de treino aqui na faculdade, a gente raramente consegue... raramente não, a gente consegue, mas ainda não é o ideal. Às vezes, eu consigo pra três, quatro modalidades, eu tenho treze. Aí tem que buscar fora, aí é caro, aí tem o atleta que não aguenta pagar, aí ele não treina, porque ele não aguenta pagar, entendeu (PA. Entrevista realizada em 19 de março de 2018).

Os cinco estudantes afirmaram ter interesse em participar de projetos de esporte, lazer e atividade física desenvolvidos pela PROAE. Eles indicaram o horário da noite como o melhor horário para a participação nas atividades. E3 afirmou que também poderia ser à tarde e E5 disse que depende da grade do curso para saber quais os horários disponíveis em cada período.

Sobre as modalidades que gostariam de participar, os estudantes responderam o seguinte, conforme o Quadro 8:

Quadro 8 - Modalidades Escolhidas pelos Estudantes

Estudante	Modalidades
E1	Voleibol, futebol, basquetebol, ginástica e o yoga
E2	Natação
E3	Yoga
E4	Yoga, pilates, grupo de caminhada ou corrida
E5	Ginástica, pilates, caminhada, lutas, dança, bocha, jogos de tabuleiro e online.

Fonte: elaborado pela autora, com base nas entrevistas.

E5 sugeriu inserir os jogos de tabuleiro e os jogos online entre as possibilidades de projetos a serem disponibilizadas pela PROAE. Conforme Gomes-Tubino (2006), os jogos de tabuleiro passaram a ser considerados modalidades esportivas após a divulgação da Carta Internacional de Educação Física e Esporte, em 1978. Estes jogos são enquadrados na modalidade de esportes intelectivos pelo autor. Um projeto, com o desenvolvimento de esportes intelectivos, é uma, das inúmeras possibilidades que a PROAE possui, para incentivar a prática esportiva entre os discentes.

Os cinco estudantes gostariam de ser informados sobre as ações desenvolvidas na PROAE, preferencialmente por e-mail. Indicaram, também, o site e redes sociais da UFJF. Este dado corrobora com o apresentado na pesquisa realizada pelo FONAPRACE (2016), em que 9 em cada 10 estudantes da graduação indicaram que a internet é a usada como principal fonte de informação. Tal dado deve ser considerado durante a divulgação de projetos e demais informações pela PROAE.

Conforme PR, os recursos do PNAES são a base econômica que sustenta a distribuição de bolsas na PROAE. Este recurso também é utilizado para a compra de alguns materiais que precisam ser adquiridos, despesas da Moradia Estudantil e Restaurante Universitário. Ele afirma que existe uma participação de recursos próprios da universidade para dar apoio aos estudantes.

De acordo com PR, o recurso disponível, atualmente, para a PROAE limita algumas ações. São tomadas medidas para que o recurso seja suficiente, é feito um planejamento considerando os valores disponíveis. Existe, por exemplo, uma dificuldade em aumentar os valores das bolsas, sem que os novos ingressantes sejam prejudicados. Ele afirma que os recursos dão conta, praticamente, apenas dos pagamentos de bolsas e auxílios. Desta forma, tal realidade limita os recursos que poderiam ser destinados a ações no campo da cultura e saúde. A verba destinada, em 2015, para a UFJF era de 15 (quinze) milhões de reais. Em 2016, ocorreu um corte, e o valor passou para 14 (quatorze) milhões de reais. Desde então, não ocorreu nenhum reajuste do valor.

PR informou que, para a distribuição de bolsas e auxílios, existe uma estratificação, utilizando indicadores como renda, ocupação do chefe da família, os imóveis e bens, como carros. Através desses indicadores, é produzido um resultado final, que mostra a situação socioeconômica da família do estudante, através da divisão em cinco grupos de acesso. O grupo um tem direito a bolsas de maior valor, os outros grupos têm reduções sucessivas, até o grupo cinco, que possui direito somente ao auxílio alimentação. Para ele, essa é uma maneira de estratificar, oferecendo mais aos que possuem menos recursos. Caso houvesse uma bolsa de valor único, por exemplo, vários estudantes poderiam ficar fora da assistência estudantil.

Esta divisão permite continuar recebendo solicitações de bolsas de novos estudantes. Atualmente, todos os estudantes que têm renda per capita inferior a um salário mínimo e meio estão sendo atendidos pela PROAE com algum tipo de auxílio. Para ele, se existe algum estudante, neste momento, com perfil e não está sendo atendido, é por desconhecimento. Ele afirmou que o projeto Boas-Vindas tem informado, aos estudantes de primeiro período, sobre as atividades da PROAE.

2.3.4 Ações Esportivas de Assistência Estudantil nas Universidades Públicas Federais Brasileiras

Esta subseção retrata, de forma estruturada, as respostas das universidades ao e-SIC. Foram selecionadas universidades que apontaram os benefícios para a saúde das ações esportivas. Também foram apresentadas outras iniciativas de incentivo ao esporte na assistência estudantil, que estão sendo desenvolvidas no país, bem como algumas características que se destacaram durante as análises das respostas ao e-SIC.

Entre as 43 universidades, 39 (trinta e nove) responderam desenvolver ações voltadas para a prevenção do adoecimento discente no setor responsável pela assistência estudantil. Por outro lado, quatro responderam não desenvolver estas ações.

Um total de onze universidades indicou a existência de benefícios ligados à saúde na descrição de seus projetos de esportes, lazer e atividade física: Universidade Federal da Fronteira Sul, Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal do Oeste do Pará, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Federal do ABC, Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Universidade Federal do Pará e Universidade Federal do Pampa.

Percebe-se que menos de um terço das universidades que desenvolvem ações esportivas como forma de assistência estudantil apontou os benefícios ligados à saúde. Este dado demonstra que as ações voltadas para esportes, lazer e atividade física, realizadas nas instituições, em grande parte não são entendidas como ações que tem potencial para prevenir o adoecimento dos discentes.

O Quadro 9 apresenta as universidades e a descrição das ações que indicaram a existência de benefícios ligados à saúde em seus projetos de esportes, lazer e atividade física.

Quadro 9 - Universidades que apresentaram a existência de benefícios, ligados à saúde, na descrição de projetos

(continua)

Universidade	Existência de benefícios, ligados à saúde, na descrição de projetos
Universidade Federal da Fronteira Sul	Empréstimo de materiais esportivos para os estudantes e o projeto Promoção da qualidade de vida, através da cultura do cuidado. O projeto tem por objetivo desenvolver hábitos de vida saudáveis, prevenir doenças e promover o bem-estar físico, psíquico e social para os estudantes. Foram realizadas oficinas, palestras e rodas de conversa, entre as quais, ocorreu a abordagem do tema Atividade Física: qualidade de vida aliada a alimentação saudável.
Universidade Federal de Campina Grande	Programa de Incentivo à Caminhada Portal Saúde UFCG, que é aberto aos discentes e comunidade. Ocorre no complexo esportivo e é acompanhado por profissionais de Educação Física.
Universidade Federal do Oeste do Pará	Projeto Universidade Saudável, que tem por objetivos a prevenção e promoção em saúde dos estudantes. “O evento é uma ação da Diretoria de Assistência Estudantil da PROGES/UFOPA através das Coordenações Psicossociopedagógica e de Esporte e Lazer com a parceria do Instituto de Saúde Coletiva – ISCO/UFOPA. Este projeto será de natureza contínua, sempre abordando temáticas e realizando atividades que promovam a saúde e o bem estar dos estudantes da UFOPA. O projeto inicia em três etapas com abordagens sugeridas pela equipe da Diretoria de Assistência Estudantil, mas a proposta é que os próximos temas sejam sugeridos pelos próprios estudantes. Nesta primeira etapa o Projeto tem como objetivos: (1) Orientar a comunidade acadêmica quanto à alimentação saudável; (2) Incentivar a pratica de atividades esportivas e de lazer, como elemento complementar às ações de atenção à saúde; (3) Sensibilizar quanto a importância do bem estar físico e mental – construção da auto estima” (UFOPA. Resposta em 07 de novembro de 2017).
Universidade Federal Rural de Pernambuco	Entende que as ações realizadas, na área dos esportes, melhoram a qualidade de vida e, conseqüentemente, a saúde. Possui o Programa de Promoção ao Esporte – PPE, edital 6/2017, regido por resolução. Trata-se de um processo de seleção para concessão de Bolsas de Auxílio Atleta ao Discente, que disponibilizou 13 vagas no ano de 2017. Entre os requisitos necessários para a concessão do benefício, estão: apresentar situação de vulnerabilidade socioeconômica com renda per capita familiar igual ou inferior a um salário mínimo e meio; estar matriculado no curso de graduação exclusivamente na UFRPE; não possuir diploma em outra graduação; estar matriculado pela Associação Atlética Acadêmica em uma modalidade esportiva. O critério de seleção é primeiramente o recorte social e, em segundo lugar, a aptidão esportiva.
Universidade Federal de São Paulo	Conta com o projeto BIG Dança, em que ocorreu a seleção de estudantes bolsistas. Na avaliação do projeto, 91,7% dos estudantes apontaram a redução do estresse e da ansiedade entre outros benefícios. O projeto Semana Saúde em Dias foi realizado em uma semana e contou com os eixos: Alimentação e Saúde; Cultura, Atividades Físicas e Lazer. Tinha por objetivo promover a saúde, oferecendo diferentes atividades que contemplassem as necessidades dos estudantes. Este projeto teve apoio da Atlética e ofereceu atividades, como: ginástica, parkour, alongamento e forró.
Universidade Federal do ABC	Possui oficinas de atividade física que, conforme a instituição, tem por objetivo promover a saúde e qualidade de vida. Nessas oficinas, desenvolvem-se aulas de Pilates, Alongamento e Dança de Salão. Promove, também, o Festival de Esporte e Lazer e da Feira da Saúde da Proap, com a realização de diversas atividades, como: “(...) realização de medidas de parâmetros de flexibilidade, força e capacidade aeróbia,

Quadro 9 - Universidades que apresentaram a existência de benefícios, ligados à saúde, na descrição de projetos

(continua)

Universidade	Existência de benefícios, ligados à saúde, na descrição de projetos
Universidade Federal do ABC	palestras na área de gestão esportiva, Oficinas de Dança de Salão, Ginástica, Pilates, Alongamento, Capoeira e Xadrez. Além de uma Oficina do Grupo Bike Anjo, um passeio ciclístico e um cine debate após a exibição do filme BikeXCarros” (UFABC. Resposta em 06 de dezembro de 2017). Na Universidade Federal do ABC, estas ações são desenvolvidas pela Seção de Esporte e Lazer, que está alocada na Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas, na Coordenação de Assuntos Comunitários. A Seção de Esporte e Lazer desenvolve ações multidisciplinares com os outros setores da Coordenação de Assuntos Comunitários, como a Seção de Nutrição e Restaurantes Universitários e a Seção de Promoção à Saúde.
Universidade Federal do Amazonas	Possui o projeto Atividade Física e Saúde, que é destinado a toda a comunidade acadêmica, incluindo os servidores e comunidade do entorno da instituição. Tem por objetivos: “- Oferecer atividade física o ano inteiro; - Realizar práticas de atividades físicas que visam à melhora do desempenho no local de trabalho; - Tornar a prática de atividades físicas um hábito saudável para a manutenção da saúde. Essas atividades proporcionam o relaxamento mental e corporal, previne lesões e doenças, aumenta a resistência cardiorrespiratória, entre outros benefícios para a saúde”(UFAM. Resposta em 28 de novembro de 2017). O projeto possui, atualmente, nove turmas de natação, quatro de hidroginástica, uma de corrida/caminhada, uma de Karate e uma ginástica laboral (apenas para servidores). Existem 484 (quatrocentos e oitenta e quatro) pessoas frequentando os projetos e a lista de espera possui, em média, 80 (oitenta) pessoas. As modalidades são realizadas nas dependências da Faculdade de Educação e Fisioterapia, exceto a ginástica laboral, que ocorre no ambiente de trabalho dos servidores. Na Universidade Federal do Amazonas, existe a Divisão de Esporte, Lazer e Cultura, vinculada à Coordenação de Desenvolvimento Estudantil do Departamento de Assistência Estudantil, dentro da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, o que provavelmente justifica as ações voltadas também para os servidores da instituição.
Universidade Federal de Minas Gerais	A Fundação Universitária Mendes Pimentel, em parceria com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, é a responsável por executar as ações de assistência estudantil. Oferece projetos voltados exclusivamente para os estudantes da Moradia Universitária de Belo Horizonte. Entre estes projetos, há o de Yoga e Corpo em ação. Em seus objetivos, foi dito que o projeto de Yoga melhora a saúde, alivia o estresse e reduz as dores. Sobre o projeto Corpo em ação, afirma que ajuda a desenvolver hábitos de vida saudáveis, fomentando a prática de atividades físicas.
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Possui o Programa Esporte Participação, que oferece vagas para os estudantes participarem de aulas em algumas modalidades esportivas. Conforme as orientações do programa, ele tem por objetivo proporcionar um espaço para a prática orientada de atividade física, a partir da melhoria, manutenção da saúde e qualidade de vida. Também tem por objetivo desenvolver a socialização, bem-estar e permanência dos discentes.
Universidade Federal do Pará	Participação em competições, como: Liga do Desporto Universitário Norte, Liga do Desporto Universitário Nacional, Jogos Universitários Paraenses JUPS e Jogos Universitários Brasileiros JUBS.O Projeto Jogos dos Calouros é voltado para a recepção dos calouros e possui vivência em modalidades individuais, como: natação, xadrez e tênis de mesa; e modalidades coletivas, como: basquetebol, voleibol, handebol e futsal.

Quadro 9 - Universidades que apresentaram a existência de benefícios, ligados à saúde, na descrição de projetos

(conclusão)

Universidade	Existência de benefícios, ligados à saúde, na descrição de projetos
Universidade Federal do Pará	Possui o torneio interno Jogos da Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto, que é voltado para os discentes e tem participação do corpo docente e servidores. Os jogos são composto por modalidades coletivas e individuais. O Projeto Jogos dos Calouros e Jogos da Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto foram discutidos em reuniões abertas, com a participação dos estudantes, DCE e Atléticas.
Universidade Federal do Pampa	Possui o projeto Bem Viver: Esporte, Cultura e Arte na Universidade que, conforme informado pela instituição, tem relação com a prevenção do adoecimento mental. “O projeto ‘Bem viver: esporte, cultura e arte’ está focado no desenvolvimento cultural e na promoção de atividades que estimulem o bem estar físico e emocional junto aos acadêmicos do Campus Caçapava do Sul. O projeto reunirá seis modalidades de oficinas que envolverão atividades físicas e culturais que serão ofertadas entre os meses de setembro e novembro do presente ano: yoga, escalada, artes marciais, dança, teatro e cinema. Compreende-se que tais atividades têm o potencial de auxiliar no desenvolvimento da inteligência emocional dos sujeitos, reduzindo a incidência de problemas emocionais como: ansiedade, depressão, dificuldades de adaptação, stress, etc”. (UNIPAMPA. Resposta em 22 de novembro de 2017).

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados fornecidos pelas universidades, através do e-SIC.

Além das informações, em relação à saúde e prevenção do adoecimento entre os discentes, também foram observados alguns pontos de destaque nas respostas das universidades ao e-SIC. A seguir, são apresentados alguns dados sobre o que tem sido desenvolvido, na assistência estudantil, na área dos esportes, nas universidades públicas federais brasileiras. Além disso, nos casos mais estruturados é apresentada uma breve descrição.

Foram apresentadas as seguintes categorias, divididas em características/ações, em relação ao setor que trata da assistência estudantil nas instituições: a presença de profissional de Educação Física; um setor específico para o desenvolvimento de atividades esportivas; a utilização de parcerias; a existência de algum tipo de auxílio para o estudante atleta; o fomento a ida a eventos esportivos; o envolvimento com as Associações Atléticas; a organização de competições; compra ou disponibilização de material esportivo para os estudantes; a utilização de critério de vulnerabilidade para acesso aos projetos; a realização de eventos de lazer; e a realização de aulas de modalidades esportivas.

Apenas dez universidades afirmaram possuir profissionais com formação em Educação Física para a condução dos projetos. Em alguns casos, os profissionais estavam lotados no setor responsável pelo desenvolvimento de ações esportivas na assistência estudantil. Em outros casos, havia professores do curso de Educação Física que coordenavam estes setores, assim como casos em que foram considerados os professores que atuavam através de parcerias.

A utilização de parcerias, no desenvolvimento das ações na área dos esportes, foi adotada em dezessete universidades. Em nove casos, as parcerias se dão com as faculdades de educação física presentes na instituição. Em um caso, ocorreu a parceria com a faculdade de educação e fisioterapia. Nos outros casos, as parcerias foram realizadas com outras Pró-Reitorias ou com outras instituições, como prefeituras, instituições de ensino superior presentes no município e clubes. Em quase todos os casos, estas parcerias têm por objetivo a utilização de estrutura física, como quadras e piscinas, e a disponibilidade de recursos humanos, como é o caso dos professores de educação física.

Entre as universidades que compõem a pesquisa, vinte e três informaram possuir um setor específico destinado ao desenvolvimento da atividade esportiva. Na maioria dos casos, este setor se encontra em Pró-Reitorias de Assuntos Comunitários. Em seguida, este setor aparece dentro de Pró-Reitorias de Assistência Estudantil. Por fim, em menor número, está ligado à Pró-Reitoria de Cultura, de Extensão ou de Recursos Humanos. Em alguns casos, o setor de esportes aparece hierarquicamente ligado a alguma diretoria ou setor responsável pela

assistência estudantil e, em outros casos, são setores diferentes dentro de uma mesma Pró-Reitoria.

No caso de haver setores diferentes, responsáveis por realizar as ações de assistência estudantil e as ações esportivas, é fundamental, para que as ações esportivas sejam entendidas como ações de assistência estudantil, que tenham os seus objetivos ligados à permanência do estudante, redução da retenção e redução das desigualdades, que são os objetivos do PNAES. Para isso, torna-se necessário o envolvimento de diferentes setores dentro da mesma Pró-Reitoria ou uma percepção clara sobre a missão do setor e os objetivos a serem cumpridos. Durante a pesquisa documental, em que foram analisadas as respostas das universidades ao e-SIC, embora todas as 43 tenham informado desenvolver ações de incentivo ao esporte como parte da assistência estudantil, não é possível identificar se existe, em todos os casos, a observação aos objetivos do PNAES.

Levando-se em conta o número elevado de universidades que possuem setor específico para o desenvolvimento de atividades esportivas para os estudantes, que representa número superior a metade da amostra que compõem esta pesquisa, surge a necessidade de pensar se a criação de um setor com esse objetivo na PROAE contribuiria para o desenvolvimento de ações esportivas de assistência estudantil na UFJF. Possuir uma equipe que se dedica especificamente a este objetivo, ou criar algum tipo de comissão entre os funcionários da PROAE, indicando quais se responsabilizariam por estas ações, pode ser mais eficiente para iniciar projetos neste eixo de atendimento, do que aguardar iniciativas da equipe que já se encontra engajada em projetos de outros eixos do PNAES.

Assis (2013), em análise realizada sobre a assistência estudantil em dez universidades públicas, afirma que um aspecto que se destaca, nessas universidades, foi a interrelação com outras Pró-Reitorias, ocorrendo, em alguns casos, a fusão entre Pró-Reitorias de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis, que desenvolvem, de forma conjunta, todas as ações. Em outros casos, não ocorre esta fusão, mas existem ações conjuntas entre a assistência estudantil e as outras Pró-Reitorias.

Dez universidades afirmaram possuir algum tipo de auxílio para os estudantes que se destacam em atividades esportivas. A Fundação Universidade Federal da Grande Dourados apresenta a seguinte informação sobre o seu Programa Bolsa Atleta:

Programa Bolsa Atleta: beneficiar alunos/atletas com potencial esportivo na modalidade e interesse em representar a universidade nos eventos esportivos e amistosos que sua equipe venha a participar. Atendimento de 100 bolsistas e em média 20 atletas voluntários. Os bolsistas são selecionados através de

análise documental de experiências anteriores e avaliação do desempenho esportivo, que são realizados por profissionais de Educação Física (UFGD. Resposta em 09 de novembro de 2017).

A Fundação Universidade Federal do Amapá afirmou possuir o auxílio atleta, em parceria com o curso de Educação Física. Conforme resposta da instituição, o auxílio tem por objetivo incentivar a participação de seus estudantes em atividades esportivas, melhorar seu desempenho acadêmico, assim como auxiliar o estudante na compra de material esportivo, inscrições, transporte, hospedagem e alimentação em eventos competitivos:

O Auxílio atleta consiste na ajuda de custo no valor de R\$200,00 (duzentos reais) para pela UNIFAP por meio de recurso financeiro de Programa Nacional e Assistência Estudantil (PNAES) e por meio de recurso de Extensão Universitária, no exercício de 2017 foram ofertadas 50 vagas sendo nove vagas, aos acadêmicos com deficiência (UNIFAP. Resposta em 13 de novembro de 2017).

Entre as suas ações, dez universidades afirmaram proporcionar apoio, auxílio ou fomento à participação dos estudantes em eventos esportivos. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal do Pampa apresentaram editais para fomento na participação dos estudantes em eventos, inclusive os esportivos. A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará apresentou edital de fomento, dedicado exclusivamente para os eventos esportivos.

A Universidade Federal do Pampa informou que o seu Programa de Apoio à Participação de Estudantes em Eventos tem por finalidade incentivar e fomentar a participação dos estudantes da graduação em eventos realizados em cidade distinta à do campus. O programa está de acordo com a política de assistência estudantil da instituição e tem por objetivo a democratização de acesso a eventos, que contribui para a qualificação e incentiva a permanência dos discentes.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul afirma, em seu edital, que o auxílio para a participação em eventos será concedido para estudantes integrantes do Programa de Benefícios da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e com desempenho suficiente, conforme o edital. O auxílio pode ser concedido parcialmente ou integralmente, conforme os recursos orçamentários disponíveis.

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará disponibiliza os recursos financeiros do PNAES para estadia e transporte, ao município em que houver realização de jogos.

Durante a realização dos jogos internos da instituição, são selecionados os atletas que se destacam, para representarem a instituição nas competições externas.

O envolvimento com as Associações Atléticas foi indicado por onze universidades, como ação de incentivo à participação em esportes. A Universidade Federal do Oeste da Bahia e a Universidade Federal do Alagoas afirmaram apoiar a criação de associações atléticas na instituição. A Universidade Federal Fluminense informou oferecer apoio financeiro para as atléticas. A Universidade Federal de Alfenas auxilia as atléticas a realizarem um campeonato interno, os Jogos Internos da UNIFAL-MG. Para tanto, ocorre o custeio da premiação, com o orçamento da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis. Além disso, juntamente com as atléticas, organiza-se uma gincana de integração entre calouros e veteranos.

Em quinze instituições, ocorre a realização de competições esportivas. A Universidade Federal do Oeste da Bahia, em sua resposta, afirma induzir a organização de torneios por parte dos discentes, ofertando troféus e medalhas para a premiação. Realiza a intermediação, junto a escolas e clubes, para a utilização de quadras, campos e piscinas.

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) possui campeonatos e torneios de diversas modalidades: Circuito de Corrida de Rua UFU 5K; Copa Universitária de Futsal; Taça Universitária de Atletismo; Super Copa Universitária; Torneio UFU (rugby, lutas e futebol virtual); Torneio Cheerleader; Desafio de Baterias; e Olimpíada Universitária.

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará realizou, até o momento, em resposta ao e-SIC, a 2ª Edição dos Jogos da Univespa. O evento tem caráter esportivo e visa institucionalizar e fomentar atividades desta natureza, além de proporcionar a integração e participação da comunidade acadêmica. Participam do evento os discentes, técnicos administrativos, docentes e terceirizados.

A Universidade Federal do Amazonas realiza os Jogos Universitários da UFAM. Estes jogos têm por objetivos:

(...) promover a interação e a integração sócio-desportiva entre os participantes; incentivar e exaltar a prática desportiva como instrumento para o pleno funcionamento do organismo; estimular a prática desportiva no âmbito universitário; fomentar a prática das várias modalidades pela comunidade acadêmica; selecionar atletas que irão compor a equipe que representará a UFAM em competições nos níveis municipal, estadual e nacional, priorizando os Jogos Universitários do Amazonas – JUAs e os Jogos Universitários Brasileiros – JUBs; incrementar a prática desportiva, trabalhar a auto-estima, o respeito e a responsabilidade ajudando o aluno a dizer não às drogas e conscientizar os acadêmicos do valor de integrarem e representarem a UFAM. A última edição dos jogos (XI JUUFAM) teve um

total de 4.740 inscrições e 51 cursos da Universidade em 14 modalidades diferentes (UFAM. Resposta em 28 de novembro de 2017).

A Fundação Universidade de Brasília realiza os Jogos Internos da UNB (JIUnBs). É uma competição anual realizada em diversas modalidades, entre os Centros Acadêmicos e Atléticas. Além disso, tem por objetivo a integração, a confraternização social e o incentivo à prática esportiva regular.

Entre as ações para o desenvolvimento de esporte, atividades físicas e lazer, como parte da assistência estudantil, seis universidades responderam disponibilizar material esportivo para os estudantes. A Universidade Federal do Sul da Bahia afirmou ter adquirido jogos e bolas. A Universidade Federal do Oeste da Bahia indicou ter adquirido materiais esportivos, como: bolas para diversas modalidades esportivas; redes; coletes coloridos; jogos de xadrez; troféus; medalhas; cartões e apitos. A Universidade Federal do Maranhão disponibiliza bolas de vôlei, basquete e futebol apenas aos discentes que moram na Residência Universitária.

Dez universidades afirmaram utilizar o critério de vulnerabilidade para selecionar os beneficiados por seus projetos na área dos esportes. Na Universidade Federal de Minas Gerais, a Fundação Universitária Mendes Pimentel, em parceria com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, é a responsável por executar as ações de assistência estudantil. Ela desenvolve iniciativas de incentivo à participação, em atividade física, esporte e lazer, direcionadas somente aos estudantes residentes nas Moradias Universitárias. Existe um Centro Esportivo Universitário que possui projetos realizados pela Faculdade de Educação Física. Nestes projetos, os estudantes classificados socioeconomicamente pela Fundação Universitária Mendes Pimentel recebem isenção de taxas ou realizam o pagamento de valores diferenciados.

A Universidade Federal de Santa Maria reserva os dois primeiros dias de inscrição em seus projetos para estudantes com benefício socioeconômico ativo e, nos dois últimos dias, ocorre a inscrição dos demais estudantes interessados. A instituição oferece, através de um projeto de extensão, realizado em parceria com o Centro de Educação Física e Desportos, as seguintes modalidades: academia, natação, hidroterapia, futsal, ginástica, hidroginástica, jiu-jitsu, jodô, kendô, kung-fu, pádel, tênis e voleibol.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro possui o Programa Esporte Participação, que oferece vagas para os estudantes participarem de aulas em algumas modalidades

esportivas. Este programa possui os seguintes critérios de prioridade para o preenchimento das vagas:

- a) estudantes moradores da Residência Estudantil + indicação da DIASE (Divisão de Saúde do Estudante);
- b) estudantes moradores da Residência Estudantil;
- c) estudantes assistidos por alguma modalidade de bolsa ofertada pela SuperEst;
- d) demais estudantes (UFRJ. Resposta em 07 de dezembro de 2017).

Ademais, quatorze instituições afirmaram realizar eventos de lazer. A Universidade Federal do ABC realizou a organização do Festival de Esporte e Lazer e da Feira da Saúde da Proap, havendo a execução de medidas de flexibilidade, força e capacidade aeróbia; palestras sobre gestão esportiva; oficinas de: Pilates, Dança de Salão, Ginástica, Alongamento, Capoeira e Xadrez; oficina com passeio ciclístico; e cine debate.

A Fundação Universidade de Brasília desenvolve o Projeto Recreando, em que são realizadas atividades de lazer durante o horário de almoço, em espaços alternativos da instituição. O projeto tem por objetivo a confraternização social e o incentivo à prática esportiva regular. A instituição realiza, também, o Revezamento Aquático 25 Horas Nadando que é uma prova de revezamento em que cada participante deve nadar 100 metros, durante vinte e cinco horas, de forma ininterrupta. Nesse evento, participam a comunidade universitária e algumas academias de natação de Brasília.

A Universidade Federal do Espírito Santo possui o projeto Desconecte, que tem por objetivo geral envolver o maior número de participantes e sensibilizar os estudantes para a prática esportiva. Este projeto tem como ações: desenvolver atividades físicas em um espaço em frente ao Restaurante Universitário, em dias e horários determinados; e realizar semestralmente um evento com grupos, instituições e pessoas promotoras de práticas esportivas, como yoga, dança e capoeira.

A Fundação Universidade Federal do Rio Grande realiza o Programa Movimenta Furg, que tem por objetivo a integração entre a comunidade universitária e sociedade. É realizado uma vez ao ano e promove corridas rústicas, caminhadas e pedaladas.

Além disso, dezessete instituições afirmaram desenvolver aulas em alguma modalidade esportiva. A Universidade Federal do ABC desenvolve oficinas de atividade física e apoia a realização de oficinas e atividades de grupos estudantis e de servidores. Entre as atividades, existem aulas de Pilates, Alongamento, Dança de Salão, Cheerleading, Capoeira, Lutas, Tênis de Mesa, Circo e Ballet.

A Universidade Federal de Uberlândia e a Universidade Federal do Espírito Santo oferecem aulas de musculação. Na primeira, as vagas são disponíveis para toda a comunidade universitária e, na segunda, existe a reserva de vagas para estudantes cadastrados no Programa de Assistência Estudantil.

A Fundação Universidade Federal da Grande Dourados possui o Programa Monitoria Lazer e Esporte, que tem por objetivo:

(...) beneficiar a comunidade acadêmica por meio de atividades físicas e de lazer que são desenvolvidas pelo setor da Divisão de Esportes e monitoradas por acadêmicos bolsistas, sendo estes supervisionados por profissionais de Educação Física. Dentre as atividades desenvolvidas incluem eventos para servidores, acadêmicos, atividades físicas regulares tais como: caminhada/corrida, esportes coletivos e individuais, jogos de tabuleiro (UFGD. Resposta em 09 novembro de 2017).

A Universidade Federal de Minas Gerais, por meio da Fundação Universitária Mendes Pimentel, oferece os seguintes projetos, voltados exclusivamente para os estudantes da Moradia Universitária de Belo Horizonte:

Yoga: atividade que visa o alívio do estresse e melhoria na saúde, como redução de dores e melhor capacidade de alongamento.

Dança de salão: proporciona a interação entre os moradores e a possibilidade de exercitar uma atividade descontraída que promove o bem-estar.

Educação física: oferece aos moradores conteúdos específicos da Educação Física para a promoção da qualidade de vida em âmbito físico, psicológico e social.

Corpo em ação: fomenta a prática de atividades físicas, instiga a consciência e importância de manter hábitos de vida saudáveis e redução do sedentarismo (UFMG. Resposta em 29 de novembro de 2017).

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido oferece Bolsas de Apoio ao Esporte. É destinada ao discente que possui habilidade esportiva. Para tanto, o bolsista é selecionado através de uma entrevista e teste de habilidade na categoria para a qual se inscreveu. Todos os bolsistas são subordinados ao técnico desportivo e à Coordenação de Esportes e Saúde. Foram disponibilizadas vinte bolsas para o campus de Mossoró, para as modalidades de:

(...) futsal, handebol, vôlei, basquete, natação, hidroginástica, futebol de campo, futebol americano, atletismo, capoeira, judô, jiu-jitsu, caratê, boxe, boxe chinês, luta livre, muay thai, taekwondo, tênis de mesa e xadrez (UFERSA. Resposta em 17 de novembro de 2017).

Percebe-se que as universidades pesquisadas realizam projetos diversificados para o atendimento aos discentes na área esportiva. Os projetos predominantemente verificados, através da consulta ao e-SIC, foram os de: compra ou disponibilização de material esportivo para os estudantes; fomento à ida a eventos competitivos; o envolvimento com as demandas das Associações Atléticas; a organização de competições internas; a realização de eventos de lazer; e a realização de aulas de modalidades esportivas. Palestras e rodas de conversa sobre a conscientização os benefícios da atividade física também foram descritas por algumas instituições.

O campo de possibilidades de atuação, para a promoção de atividades esportivas entre os discentes na assistência estudantil, é vasto. Embora a PROAE possa se basear em ações já realizadas por outras universidades para iniciar os seus projetos, iniciativas inovadoras podem ser desenvolvidas, em parceria com os estudantes, para atender às demandas encontradas.

Através da análise dos resultados obtidos nesta pesquisa, foi elaborado o Quadro 10, que apresenta as principais dificuldades encontradas para a implementação de um projeto esportivo pela PROAE. São elas: a percepção restrita dos estudantes sobre a assistência estudantil e a limitação de recursos humanos, espaço físico e recursos financeiros.

A percepção restrita dos estudantes sobre o que é assistência estudantil foi verificada durante as entrevistas. Eles não veem a prática de atividades esportivas como um direito que deve ser promovido pela assistência estudantil, embora reconheçam uma situação de adoecimento, diante das demandas da vida acadêmica, e tenham conhecimento dos benefícios das atividades físicas.

Sobre as limitações de recursos humanos, verificou-se que não existe profissional Técnico de Nível Superior no cargo de Técnico Desportivo, com formação em Educação Física na UFJF, sendo que tal profissional poderia conduzir projetos esportivos na PROAE com maior autonomia. Além disso, o Pró-Reitor de Assistência Estudantil apontou, em entrevista, que a consolidação dos projetos já existentes na PROAE é a maior dificuldade antes de iniciar novos projetos, o que exigirá dedicação e tempo dos funcionários do setor.

A limitação de espaço físico para a realização de atividades esportivas ocorre devido à PROAE não contar com espaço específico para essas atividades, e a limitação de recursos financeiros, para iniciar um projeto esportivo na PROAE surge devido à destinação, quase na totalidade, dos recursos do PNAES para o pagamento de bolsas e auxílios.

Quadro 10 - Principais dificuldades encontradas para a implementação de um projeto esportivo pela PROAE

Dificuldade	Detalhamento
Percepção restrita dos estudantes sobre a assistência estudantil	Embora os estudantes reconheçam uma situação de adoecimento, diante das demandas da vida acadêmica e tenham conhecimento dos benefícios da atividade física para a saúde e socialização, eles não veem a prática de atividades esportivas como um direito que deve ser promovido pela assistência estudantil. É necessário que os estudantes tenham o conhecimento das ações que podem ser reivindicadas à PROAE.
Recursos Humanos	Não há Técnico de Nível Superior no cargo de Técnico Desportivo, com formação em Educação Física na PROAE. Existe, na PROAE, a necessidade de consolidar os projetos em andamento, antes de iniciar novos projetos.
Espaço Físico	A PROAE não conta com espaço físico específico para a realização de atividades esportivas, como quadras, campos e piscinas.
Recursos Financeiros	A maior parte dos recursos na PROAE é proveniente do PNAES e esses recursos são, quase na totalidade, destinados ao pagamento de bolsas e auxílios.

Fonte: elaborado pela autora.

A partir das dificuldades verificadas, são apresentadas, no Capítulo 3, algumas propostas de resolução para cada uma delas. Espera-se, com estas propostas, solucionar os problemas ligados à percepção restrita dos estudantes sobre a assistência estudantil, bem como à limitação de recursos humanos, espaço físico e recursos financeiros. Com a resolução destas dificuldades, serão indicadas, posteriormente, algumas propostas para a implementação de um projeto de assistência estudantil na área dos esportes na UFJF.

3 PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO ESPORTIVO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFJF

Conforme discutido no Capítulo 1, com a mudança do perfil do estudante que ingressou no ensino superior após o REUNI, as políticas de assistência estudantil necessitaram ampliar as suas ações, de forma a proporcionar a permanência dos estudantes na universidade. Nesse contexto, ocorreu a inserção das atividades esportivas entre as ações de assistência estudantil, visando atender aos objetivos do PNAES.

Embora exista a previsão de que devem ser realizadas ações esportivas entre as ações de assistência estudantil, o Decreto nº 7.234/2010, que regulamenta o PNAES, não prevê nenhum tipo de detalhamento ou restrição para as ações que devem ser desenvolvidas. Tal situação permite que as IFES tenham liberdade no desenvolvimento de seus projetos esportivos, com vistas a promover o atendimento aos estudantes.

No contexto da UFJF, apenas em 2017, foi publicada a Resolução nº 11/2017 da PROAE, que apontava uma mudança de concepção sobre as ações que devem ser desenvolvidas na assistência estudantil. Nesta portaria, existe a previsão do desenvolvimento de atividades desportivas. Contudo, até o momento, não foram iniciadas tais atividades. Embora existam, na FAEFID, projetos de extensão voltados para a prática de atividade física, eles não têm, como público alvo, os estudantes.

No Capítulo 1, foram verificadas algumas dificuldades para que um projeto esportivo de assistência estudantil fosse desenvolvido na UFJF. Estes entraves estavam ligados a: ausência de espaço físico específico para o desenvolvimento de atividades esportivas e a falta de um profissional Técnico de Nível Superior ocupando o cargo de Técnico Desportivo, que possui, como requisito para a investidura, a graduação em Educação Física. Estas situações causam uma limitação ao que pode ser ofertado aos estudantes.

No Capítulo 2, através da análise das entrevistas, foram identificadas outras dificuldades, como a percepção restrita dos estudantes sobre o conceito de assistência estudantil, a necessidade de realizar parcerias por espaço físico, a necessidade de dimensionar os servidores da equipe da PROAE e a centralização dos recursos da assistência estudantil nos pagamentos de bolsas e auxílios.

Diante das questões verificadas, são apresentadas, neste capítulo, algumas propostas de resolução destas dificuldades, com o objetivo de auxiliar na implementação de um projeto de assistência estudantil na área dos esportes. O Quadro 11 concentra as propostas de resolução das dificuldades apontadas nos capítulos 1 e 2 deste trabalho.

Quadro 11- Principais dificuldades encontradas e propostas de resolução, com o objetivo de auxiliar na implementação de um projeto esportivo de assistência estudantil

Dificuldade	Proposta
Percepção restrita dos estudantes sobre a assistência estudantil	Conscientização dos estudantes sobre uma percepção ampliada do que é a assistência estudantil. Informar todas as ações de assistência estudantil desenvolvidas atualmente na PROAE. Aproximar os estudantes das tomadas de decisão sobre a implementação de novos projetos e avaliação dos projetos existentes. Conscientizar os estudantes da relação direta entre a prática de atividades físicas e a melhoria da qualidade de vida durante a graduação.
Recursos Humanos	A PROAE teve um recente aumento do número de servidores no seu quadro. Deve-se dimensionar os servidores para acompanhar as ações desenvolvidas atualmente e designar servidores para compor uma comissão de esportes, de forma a conduzir um projeto esportivo de assistência estudantil. Realizar parcerias com a FAEFID, o DCE e as Associações Atléticas. Solicitar um profissional Técnico de Nível Superior para o cargo de Técnico Desportivo, com formação em Educação Física, para fazer parte da equipe da PROAE.
Espaço Físico	Fazer parceria com a FAEFID, solicitando alguns horários em suas instalações físicas. Utilizar outros espaços disponíveis no campus para a prática de atividades de lazer e recreativas.
Recursos Financeiros	Realizar projetos, utilizando os recursos humanos e materiais atualmente disponíveis. Realizar parcerias de recursos humanos e de recursos materiais. Solicitar à UFJF que aumente a destinação de recursos próprios para as ações de assistência estudantil.

Fonte: elaborado pela autora.

Nas próximas seções, são apresentadas, de forma detalhada, as ações sugeridas para a resolução das dificuldades encontradas, assim como são elencadas iniciativas para a implementação de um projeto esportivo de assistência estudantil na UFJF. As ações serão divididas em três blocos: ações para a mudança da concepção de assistência estudantil por parte dos estudantes; ações relacionadas à expansão da estrutura necessária, com o objetivo de iniciar as atividades; e a proposta de um projeto esportivo de assistência estudantil. Para tais proposições, foram utilizados os quadros do modelo 5H2W, que apresentam informações de forma objetiva e detalhada, indicando as ações que devem ser realizadas.

3.1 MUDANÇA DA CONCEPÇÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL POR PARTE DOS ESTUDANTES: O RECONHECIMENTO DO DIREITO AO ESPORTE

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES se traduz em diversas ações, com o objetivo de proporcionar a permanência do estudante nos cursos de graduação. Para

tanto, procura reduzir as desigualdades sociais e regionais para a conclusão do ensino superior, reduzir a evasão e retenção, e promover a inclusão social pela educação. Além disso, prevê a implementação articulada com o ensino, pesquisa e extensão de ações em dez áreas de atuação: alimentação, moradia estudantil, inclusão digital, atenção à saúde, transporte, esporte, cultura, creche, apoio pedagógico e atendimento a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Os estudantes entrevistados apresentaram elevada procura por atendimento psicológico. Sentiam-se pressionados pelas exigências da vida acadêmica ou por questões externas, que estavam influenciando negativamente as suas experiências na graduação.

Embora tenham reconhecido os benefícios da atividade física para a saúde e tenham apresentado diversas queixas relacionadas a dificuldades emocionais, eles não fazem reivindicações para que existam atividades esportivas de assistência estudantil. Torna-se necessário realizar um movimento de conscientização, com os estudantes, sobre o real sentido da assistência estudantil, seus objetivos e as suas áreas de atuação. A percepção restrita dos estudantes, em relação ao que pode ser oferecido, acaba por prejudicá-los em possíveis reivindicações por mais frentes de atendimento das suas necessidades.

O Quadro 12 aponta as ações que podem ser realizadas para a conscientização dos estudantes sobre uma percepção ampliada do que é a assistência estudantil, seus objetivos, suas áreas de atuação e suas possibilidades na UFJF.

Quadro 12 - Conscientização dos estudantes sobre a assistência estudantil e suas possibilidades na UFJF

(continua)

O quê?	Conscientização dos estudantes, com o objetivo de promover uma percepção ampliada do que é a assistência estudantil.
Por quê?	É necessário que os estudantes tenham o conhecimento sobre o que é a assistência estudantil, os seus objetivos, as ações que são realizadas atualmente na UFJF e sobre as ações que podem ser reivindicadas para atender às suas necessidades.
Onde?	UFJF.
Quando?	A partir do segundo semestre de 2018.
Quem?	Equipe da PROAE e da Diretoria de Imagem Institucional.
Como?	Devem ser realizadas divulgações por e-mail, no site da UFJF, vídeos nas mídias sociais da UFJF e na página da PROAE, que apresentem, para os estudantes, um conceito ampliado de assistência estudantil, seus objetivos e as áreas de atuação. Também é necessário informar todas as ações de assistência estudantil desenvolvidas atualmente pela PROAE. Deve ser revista a estrutura do projeto Boas-Vindas, para que, além de trazer informações sobre a PROAE e os atendimentos disponíveis, seja feita a conscientização dos estudantes sobre o conceito de assistência estudantil.

Quadro 12 - Conscientização dos estudantes sobre a assistência estudantil e suas possibilidades na UFJF

(conclusão)

Quanto?	Como a divulgação será realizada prioritariamente em mídias digitais e pessoalmente no projeto Boas-Vindas, serão utilizados os recursos já existentes na UFJF na área de comunicação (site e mídias sociais) e de recursos humanos. Haverá necessidade de designar funcionários da PROAE e da Diretoria de Imagem Institucional, que investirão na elaboração do material de divulgação.
---------	---

Fonte: elaborado pela autora.

Com o objetivo de ampliar a concepção dos estudantes sobre o significado de assistência estudantil, serão propostas outras duas ações. Uma delas é a participação dos estudantes na escolha de novos projetos e avaliação dos projetos existentes, que deverá ser realizada, semestralmente, através de assembleia entre os servidores da PROAE, DCE, devendo este momento ser aberto a todos os estudantes que quiserem participar. A segunda ação ocorre no sentido de conscientizar os estudantes dos benefícios das atividades físicas, de lazer e esportivas na assistência estudantil.

Verificou-se, durante a pesquisa, que o Integrante do DCE possuía uma percepção ampliada sobre o conceito de assistência estudantil. Acredita-se que esta percepção ampliada seja fruto da participação nas discussões, em relação à implementação da política e à proximidade da gestão. Portanto, foi indicada como possível ação para ampliar o entendimento dos estudantes sobre a assistência estudantil e sobre a participação dos mesmos na gestão, conforme o Quadro 13.

Quadro 13 - Participação dos estudantes na gestão da assistência estudantil

O quê?	Aproximar os estudantes das tomadas de decisão sobre a implementação de novos projetos e avaliação dos projetos existentes.
Por quê?	Os estudantes são o público alvo da Política de Assistência Estudantil e devem participar das escolhas dos projetos que serão desenvolvidos pelo setor, de acordo com as suas necessidades. Devem avaliar os projetos já existentes, descrevendo o que funcionou e o que pode ser melhorado.
Onde?	UFJF
Quando?	Devem ser realizadas assembleias semestrais, com início no segundo semestre de 2018.
Quem?	Equipe da PROAE, DCE e estudantes.
Como?	Devem ser realizadas assembleias com os estudantes, para informá-los dos projetos previstos para serem desenvolvidos na PROAE. Além disso, é necessário apresentar dados de todos os projetos existentes, como o número de participantes e as avaliações destes projetos. Deve ser aberto um espaço para a participação dos estudantes, permitindo que sejam elencadas sugestões, reivindicações, reclamações e dúvidas.
Quanto?	Será utilizada a estrutura disponível atualmente na UFJF. Serão utilizados os espaços da universidade para realização da assembleia, a divulgação será realizada em mídias digitais, os servidores terão tempo para organizar os dados que serão apresentados.

Fonte: elaborado pela autora.

Conforme Dutra e Santos (2017), levando-se em conta uma perspectiva de gestão democrática na assistência estudantil, os estudantes também devem participar de sua elaboração e avaliação. Este processo permite que o estudante contribua com reflexões sobre os projetos desenvolvidos pela PROAE, na perspectiva do usuário, aproximando a política de sua realidade.

Nos Capítulos 1 e 2, constatou-se que as ações existentes atualmente, em relação ao adoecimento discente na UFJF, não são suficientes para atender às demandas dos estudantes. Conforme informações da equipe de psicologia, em 2016 foram atendidos 181 discentes na modalidade de atendimento individual. Entretanto, existe uma fila de espera de estudantes que aguardam atendimento. No Grupo “DeBoas”, no primeiro semestre de 2018, houve a inscrição de 128 estudantes, para o total de 90 vagas disponíveis.

Foi instituído um esquema de plantão psicológico, na tentativa de diminuir a espera por atendimento individual, e também foram desenvolvidos diversos projetos, como o Grupo DeBoas, as rodas de conversa, o Grupo Fora de Casa, o grupo de meditação e o Tempero Cultural, com abordagens em grupo, que permitem novas formas de assistência aos estudantes, assim como uma ampliação do número de estudantes que podem ser atendidos.

A procura por atendimento psicológico na PROAE tem se mostrado elevada e superior à oferta disponível atualmente. Assim, as ações esportivas podem ser uma possibilidade de ampliar as abordagens de prevenção ao adoecimento. A indicação da prática regular de exercícios físicos pode proporcionar melhoria da qualidade de vida para o estudante durante a graduação e, de acordo com Blair et al (1998), diminuir os níveis de ansiedade e depressão. Sugere-se que os profissionais da PROAE encaminhem os estudantes para a participação em atividades esportivas.

Durante as entrevistas, verificou-se que, embora os estudantes reconheçam os benefícios da atividade física para a saúde e tenham apresentado diversas queixas relacionadas a dificuldades emocionais, a maioria não pratica nenhuma atividade física. Torna-se necessário, assim, conscientizar os estudantes sobre os benefícios da atividade física para a melhoria da qualidade de vida durante a graduação. O Quadro 14 apresenta uma proposta nesse sentido.

Quadro 14 - Conscientização sobre os benefícios da atividade esportiva regular durante a graduação

O quê?	Conscientizar os estudantes para que façam a relação direta de que, ao praticarem atividades físicas regulares, podem obter benefícios ligados à melhoria da qualidade de vida durante a graduação.
Por quê?	Os estudantes relataram passar por dificuldades emocionais. Estas dificuldades podem influenciar negativamente em suas condições de permanência e na conclusão do curso.
Onde?	UFJF
Quando?	Segundo semestre de 2018.
Quem?	Equipe da PROAE e Diretoria de Imagem Institucional
Como?	Campanhas, a partir da divulgação de vídeos nas mídias sociais da UFJF, informando sobre os benefícios das atividades físicas, de lazer e esportivas, para a prevenção e promoção em saúde, qualidade de vida e inclusão social. Devem ser demonstradas, nessas campanhas, a relação entre os benefícios das atividades físicas e a sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida durante a graduação. Deve ser realizada uma ampla divulgação sobre as opções de atividades esportivas existentes na UFJF e explicações sobre como o estudante pode participar.
Quanto?	Como a divulgação será realizada nas mídias sociais, serão utilizados os recursos já existentes na UFJF na área de comunicação e de recursos humanos. Haverá necessidade de designar funcionários da PROAE e da Diretoria de Imagem Institucional, que investirão na elaboração dos vídeos de divulgação.

Fonte: elaborado pela autora.

Além de conscientizar os estudantes sobre o que é a assistência estudantil e os benefícios das atividades esportivas para a qualidade de vida, é preciso que a PROAE promova oportunidades para que eles possam praticar estas atividades. Considerando como público alvo das ações esportivas de assistência estudantil todos os estudantes das graduações da UFJF, devemos ter em mente que se trata de um número elevado de atendimentos. Nesta perspectiva, é necessário desenvolver iniciativas de promoção à atividade esportiva em diversas frentes de atendimento.

3.2 EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E DE RECURSOS HUMANOS

Entre os problemas identificados durante a pesquisa para a implementação de ações promotoras da atividade esportiva na UFJF no contexto da assistência estudantil, foram verificadas as limitações de recursos humanos, espaço físico e de recursos financeiros. Nesta seção, são apresentadas seis ações, que devem ser realizadas para expandir tais recursos, de forma que estejam disponíveis para a implementação de um projeto esportivo de assistência estudantil: o dimensionamento de servidores da PROAE; a solicitação um profissional com formação em Educação Física para compor a equipe da PROAE; a realização de parcerias por recursos humanos; a realização de parceria por espaço físico na FAEFID; a utilização de

outros espaços disponíveis no campus para o desenvolvimento de projetos esportivos; e a solicitação de recursos próprios da UFJF para a condução de novos projetos.

Entre as 43 universidades que compõem a pesquisa, 23 possuem um setor específico destinado ao desenvolvimento de atividade esportiva como forma de assistência estudantil. Deve-se levar em conta que mais da metade destas universidades possuem profissionais com dedicação exclusiva para atender a essa necessidade. Neste sentido, sugere-se que a PROAE crie uma comissão de esportes, designando servidores que se responsabilizariam por esses projetos.

O Pró-Reitor de Assistência Estudantil apontou, em entrevista, que a consolidação dos projetos já existentes na PROAE é a maior dificuldade antes do início de novas ações. Portanto, torna-se necessário designar profissionais para conduzir os projetos em andamento, antes de iniciar as iniciativas esportivos. A proposta do dimensionamento de servidores, para as ações já existentes, e a designação de servidores para compor uma comissão de esportes para a condução de um projeto esportivo de assistência estudantil, está presente no Quadro 15.

Quadro 15 - Dimensionamento de servidores

O quê?	A PROAE teve um recente aumento do número de servidores no seu quadro. Deve-se dimensionar os servidores para acompanhar as ações desenvolvidas atualmente e designar servidores para compor uma comissão de esportes, com o objetivo de conduzir um projeto esportivo de assistência estudantil.
Por quê?	Existe a necessidade de consolidar os projetos existentes na PROAE antes de iniciar novos projetos. As experiências de outras universidades que possuem atividades esportivas de assistência estudantil indicam que é benéfico possuir profissionais dedicados exclusivamente a essas ações.
Onde?	PROAE
Quando?	Segundo semestre de 2018.
Quem?	Equipe da PROAE.
Como?	Devem ser designados servidores para conduzir os projetos já existentes e outros servidores para a iniciativa de novos projetos. Deve ser criada de uma comissão de esportes com, no mínimo, dois servidores, de forma a pensar sobre a condução de projetos esportivos na assistência estudantil.
Quanto?	Não haverá custo adicional para a PROAE, os servidores se encontram disponíveis no quadro de funcionários.

Fonte: elaborado pela autora.

Atualmente, a UFJF não conta com nenhum Técnico de Nível Superior no cargo de Técnico Desportivo, com formação em Educação Física. Caso a PROAE tivesse em seu quadro, um profissional com esta formação, haveria autonomia para o desenvolvimento de alguns projetos. Esta proposta está contida no Quadro 16.

Quadro 16 - Solicitar um profissional, com formação em Educação Física, para compor a equipe da PROAE

O quê?	Solicitar um profissional Técnico de Nível Superior, para o cargo de Técnico Desportivo, com formação em Educação Física, para fazer parte da equipe da PROAE.
Por quê?	Caso a PROAE tivesse um profissional com formação em Educação Física em seu quadro, haveria autonomia para conduzir projetos esportivos.
Onde?	UFJF
Quando?	Segundo semestre de 2018.
Quem?	Pró-Reitor de Assistência Estudantil.
Como?	O Pró-Reitor pode realizar a solicitação, em reuniões, com a gestão superior da UFJF.
Quanto?	Não haverá custo adicional para a PROAE.

Fonte: elaborado pela autora.

O Quadro 17 apresenta a proposta de realizar parcerias com a FAEFID, DCE e Atléticas da UFJF, com o objetivo de desenvolver projetos esportivos para o atendimento aos estudantes. Estas parcerias devem ser institucionalizadas, através de documentos oficiais, para que não se percam com trocas as de gestão.

Quadro 17 - Parcerias por recursos humanos

O quê?	Realizar parcerias com a FAEFID, DCE e Atléticas.
Por quê?	Devido ao número insuficiente de servidores para conduzir as ações esportivas de assistência estudantil e também para realizar uma construção democrática e participativa no desenvolvimento dos projetos.
Onde?	UFJF
Quando?	Segundo semestre de 2018.
Quem?	Comissão de esportes da PROAE.
Como?	Devem ser realizados convites, para que representantes da FAEFID, DCE e Atléticas participem de reuniões com a comissão de esportes da PROAE. Nessas reuniões, serão discutidas as possibilidades de desenvolvimento de projetos esportivos de assistência estudantil, em parceria com esses seguimentos.
Quanto?	Haverá investimento de tempo dos servidores PROAE, que fazem parte da comissão de esportes.

Fonte: elaborado pela autora.

Outras parcerias podem ser realizadas ao longo do tempo, para atender no desenvolvimento de ações esportivas de assistência estudantil. Podem ser pensadas parcerias com outras faculdades da UFJF, com outras instituições públicas ou com instituições privadas, conforme a necessidade.

Para viabilizar alguns projetos esportivos, existe a necessidade de solicitar horários nas dependências da FAEFID. A institucionalização da parceria deve ser realizada através de documentos oficiais. Esta institucionalização é necessária, de forma que não se perca a parceria, em caso de mudança de gestão ou alteração de servidores. O Quadro 18 apresenta uma proposta para realizar parceria por espaço físico na FAEFID.

Quadro 18 - Parceria por espaço físico na FAEFID

O quê?	Fazer parceria, com a FAEFID, solicitando alguns horários em suas instalações físicas.
Por quê?	A PROAE não conta, atualmente, com estrutura física específica para o atendimento de atividades esportivas.
Onde?	FAEFID
Quando?	Segundo semestre de 2018.
Quem?	A comissão de esportes da PROAE acompanhará o desenvolvimento da parceria.
Como?	Essa parceria deve ser institucionalizada, através de documentos oficiais. Ao início de cada semestre, seria enviado um cronograma, com a solicitação de reserva de horário e data em alguns espaços da FAEFID.
Quanto?	Não haverá custos adicionais para a PROAE, por se tratar de espaço disponível na UFJF. Haverá investimento de tempo dos servidores da PROAE que fazem parte da comissão de esportes.

Fonte: elaborado pela autora.

O Presidente de Associação Atlética e o Integrante do DCE afirmaram que as ações de incentivo ao esporte, existentes atualmente na UFJF, ficam condicionadas ao que é oferecido pela FAEFID, o que causa algumas limitações, tendo em vista que o espaço é voltado para a formação dos estudantes desta faculdade.

Como uma opção viável para o desenvolvimento de projetos esportivos pela assistência estudantil que não dependam da estrutura física da FAEFID, é apresentada uma proposta de utilização de outros espaços do campus que são abertos, conforme o Quadro 19.

Quadro 19 - Utilizar outros espaços disponíveis no campus para o desenvolvimento de projetos esportivos

O quê?	Utilizar outros espaços disponíveis no campus para a prática de oficinas, atividades de lazer e recreativas.
Por quê?	A utilização de outros espaços físicos do campus, que não sejam as dependências da FAEFID, permite à PROAE maior autonomia no desenvolvimento de seus projetos esportivos para os estudantes.
Onde?	UFJF.
Quando?	Segundo semestre de 2018.
Quem?	Os espaços devem ser escolhidos pela comissão de esportes da PROAE, DCE e Atléticas.
Como?	Devem ser escolhidos alguns possíveis espaços para a realização de projetos esportivos de recreação e lazer no campus. Alguns exemplos são: ciclovia (com bicicletário), pista de street park, Academia ao Ar Livre, área para caminhada e outras áreas de convivência dentro do campus.
Quanto?	Não haverá custos adicionais para a PROAE, por se tratar de espaço disponível na UFJF. Haverá investimento de tempo dos servidores PROAE que fazem parte da comissão de esportes.

Fonte: elaborado pela autora.

A utilização desses espaços trará maior autonomia para a PROAE na proposição de projetos esportivos. Nestes espaços, podem ser realizados algumas oficinas e eventos de recreação e lazer. Com a utilização frequente desses espaços do campus, para o

desenvolvimento de atividades esportivas, é possível que os estudantes se sintam motivados a iniciarem, por conta própria, atividades nessas áreas. Estas iniciativas devem receber apoio da PROAE.

Conforme foi verificado em entrevista com o Pró-Reitor de Assistência Estudantil, os recursos do PNAES são a base que sustenta o pagamento de bolsas e auxílios estudantis. Para o desenvolvimento de algumas atividades, como a compra de material esportivo, será necessária a destinação de recursos, conforme a proposta que será apresentada na seção 3.3 deste trabalho. Para que alguns projetos não sejam inviabilizados, sugere-se, conforme o Quadro 20, a solicitação de recursos próprios da UFJF. Devem ser realizados levantamentos detalhados das demandas propostas conjuntamente entre a PROAE, a FAEFID, o DCE e as Atléticas, assim como uma estimativa dos valores que serão solicitados.

Quadro 20 - Solicitar recursos próprios da UFJF para a condução de novos projetos

O quê?	Solicitar que a UFJF aumente a destinação de recursos próprios para as ações de assistência estudantil.
Por quê?	Algumas ações envolvem despesas, como a compra de material, fomento a viagens ou pagamento de bolsistas/monitores.
Onde?	PROAE
Quando?	Segundo semestre de 2018.
Quem?	Pró-Reitor de Assistência Estudantil, FAEFID, DCE e Associações Atléticas.
Como?	O Pró-Reitor pode realizar a solicitação em reuniões de gestão. A FAEFID, o DCE e as Associações Atléticas podem apoiar essa solicitação, através de manifestações dirigidas à reitoria.
Quanto?	Deverá ser realizado um projeto detalhado, constando os valores necessários para a implementação de um projeto esportivo de assistência estudantil.

Fonte: elaborado pela autora.

As dificuldades encontradas, em relação às limitações de recursos humanos, espaço físico e de recursos financeiros, devem ser superadas para a implementação de um projeto esportivo de assistência estudantil na UFJF. Na próxima seção, são apresentadas diversas ações que compõem este projeto. Para que essas ações sejam viabilizadas, torna-se necessária a prévia realização da expansão estrutural, conforme as propostas que foram apresentadas.

3.3 UM PROJETO ESPORTIVO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Nesta seção, é apresentada uma proposta de desenvolvimento de um projeto esportivo de assistência estudantil na UFJF. Considerando as discussões apresentadas neste trabalho, a proposta leva em conta todos os estudantes das graduações presenciais da UFJF como público

alvo das ações. No segundo semestre de 2016, o número de estudantes matriculados nas graduações presenciais da UFJF era de 17.397 estudantes (INEP, 2016).

As atividades esportivas, em geral, possuem como característica a possibilidade de práticas em grupos, o que contribui para atender a um número elevado de estudantes. Neste contexto, indicamos uma proposta de projetos para o incentivo a participação em esportes, atividades físicas e de lazer, que serão apresentadas em um conjunto de sete ações, com o objetivo de atender ao maior número possível de estudantes. Para tanto, serão indicadas oficinas temáticas, aulas de modalidades semanais, compra de materiais esportivos, atividades dedicadas aos estudantes da Moradia Estudantil da UFJF, aproximação das Associações Atléticas, edital de fomento a práticas competitivas e incentivo ao desenvolvimento de competições internas.

Dezessete universidades federais alegaram oferecer aulas de modalidades esportivas para os estudantes. Na UFJF, estas atividades podem ser divididas em dois momentos. No primeiro momento, a realização de oficinas temáticas, com duração limitada a alguns encontros, e, em um segundo momento, podem ser oferecidas aulas semanais de algumas modalidades, durante o semestre letivo.

As oficinas temáticas teriam uma leitura de democratização do acesso ao esporte e proporcionariam uma oportunidade para o discente fazer contato com práticas diferenciadas, podendo vivenciá-las. Além disso, permitiria, ao estudante, realizar uma aproximação com as mais variadas modalidades esportivas e romperia com a ideia capitalista do esporte espetáculo e mercadoria, apresentada por Athayde et al. (2016), em que existe uma exploração, principalmente através da mídia, sendo o esporte utilizado para atender a interesses econômicos.

Para Athayde et al. (2016) o acesso ao esporte deve se dar por meio de políticas universais e deve ocorrer de maneira crítica, em que as práticas oferecidas proporcionem experiências enriquecedoras, aprendizado e a apropriação do esporte enquanto produto social e elemento cultural.

Nestas oficinas, poderiam ser oferecidas atividades, como: futevôlei, peteca, capoeira, lutas, tênis de mesa, circo e danças específicas, a exemplo do que é realizado na UFABC. Também poderiam ser apresentadas atividades, como: futebol, voleibol, basquetebol, natação, ginásticas, jogos, brincadeiras, jogos cooperativos, jogos intelectivos e recreação.

As oficinas seriam divididas em módulos: módulo I (com apenas um encontro), módulo II (com três encontros) e módulo III (com seis encontros). Conforme o interesse dos estudantes, seria oferecida a sequência das oficinas em cada modalidade. Podem ser

oferecidas diversas oficinas durante todo o semestre, a fim de democratizar o acesso aos estudantes a diversas modalidades esportivas. As oficinas devem seguir a um cronograma, sendo realizadas atividades em todas as semanas, o que incentivaria os estudantes a experimentar novas atividades.

Uma forma de oferecer modalidades esportivas é através da seleção de estudantes do curso de Educação Física para trabalhar como bolsistas ou monitores. Essa abordagem é utilizada pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido, que oferece Bolsas de Apoio ao Esporte, para estudantes selecionados em entrevista e teste de habilidade para a categoria em que se inscreveram. Neste caso, haveria a necessidade de contar com um profissional com formação em Educação Física, de forma que este seja o orientador do projeto e realize a seleção destes bolsistas. Esse profissional pode ser obtido através da parceria entre a PROAE e a FAEFID ou através de contratação realizada pela UFJF, diretamente para o quadro da PROAE. As bolsas podem ser oferecidas com recursos do PNAES ou recursos próprios da UFJF.

Sugere-se, em um primeiro momento, a seleção de três bolsistas ou monitores com dedicação de 12 horas semanais. Os bolsistas podem dedicar, conjuntamente, 10 horas de planejamento e estudo sobre as atividades ofertadas durante a semana e cada um, separadamente, dedicar 2 horas para a realização de oficinas, que ocorreriam em três dias da semana. O valor da bolsa deve ser compatível com outras bolsas oferecidas na UFJF para os estudantes, como as bolsas de treinamento profissional, as bolsas de extensão, as bolsas do projeto de universalização da língua estrangeira e do projeto de universalização da informática. Essa proposta está apresentada no Quadro 21.

Quadro 21 - Projeto de oficinas temáticas

(continua)

O quê?	Oferecimento de oficinas temáticas para a promoção das atividades esportivas entre os estudantes.
Por quê?	Essa abordagem permite a democratização do acesso ao esporte, através da vivência em diversas práticas.
Onde?	UFJF.
Quando?	As atividades devem iniciar no primeiro semestre de 2019 e podem ser realizados entre um e seis encontros, conforme a modalidade pretendida.
Quem?	A comissão de esportes da PROAE, em parceria com a FAEFID ou através da contratação de um Técnico Desportivo, deve realizar a seleção de três bolsistas ou monitores para desenvolver as atividades para os estudantes. Haverá um orientador para os três bolsistas. Deve ocorrer a participação de outros profissionais da PROAE nessas oficinas, de forma a estreitar as relações com os estudantes e enriquecer as práticas com outras contribuições relacionadas às suas áreas de atuação.

Quadro 21 - Projeto de oficinas temáticas

(conclusão)

Como?	<p>Devem ser selecionadas diversas modalidades esportivas e, em seguida, confeccionar um cronograma semestral informando quais serão oferecidas em cada semana.</p> <p>Os espaços destinados à realização das atividades devem ser verificados e solicitados durante a confecção do cronograma. Por exemplo: na primeira semana, são oferecidas apenas oficinas de peteca, realizadas em três dias e horários diferentes, com 20 vagas em cada uma, totalizando a oferta de 60 vagas na semana.</p> <p>Na segunda semana, são oferecidas apenas oficinas de jogos cooperativos, realizadas em três dias e horários diferentes, com 20 vagas em cada uma, totalizando a oferta de 60 vagas na semana. E assim sucessivamente nas semanas seguintes.</p> <p>O estudante têm direito de se inscrever nas oficinas que se interessarem, através da página da PROAE na internet, que abrirá inscrição com duas semanas de antecedência da data de cada oficina.</p> <p>Nas modalidades em que os bolsistas ainda não tiverem domínio, podem ser convidadas pessoas com experiência demonstrada, para auxiliar na execução.</p> <p>No módulo I, as atividades devem seguir uma leitura de familiarização, aprendizado e vivência esportiva. Devem ser apresentadas a história da modalidade, os equipamentos utilizados, o espaço físico e uma atividade prática de iniciação, adaptada à experiência dos estudantes.</p> <p>Nos módulos II e III, podem ser apresentadas técnicas, com gradual aumento de complexidade, até a prática completa da atividade esportiva.</p> <p>A participação no módulo I seria condição para se inscrever no módulo II e, assim, até o módulo III.</p>
Quanto?	<p>Devem ser considerados os custos para o pagamento dos bolsistas ou monitores.</p> <p>Devem ser considerados os valores gastos com a compra de material esportivo, necessário para o desenvolvimento de algumas modalidades.</p>

Fonte: elaborado pela autora.

As oficinas devem passar por uma avaliação ao final do semestre, com o objetivo de verificar as possibilidades para melhorar as ações e a possibilidade de expansão do número de turmas semanais no semestre seguinte.

Em um segundo momento, as atividades que se destacarem nas oficinas seriam ofertadas em aulas de modalidades, com periodicidade semanal durante um semestre, conforme proposta do Quadro 22. A cada semestre, seriam avaliadas as modalidades oferecidas, com base na participação nas oficinas. Para essa abordagem, será necessária a seleção de um bolsista ou monitor por modalidade.

Quadro 22 - Projeto de modalidades esportivas

(continua)

O quê?	Realização de aulas semanais de uma modalidade esportiva.
Por quê?	Após a vivência e experimentação de uma atividade esportiva pelo estudante nas oficinas, este pode desejar prosseguir na atividade. É necessário que essa oportunidade seja viabilizada.
Onde?	UFJF
Quando?	Semestralmente, com início a partir do segundo semestre de 2019.
Quem?	Professor orientador e um bolsista.

Quadro 22 - Projeto de modalidades esportivas

(conclusão)

Como?	A atividade deve ser selecionada, conforme a adesão às oficinas temáticas. A reserva do espaço necessário, para a realização da modalidade, deve ser realizada no início do semestre. Deve ser disponibilizada uma ou duas aulas por semana, durante todo o semestre, com turmas de 20 vagas e fila de espera, para o caso de desistências. A inscrição deve ser realizada no site da PROAE, no início de cada semestre.
Quanto?	Devem ser considerados os custos para o pagamento dos bolsistas ou monitores em cada modalidade. O material esportivo já se encontrará disponível, já que a compra teria sido efetuada no projeto de oficina temática.

Fonte: elaborado pela autora.

A compra e empréstimo de material esportivo foi considerada, por seis universidades, como forma de promoção à atividade esportiva entre os discentes. Sugere-se, conforme apresentado no Quadro 23, que a PROAE realize a compra de bolas para várias modalidades esportivas, além de cones, coletes coloridos, redes, petecas, jogos de tabuleiro, slackline, e outros materiais. Tais objetos seriam destinados ao empréstimo, para que os estudantes pudessem utilizá-los nos espaços livres do campus da UFJF ou em outros espaços que desejarem. O estudante pode retirar o material na secretaria da PROAE e assinar um termo de responsabilidade para a devolução. Com essa ação, diversos estudantes podem se beneficiar, realizando práticas de lazer nas áreas livres do campus, bem como atividades de iniciativa própria.

Quadro 23 - Compra de material esportivo para empréstimo aos estudantes

O quê?	Compra de material esportivo para empréstimo aos estudantes.
Por quê?	O incentivo a participação em esportes, atividades físicas e de lazer pode se dar através da disponibilidade de materiais esportivos, para que os estudantes realizem as suas atividades.
Onde?	UFJF
Quando?	A partir do segundo semestre de 2018.
Quem?	A comissão de esportes da PROAE, juntamente com as Associações Atléticas e o DCE, podem discutir quais os materiais que devem ser comprados e disponibilizados para os estudantes.
Como?	Deve ser realizada a compra de materiais, como bolas, para várias modalidades esportivas, como: cones, coletes coloridos, redes, petecas, jogos de tabuleiro, slackline, e outros materiais. Tais objetos seriam destinados para empréstimo dos estudantes, de forma que pudessem utilizá-los nos espaços livres do campus da UFJF ou em outros espaços desejados. O estudante pode retirar o material na secretaria da PROAE e assinar um termo de responsabilidade para a devolução.
Quanto?	Deve ser realizado um relatório de custos, com os orçamentos de todos os materiais desejados.

Fonte: elaborado pela autora.

A Moradia Estudantil da UFJF foi inaugurada no segundo semestre de 2017 e passou por dois editais para a sua ocupação. Nestes editais, foram disponibilizadas um total de 124 vagas (UFJF, 2017f; 2018e). Levando-se em conta essa recente ocupação da Moradia Estudantil, torna-se necessário pensar em projetos para atender as necessidades destes estudantes. Sugere-se que seja realizada uma aproximação da comissão de esportes da PROAE com os estudantes, com o objetivo de informá-los sobre os benefícios das atividades físicas, de lazer e esportivas, bem como verificar quais seriam as melhores formas de atendê-los em suas necessidades. Seguindo o exemplo do que ocorre na UFMG, a UFJF pode desenvolver projetos para atender exclusivamente os estudantes da Moradia Estudantil. Existe, também, a possibilidade de reservar um determinado número de vagas, nos projetos de oficinas temáticas e aulas de modalidades semanais, para os estudantes residentes na Moradia Estudantil, conforme foi observado em outras universidades federais.

A Moradia Estudantil conta com um espaço que pode ser utilizado para a realização de encontros para a prática de jogos de tabuleiro ou de aulas como yoga, ginástica, dança e alongamento para grupos menores de estudantes. Também pode ser realizada a compra de uma mesa para tênis de mesa ou outro tipo de jogo, que ficasse à disposição dos estudantes como forma de lazer.

O Quadro 24 contém a proposta de ações de incentivo ao esporte para os discentes residentes da Moradia Estudantil.

Quadro 24 - Proposta de incentivo ao esporte para os discentes residentes da Moradia Estudantil

(continua)

O quê?	Oferta de projetos esportivos, para atender exclusivamente aos estudantes da Moradia Estudantil. Compra de material esportivo, que ficaria disponível na Moradia Estudantil. Reserva de vagas nas oficinas e nas aulas de modalidades para estudantes residentes na Moradia Estudantil.
Por quê?	Devido à recente ocupação da Moradia Estudantil, torna-se necessário pensar em projetos para atender às necessidades desses estudantes.
Onde?	UFJF
Quando?	A partir do primeiro semestre de 2019.
Quem?	Um orientador e um bolsista; a comissão de esportes da PROAE e os estudantes residentes na Moradia Estudantil.
Como?	A Moradia Estudantil conta com um espaço que pode ser utilizado para a realização de encontros para a prática de jogos de tabuleiro ou de aulas, como: yoga, ginástica, dança e alongamento para grupos de estudantes.

Quadro 24 - Proposta de incentivo ao esporte para os discentes residentes da Moradia Estudantil

(continua)

Como?	<p>Nesse caso, não haveria a necessidade de inscrição dos estudantes. Seriam definidos dias e horários para realizar as atividades, que teriam um formato livre. Nesse sentido, em cada aula, seriam apresentadas atividades diferentes.</p> <p>Podem ser comprados materiais esportivos, conforme sugestão dos estudantes, para compor a Moradia Estudantil, como uma mesa de tênis de mesa ou jogos de tabuleiro, que ficariam disponíveis.</p> <p>No lançamento de inscrições para as oficinas e aulas de modalidades na página da PROAE, deve haver um espaço reservado para a inscrição de estudantes residentes na Moradia Estudantil.</p>
Quanto?	<p>Devem ser considerados os custos para o pagamento de bolsista ou monitor.</p> <p>Deve ser realizado um relatório de custos, com orçamentos de todos os materiais que devem ser adquiridos. Haverá investimento de tempo dos servidores PROAE que fazem parte da comissão de esportes.</p>

Fonte: elaborado pela autora.

Conforme informação divulgada na página da UFJF na internet, existem, atualmente, 15 Associações Atléticas no campus de Juiz de Fora, representando os cursos (UFJF, 2018f). As Atléticas não possuem espaço institucional de reconhecimento e de reivindicação na UFJF. Este espaço institucional para as Atléticas poderia ser proporcionado pela PROAE. Há exemplos, em onze universidades federais, de que esta interação com a assistência estudantil é possível e também é considerada uma ação de incentivo à prática de esportes.

Diversas ações podem ser realizadas, através de uma parceria ou aproximação entre a PROAE e as Atléticas da UFJF. A UFJF deve reconhecer as vitórias em competições obtidas pelas Atléticas e seus esforços para proporcionar a participação do maior número de estudantes possível nesses eventos, que permitem, além do incentivo à atividade esportiva e de lazer, um enriquecimento cultural por parte dos discentes. Estas conquistas devem receber a devida divulgação nos meios de comunicação institucionais. Também deve ser realizada a divulgação das diversas ações realizadas pelas Atléticas. Assim, torna-se necessário informar sobre o seu funcionamento, os contatos para atendimento e seus projetos. A PROAE pode efetivar essa comunicação de notícias, das ações realizadas pelas Atléticas, para a Diretoria de Imagem Institucional da UFJF.

O Presidente de Associação Atlética entrevistado informou que realiza, em seu curso, uma recepção aos calouros. Desta forma, pode ser feita uma aproximação da equipe da PROAE, incentivando, com recursos humanos e matérias, a recepção dos calouros, para que, ao entrarem na universidade, possam criar uma rotina saudável, ligada à atividade física.

As Associações Atléticas realizam o treinamento das suas equipes em espaços cedidos pela FAEFID ou em espaços alugados, e necessitam fazer a contratação de um profissional para cada modalidade de treinamento oferecido. As despesas geradas são divididas entre os estudantes que participam de cada modalidade. Considerando que a dimensão do esporte de rendimento também deve ser inclusiva, proporcionando aos estudantes uma prática esportiva completa, conforme apontam Azevedo e Gomes Filho (2011), a PROAE pode contribuir, auxiliando as Atléticas em parcerias, com o objetivo de fornecer espaços para a realização de treinos. Assim, haveria redução dos custos de participação nos treinamentos das Atléticas, o que promoveria a prática esportiva entre os discentes.

Torna-se importante que a PROAE e a UFJF reconheçam a história das Atléticas e sua contribuição para o desenvolvimento do esporte universitário. Neste sentido, a PROAE pode se tornar espaço institucional para receber as demandas das Associações Atléticas, conforme proposta apresentada no Quadro 25.

Quadro 25 - A PROAE como espaço institucional de comunicação com as Associações Atléticas na UFJF

O quê?	Aproximação da PROAE com as Associações Atléticas.
Por quê?	Atualmente, as Associações Atléticas não têm encontrado um espaço institucional de reconhecimento e comunicação na UFJF.
Onde?	UFJF
Quando?	A partir do segundo semestre de 2018.
Quem?	Comissão de esportes da PROAE e Associações Atléticas.
Como?	Devem ser realizadas reuniões entre a PROAE e as Associações Atléticas da UFJF. A Comissão de esportes da PROAE deve ouvir as solicitações das Atléticas e apontar sugestões, no sentido de apoiar as atividades que são desenvolvidas.
Quanto?	Deve ser feita uma planilha de custos, conforme as ações que forem acordadas nessas reuniões.

Fonte: elaborado pela autora.

Em relação ao desenvolvimento de competições internas na UFJF, a PROAE pode incentivar a sua realização conjuntamente com os estudantes, conforme o Quadro 26. Além disso, também pode efetuar a divulgação, fornecer premiações e procurar parcerias para a utilização de espaço físico, a exemplo do que é realizado na Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Quadro 26 - Incentivo a competições internas na UFJF

O quê?	Incentivo ao desenvolvimento de competições internas na UFJF
Por quê?	As competições incentivam a prática de atividades físicas, são momentos de confraternização e enriquecimento cultural, além de permitirem proporcionar atividades para um número elevado de estudantes.
Onde?	UFJF
Quando?	Uma vez por semestre. Iniciando a partir do primeiro semestre de 2019.
Quem?	Comissão de esportes da PROAE, FAEFID, DCE, Associações Atléticas.
Como?	A PROAE deve incentivar o desenvolvimento de competições internas na UFJF, realizando a divulgação, a parceria por espaços e a compra das premiações. As competições devem permitir a participação de todos os estudantes.
Quanto?	Devem ser considerados os custos das premiações.

Fonte: elaborado pela autora.

A PROAE, em parceria com o DCE e com as Associações Atléticas, pode preparar um edital de fomento para a participação dos estudantes em eventos esportivos, como ocorre atualmente em dez universidades federais, conforme os dados obtidos pelo e-SIC. A preparação do edital, em conjunto com as entidades representativas dos estudantes, determinará algumas condições necessárias, que devem ser preenchidas para que exista o incentivo. Os seguintes benefícios podem ser considerados na criação do edital: compra de material esportivo, pagamento de inscrições, transporte, hospedagem e alimentação em eventos competitivos. Também devem ser considerados se os benefícios serão individuais ou em grupo.

A possibilidade de existir uma modalidade de bolsa atleta, conforme ocorre em dez universidades federais, deve ser verificada durante a criação deste edital. Neste caso, torna-se necessária uma parceria com a FAEFID, para que seja realizada uma avaliação do estudante. A proposta da confecção de um edital de fomento às atividades competitivas universitárias está apresentada no Quadro 27.

Quadro 27 - Criação de um edital de fomento a práticas esportivas competitivas

O quê?	Criação de um edital de fomento a práticas esportivas
Por quê?	O esporte competitivo de rendimento é uma das dimensões do esporte (GOMES-TUBINO, 2006) e também deve receber incentivo.
Onde?	UFJF
Quando?	A partir do primeiro semestre de 2019.
Quem?	A comissão de esportes da PROAE, o DCE e as Associações Atléticas.
Como?	Deve ser realizada uma seleção entre as atividades que receberão fomento. A comissão de esportes da PROAE, o DCE e as Associações Atléticas devem criar um edital de apoio a essas atividades, indicando as condições necessárias para que os estudantes sejam contemplados com esses incentivos.
Quanto?	Deve ser elaborada uma planilha de custos, levando-se em conta as ações definidas para receberem incentivos, através do edital.

Fonte: elaborado pela autora.

Para dar início à implementação de um projeto esportivo de assistência estudantil na UFJF, foram apresentadas um conjunto de propostas para a resolução das dificuldades encontradas. Essas dificuldades foram divididas em dois grupos: um tinha relação com a percepção restrita, dos estudantes, sobre a assistência estudantil, e outro abordava limitações de recursos humanos, recursos financeiros e de espaço físico.

Para a ampliação da concepção dos estudantes sobre a assistência estudantil, foram propostas campanhas de divulgação nas mídias digitais e revisão do projeto Boas-Vindas, que passaria a desenvolver a conscientização dos estudantes sobre o conceito de assistência estudantil.

Duas outras ações foram propostas, no sentido de ampliar a percepção dos estudantes sobre o que é a assistência estudantil: i) aproximação dos estudantes das tomadas de decisão sobre a implementação de novos projetos e avaliação dos projetos existentes na PROAE; ii) e a conscientização dos estudantes acerca dos benefícios trazidos pelas atividades físicas regulares, ligados à melhoria da qualidade de vida durante a graduação.

Os estudantes são o público alvo das políticas de assistência estudantil. Portanto, devem conhecer os seus objetivos, as ações que são realizadas atualmente, além de participar da escolha de novos projetos e da avaliação dos projetos existentes na PROAE. A reivindicação de novas ações, para atender às suas necessidades, passa pelo conhecimento sobre o que pode ser ofertado. É preciso demonstrar, para os estudantes, que as ações de incentivo à prática esportiva, na assistência estudantil, são uma possibilidade viável de tornar as suas experiências mais satisfatórias durante a graduação.

Em relação às limitações de recursos humanos, recursos financeiros e de espaço físico, foi apresentada uma proposta de expansão da estrutura, com a realização de seis ações. Foram apresentadas as seguintes propostas, no sentido proporcionar a expansão estrutural necessária para que seja iniciada a implementação de um projeto esportivo de assistência estudantil na UFJF: o dimensionamento dos servidores da PROAE, para que conduzam os projetos; a criação de uma comissão de esportes; a solicitação de um profissional com formação em Educação Física para compor a equipe da PROAE; a realização de parcerias por recursos humanos; a realização de parceria por espaço físico na FAEFID; a utilização de outros espaços disponíveis no campus, para o desenvolvimento de projetos esportivos; e a solicitação de recursos próprios da UFJF para a condução de novos projetos.

A partir da expansão de estrutural, da conscientização dos estudantes sobre o que é assistência estudantil e sobre os benefícios das atividades esportivas para a qualidade de vida, a PROAE terá a possibilidade de promover oportunidades, para que eles possam praticar essas

atividades. Neste sentido, foi proposto um projeto esportivo de assistência estudantil na UFJF, através de um conjunto de sete ações, que possam atender ao maior número possível de estudantes.

Ao levarmos em conta que o público alvo dos projetos de incentivo ao esporte, como forma de assistência estudantil na UFJF, sejam todos os estudantes das graduações presenciais, torna-se necessário pensar em diversas ações que possibilitem a ampla participação desses estudantes.

Foram propostas as seguintes atividades: oficinas temáticas; aulas de modalidades semanais; compra de materiais esportivos; atividades dedicadas aos estudantes da Moradia Estudantil da UFJF; aproximação das Associações Atléticas; edital de fomento a práticas competitivas; e incentivo ao desenvolvimento de competições internas.

O projeto esportivo de assistência estudantil na UFJF, que foi apresentado, tem por objetivo realizar o incentivo a prática esportiva entre os estudantes, que pode se dar de diversas formas, não apenas na realização de atividades orientadas, mas incentivando, também, práticas que surgirem das iniciativas dos próprios estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a mudança do perfil do estudante que ingressou no ensino superior após o REUNI, foi necessário ampliar as ações das políticas de assistência estudantil, de forma a proporcionar a permanência dos estudantes na universidade. Neste contexto, as ações esportivas foram inseridas entre as ações de assistência estudantil, visando atender aos objetivos do PNAES.

Diversos são os benefícios das atividades esportivas proporcionadas aos discentes, como os benefícios voltados para a prevenção e promoção em saúde, inclusão social e formação cidadã. As ações esportivas de assistência estudantil se mostram um campo com diversas possibilidades de atuação para a melhoria da qualidade de vida do discente durante a graduação.

Um dos objetivos do trabalho era verificar os motivos que levaram ao não cumprimento das ações na área dos esportes pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da UFJF e porque essa omissão se mantém nos dias atuais. Tal objetivo foi alcançado. Foram verificadas que as dificuldades, para a implementação de um projeto esportivo de assistência estudantil na UFJF, estão ligadas à percepção restrita dos estudantes sobre o que é a assistência estudantil e a limitações de estrutura.

Na UFJF, a assistência estudantil possuía ênfase no apoio financeiro, em detrimento das demais ações. Assim, esta percepção, por parte da gestão, era repassada aos estudantes (TRINDADE, 2016). Este tipo de visão, em que ocorre a centralização do pagamento de bolsas, negligencia o debate, com os estudantes, sobre o atendimento de suas reais necessidades, que não são apenas as dificuldades financeiras (MORAES; LIMA, 2011 *apud* DUTRA; SANTOS, 2017, p.170).

Durante a pesquisa, foi verificada uma mudança de percepção dos sujeitos que estavam diretamente ligados à gestão da assistência estudantil na UFJF. Tais atores possuíam uma percepção ampliada sobre o que é a assistência estudantil, mostrando uma mudança de concepção, que também foi apontada por Trindade (2016). Desta forma, houve uma ressignificação das ações de assistência estudantil dentro da UFJF. Porém, esta percepção ampliada ainda não está presente na visão dos estudantes.

Foram sugeridas algumas propostas de ações, como as campanhas de conscientização dos estudantes, com o objetivo de ampliar a percepção do conceito de assistência estudantil. Em relação às limitações de estrutura foram propostas, ações para realizar uma expansão, através de parcerias de recursos humanos, contratação de um profissional de Educação Física,

a criação de uma comissão de esportes, utilização de novos espaços físicos disponíveis no campus e a solicitação de recursos próprios da UFJF para o desenvolvimento de novos projetos. Espera-se, com estas ações, poder solucionar as dificuldades encontradas, para que seja implementado um projeto esportivo de assistência estudantil na UFJF.

Foram analisadas ações desenvolvidas em universidades federais brasileiras, no âmbito da assistência estudantil na área de esporte. Esta análise teve como objetivo entender o que está sendo realizado no país e demonstrar algumas possibilidades que podem ser desenvolvidas pela PROAE. Percebeu-se, no conjunto de universidades pesquisadas, a realização de projetos diversificados para o atendimento aos discentes na área esportiva.

Neste sentido, foi apresentada uma proposta de um projeto esportivo de assistência estudantil na UFJF, que realize ações de incentivo a práticas esportivas, entre os discentes, que não se limite à realização de atividades monitoradas. É importante que os estudantes desenvolvam atividades por iniciativa própria e que possam levar essas experiências para as suas vidas.

Tendo por objetivo realizar o incentivo à prática esportiva entre os estudantes, podemos dizer que este incentivo pode se dar de diversas formas, não apenas na disponibilização de vagas em oficinas e aulas semanais. A disponibilidade de materiais esportivos, para que os estudantes realizem as suas atividades, e o incentivo às competições internas e externas também são atividades indutoras à prática regular de atividades físicas entre os estudantes.

O projeto esportivo proposto apresenta ações em diversas dimensões do esporte, que são propostas por Gomes-Tubino (2006) e atende ao proposto por Azevedo e Gomes Filho (2011), de que a dimensão do esporte de rendimento proporciona uma prática completa, devendo a sua prática ser incentivada, para que seja feita a real inclusão dos estudantes. Embora as atividades de lazer sejam as que oferecem as melhores condições para o incentivo à prática esportiva, o esporte competitivo permite encontrar talentos entre os estudantes, assim como a inclusão social, através de uma ocupação duradoura (AZEVEDO; GOMES FILHO, 2011).

A perspectiva do esporte, enquanto ação de assistência estudantil para a prevenção do adoecimento discente, também foi verificada. As ações disponíveis atualmente na PROAE não dão conta de atender às necessidades dos estudantes. Nesta perspectiva, o esporte pode ser uma possibilidade, junto com outras ações, de auxiliar na prevenção do adoecimento discente e na prevenção em saúde

Uma das dificuldades encontradas, para a realização da pesquisa, foi em relação às respostas das universidades ao e-SIC. Cinco universidades não responderam ao questionário, embora tenham apresentado algum tipo de resposta no sistema eletrônico do governo federal. Entre as respondentes, havia diversas respostas que estavam incompletas e sem detalhamento, o que impediu o aprofundamento em algumas características dos projetos apresentados, como a disponibilização de dados referentes ao número de participantes em determinado período de tempo, objetivos dos projetos, local de funcionamento, os critérios de seleção dos participantes e a área de formação dos profissionais que conduzem o projeto. Poucas universidades apresentaram respostas completas para todos os questionamentos.

A limitação do tempo disponível para a pesquisa influenciou na escolha do número de entrevistados entre os estudantes e no recorte sobre alguns pontos. Sugere-se que sejam realizadas novas pesquisas entre os estudantes, para o mapeamento das suas dificuldades durante a graduação, suas necessidades e de questões que podem influenciar na escolha de horários e modalidades esportivas que serão ofertadas.

O Campus Avançado de Governador Valadares possui características distintas, em relação ao campus da UFJF em Juiz de Fora. Para o desenvolvimento deste trabalho, havia uma limitação de tempo e o envolvimento da pesquisadora com o campus de Juiz de Fora. Portanto, não foi possível que a pesquisa se estendesse a outra localidade. Sugere-se que sejam realizados novos estudos para verificar a viabilidade da implementação de um projeto esportivo de assistência estudantil no Campus Avançado de Governador Valadares.

As possibilidades de atuação da PROAE, como promotora de ações esportivas de assistência estudantil, são várias. Embora possa se basear em ações existentes que estão sendo realizadas em outras universidades para iniciar os seus projetos, há, também, a possibilidade de desenvolver atividades inovadoras neste campo. Conforme os estudantes perceberem, o incentivo à atividade esportiva e de lazer, por parte da PROAE, outras atividades tendem a surgir por iniciativa dos próprios estudantes.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. O que é um Estudo de Caso Qualitativo em Educação? **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22. n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

ASSIS, A.C. L.de. **Desafios e possibilidades da política de assistência estudantil da UFJF**. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

ATHAYDE, P.; MASCARENHAS, P.; FIGUEIREDO, P. O. F. N.; REIS, N. S. O Esporte como Direito de Cidadania. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 490-501, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/34049>>. Acesso em: 18 out. 2017.

AZEVEDO, M. A. O. de; GOMES FILHO, A. **Competitividade e inclusão social por meio do esporte**. Revista Brasileira de Ciência do Esporte, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 589-603, set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892011000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 nov. 2017.

BLAIR, S.N.; BOUCHARD, C.; GYARFAS, I.; HOLLMANN, W.; IWANE, H.; KNUTTGEN, H.G.; LUSCHEN, G.; MESTER, J.; MORRIS, J.N.; PAFFENBARGER, R.S.; RENSTRÖM, P.; SONENSCHEN, W.; VUORI, I. **Exercício para a saúde**. Revista Brasileira de Medicina do Esporte, Niterói, v. 4, n. 4, p. 120-121, jul./ago. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbme/v4n4/a05v4n4.pdf>>. Acesso em 24 out. 2017.

BORGES, E. de C; BUONICORE, A. C. **Memória do esporte educacional brasileiro: breve história dos Jogos Universitários e Escolares**. São Paulo: Centro de Estudos e Memória da Juventude, 2007.

BRASIL. **Decreto lei nº 3199, de 14 de abril de 1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos no Brasil. Rio de Janeiro, RJ, 1941. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 31 jul. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF, 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 30 abr. 2017.

BRASIL. **Portaria normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF, 2007b.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 24 dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 24 out. 2016.

BRASIL. **Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013.** Cria o programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proae/files/2008/10/Portaria-n%C2%BA-389-2013-MEC.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. - Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

CASTRO, M. H. G. de. A consolidação da política de Avaliação da Educação Básica no Brasil. **Meta: Avaliação.** Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p.271-296, set./dez. 2009.

DALBOSCO, C. A. Educação superior e os desafios da formação para a cidadania democrática. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 20, n. 1, p. 123-142, mar. 2015 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772015000100123&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.590/S1414-40772015000100009>.

DEMO, P. **Política Social, Educação e Cidadania.** Campinas: Papirus Editora, 1994.

DUTRA, N. G. dos R.; SANTOS, M. de F.de S. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares:** a disputa de concepções. Ensaio: avaliação, políticas públicas e educação, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, mar. 2017 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362017000100148&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jun. 2017.

FONAPRACE - FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **IV Pesquisa do Perfil Sócioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras – 2014**. Uberlândia: Fonaprace/ Andifes, jul. 2016.

FONAPRACE - FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Revista 25 Anos do Fonaprace. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Fonaprace/ Andifes: Uberlândia, 2012.

GOMES-TUBINO, M. J. **O que é esporte**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Relatório Consolidado das Instituições de Ensino Superior. **Censo 2016 – Universidade Federal de Juiz de Fora**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/planejamento/files/2013/07/Relat%C3%B3rio-Consolidado-UFJF-2016.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

MANCEBO, D.; VALE, A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, mar. 2015.

PADOVANI, R. C.; NEUFELD, C. B.; MALTONI, J.; BARBOSA, L. N. F.; SOUZA, W. F.; CAVALCANTI, H. A. F.; LAMEU, J. N. Vulnerabilidade e bem-estar psicológicos do estudante universitário. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 02-10, jun. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872014000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 out. 2017.

PINTO, C. C.; DAVID, M. V.; MACHADO, C. S. A Política de Assistência Estudantil no Brasil: o caso da Universidade Federal de Juiz De Fora. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, XV, Desafios da Gestão Universitária no Século XXI, Mar del Plata, Argentina. 2015. INPEU/UFSC: Mar del Plata, 2015.

SOARES, T. C. da S. **A relação entre os recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil e a ampliação do acesso na UFJF no contexto de contrarreforma universitária nos anos 2000**. 2017. 217f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

TRINDADE, F. de S. **O papel da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva no Processo de Inclusão da Universidade Federal de Juiz de Fora.** 2016. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Departamento de Assuntos Estudantis. **Memória da Assistência Estudantil na UFJF.** Juiz de Fora, out.1998.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho Superior. **Resolução nº 21, de 28 de dezembro de 1999.** Reformula os princípios, objetivos, critérios de seleção, avaliação e permanência de alunos no Programa de Apoio Estudantil da UFJF. Juiz de Fora, JF, 1999. Disponível em:

<<http://www.ufjf.br/proae/files/2008/10/Resolu%C3%A7%C3%A3o-33.2014-Anexo-Resolu%C3%A7%C3%A3o-21.19991.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2016.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho Superior. **Resolução nº 33, de 16 de dezembro de 2014.** Altera a Resolução nº 21/1999, sobre Apoio Estudantil da UFJF, e dá outras providências. Juiz de Fora, JF, 2014. Disponível em:

<<http://www.ufjf.br/proae/files/2008/10/Resolu%C3%A7%C3%A3o-33-2014-CONSU.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2016.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Auditoria Geral. **Relatório Final de Auditoria Interna** (Relatório número: 002.2015.07.05). Tipo de auditoria: Acompanhamento da Gestão. Unidade Auditada: Pró-Reitoria de Apoio Estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora – MG, Juiz de Fora, 27 ago. 2015

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. A UFJF. **História** [online]. Juiz de Fora, 2016a. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ufjf/sobre/historia/>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. A UFJF. **Campus Governador Valadares** [online], Juiz de Fora, 2016b. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/gv/sobre/campus-gv/>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Apoio Estudantil. Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. Psicologia e Pedagogia. **Atendimento psicológico** [online], Juiz de Fora, 2016c. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proae/psicologiaepedagogia/atendimento-psicologico/>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Portal do Estudante. **Apoio estudantil** [online], Juiz de Fora, 2016d. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/estudante/apoio-estudantil/>>. Acesso em: 26 out. 2016.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. A UFJF. **Apresentação** [online], Juiz de Fora, 2016e. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ufjf/sobre/apresentacao/>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Apoio Estudantil. **Pró-Reitoria de Assistência Estudantil** [online], Juiz de Fora, 2016f. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proae>>. Acesso em: 26 out. 2016.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Notícias. **Aproximação com alunos torna trabalho da Pró-reitoria de Assistência Estudantil mais efetivo** [online], Juiz de Fora, 27 dez. 2016g. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/noticias/2016/12/27/aproximacao-com-alunos-torna-trabalho-da-pro-reitoria-de-assistencia-estudantil-mais-efetivo/>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Apoio Estudantil. Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. **Relação de bolsistas 2017** [online], Juiz de Fora, 2017a. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proae/acao-a-informacao/janeiro-referente-a-dez-2016/>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Apoio Estudantil. Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. Psicologia e Pedagogia. **Apoio Pedagógico** [online], Juiz de Fora, 2017b. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proae/psicologiaepedagogia/apoio-pedagogico/>>. Acesso em: 30 abr. 2017

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho Superior. **Resolução nº 11, de 30 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil no âmbito da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, JF, 2017c. Disponível em: <http://www.ufjf.br/proae/files/2008/10/Resolu-%C2%BA-%C3%BAo_12.2017_CONSU_Anexo_Resolu-%C2%BA-%C3%BAo-PROAE.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2017.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Apoio Estudantil. Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. **Cadastro de interessados para as atividades da PROAE: oficinas pedagógicas, Grupo “De Boas” e Grupo Fora de Casa** [online], Juiz de Fora, 05 jul. 2017d. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proae/2017/07/05/cadastro-de-interessados-para-as-atividades-da-proae-oficinas-pedagogicas-e-grupo-de-boas/>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Cultura e lazer. **Áreas de lazer** [online], Juiz de Fora, 2017e. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ufjf/culturaelazer/areasdelazer/>>. Acesso em: 08 out.2017.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Apoio Estudantil. Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. **Edital nº 1, de 05 de maio de 2017**. Estabelece as normas para seleção para ocupação de novas vagas da moradia estudantil - campus Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017f. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proae/files/2017/05/Edital-Moradia.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Apoio Estudantil. Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. **Organização** [online], Juiz de Fora, 2018a. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proae/a-pro-reitoria/organizacao/>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Apoio Estudantil. Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. Projetos PROAE. **Tempero Cultural** [online], Juiz de Fora, 2018b. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proae/links/cultura/>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Apoio Estudantil. Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. Projetos PROAE. **Roda Viva** [online], Juiz de Fora, 2018c. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proae/links/roda-viva/>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Pró-Reitoria de Assistência Estudantil **Portaria nº 01, de 1 de março de 2018**. Dispõe sobre o procedimento de avaliação socioeconômica para fins de acesso ao Programa de bolsas e auxílios de Assistência Estudantil. Juiz de Fora, 2018d. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proae/files/2016/04/PORTARIA-PROAE-N%C2%BA-01-20181.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Apoio Estudantil. Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. **Edital nº 1, de 05 de março de 2018**. Estabelece as normas para seleção para ocupação de novas vagas da moradia estudantil - campus Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018e. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proae/files/2017/06/Edital-moradia-2018-editado.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. A UFJF. Portal do Estudante. **Atléticas** [online], Juiz de Fora, 2018f. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/estudante/atleticas/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Carta Internacional da Educação Física e do Esporte**, 21 de

novembro de 1978. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002164/216489por.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional De Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 599-616, jul./dez. 2010.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE SONDAÇÃO ENVIADO PARA 62 UNIVERSIDADES FEDERAIS

1. Qual o setor dedicado ao desenvolvimento de ações de Assistência Estudantil e a sua posição no organograma dessa instituição?

2. Esse setor desenvolve, como parte da assistência estudantil prestada aos estudantes, projetos para o incentivo a participação em esportes, atividades físicas e lazer?

2.1. Em caso positivo peço que realize uma breve descrição do(s) programa(s), abordando características como: o funcionamento desses projetos, os objetivos, o local de funcionamento, o número de participantes atendidos em determinado período de tempo, os critérios de seleção dos participantes (se for o caso) e a área de formação dos profissionais que conduzem o projeto.

3. Existem nessa instituição ações do setor de Assistência Estudantil ligadas a prevenção do adoecimento discente?

3.1 Em caso afirmativo peço que realize uma breve descrição do(s) programa(s).

4. Quais são as ações desenvolvidas para a Assistência Estudantil na instituição?

APÊNDICE B - ENTREVISTA COM O PRÓ-REITOR DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

1. Há quanto tempo você trabalha na UFJF? E na PROAE?
2. O que você entende por Assistência Estudantil?
3. O que você entende por ações de esporte, lazer e atividade física na Assistência Estudantil?
 - 3.1. Que tipo de ações deveriam ser desenvolvidas e com qual finalidade?
 - 3.2. A PROAE conta com estrutura física e de recursos humanos para desenvolver essas atividades?
 - 3.3. Quais as dificuldades encontradas para a implementação dessas ações até o momento?
 - 3.4. Você acredita que elas devam ser direcionadas para os grupos em vulnerabilidade socioeconômica ou para todos os estudantes independentemente de renda?
 - 3.5. Existe a possibilidade de a PROAE utilizar as dependências da FAEFID para o desenvolvimento de projetos? De qual maneira?
4. Quais projetos são desenvolvidos atualmente na PROAE para atender as áreas do PNAES?
 - 4.1. Você acredita que essas ações contribuem para a inclusão, permanência e prevenção do adoecimento dos estudantes no ensino superior?
 - 4.2. Você conhece o decreto do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES e as dez áreas de ação que devem ser promovidas pela assistência estudantil?
5. A PROAE recebe recursos provenientes exclusivamente do PNAES para realizar suas ações ou existem outros recursos da UFJF sendo utilizados na assistência estudantil?
 - 5.1. O recurso disponível é suficiente para atender as necessidades verificadas pela Pró-Reitoria?
 - 5.2. Como os recursos são distribuídos e utilizados atualmente na PROAE?
6. Como é realizado o cálculo para a elaboração de critérios do processo seletivo e consequente distribuição de bolsas que podem ser oferecidas aos estudantes considerando os recursos disponíveis?
 - 6.1. Existem atualmente estudantes que necessitam de auxílio financeiro e não estão sendo atendidos por falta de recursos?
7. Quais as ações elencadas no PNAES não estão sendo realizadas e tem previsão de realização no ano de 2018?
 - 7.1. Quais as dificuldades encontradas para a implementação dessas ações até o momento?

8. Como a PROAE trata das questões ligadas a prevenção do adoecimento discente?
9. O Fórum Permanente de Avaliação, Discussão e Orientação da Política de Assistência Estudantil tem se reunido?
- 9.1. Quais as discussões realizadas?
- 9.2. Existe a possibilidade da participação do fórum na seleção, discussão e implementação de um projeto de esportes para a assistência estudantil na UFJF?
10. Em sua opinião, qual a importância do desenvolvimento na PROAE de ações voltadas para o esporte, atividade física e lazer para a prevenção e promoção em saúde e qualidade de vida entre os discentes. Por quê?
11. Em sua opinião, qual a importância do desenvolvimento na PROAE de ações voltadas para o esporte, atividade física e lazer para a promoção da cidadania e inclusão social entre os discentes. Por quê?
12. Qual a frequência em que você pratica atividade física?
- () Diariamente
 - () Pelo menos três vezes por semana
 - () Uma vez por semana
 - () Ocasionalmente
 - () Não pratica

APÊNDICE C - ENTREVISTA COM AMOSTRA DE ESTUDANTES ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

1. Há quanto tempo estuda na instituição?
2. Como tem sido essa experiência em termos de níveis de estresse e saúde geral?
3. Qual é o seu curso?
4. O que você entende por Assistência Estudantil?
5. Por quais projetos você é atendido atualmente na PROAE?
 - 5.1. Você conhece as atividades que são desenvolvidas na PROAE?
 - 5.2. Você acredita que essas ações contribuem para a inclusão, permanência e prevenção do adoecimento dos estudantes no ensino superior?
6. Qual a frequência em que você pratica atividade física?
 - () Diariamente
 - () Pelo menos três vezes por semana
 - () Uma vez por semana
 - () Ocasionalmente
 - () Não pratica
7. Em sua opinião, a UFJF promove condições para a prática de atividade física entre os discentes?
8. Durante a graduação problemas de saúde, inclusive psicológicos, prejudicaram o seu desempenho acadêmico?
 - 8.1. Você precisou procurar algum tipo de atendimento de saúde nesse momento?
 - 8.2. Você acredita que a UFJF poderia ter algum suporte preventivo nesse sentido?
9. O esporte, lazer e atividade física encontram-se entre as ações de assistência estudantil elencadas no Programa Nacional de Assistência Estudantil. Atualmente a PROAE não desenvolve ações nesse sentido.
 - 9.1 Caso a PROAE desenvolvesse algum projeto de esporte, lazer e atividade física você gostaria de participar? Qual?
 - () esportes: voleibol, futebol, basquetebol, entre outros.
 - () natação
 - () ginásticas
 - () yoga
 - () pilates
 - () grupos de caminhada ou corrida

() musculação

() lutas

() danças

() outros:

9.2. Qual o melhor horário para a sua participação?

10. Por quais canais de informação você gostaria de ser informado sobre o desenvolvimento das ações realizadas pela PROAE?

11. Em sua opinião, qual a importância do desenvolvimento na PROAE de ações voltadas para o esporte, atividade física e lazer para a prevenção e promoção em saúde e qualidade de vida entre os discentes. Por quê?

12. Em sua opinião, qual a importância do desenvolvimento na PROAE de ações voltadas para o esporte, atividade física e lazer para a promoção da cidadania e inclusão social entre os discentes. Por quê?

13. Em relação a atividades de esporte, lazer e atividade física na Assistência Estudantil você acredita que elas devam ser direcionadas para os grupos em vulnerabilidade socioeconômica ou para todos os estudantes independentemente de renda?

APÊNDICE D - ENTREVISTA COM MEMBROS DAS ATLÉTICAS

1. Há quanto tempo estuda na instituição?
2. Como tem sido essa experiência em termos de níveis de estresse e saúde geral?
3. Qual é o seu curso?
4. Há quanto tempo você é integrante da atlética?
5. O que você entende por Assistência Estudantil?
6. Para você qual é a importância das atléticas na vida estudantil?
 - 6.1. Qual o envolvimento da atlética com os estudantes do curso?
 - 6.2. Existe interesse da atlética em recrutar? Por quê?
7. O esporte, lazer e atividade física encontram-se entre as ações de assistência estudantil elencadas no Programa Nacional de Assistência Estudantil. Atualmente a PROAE não desenvolve ações nesse sentido. Como você acredita que a PROAE poderia contribuir para o desenvolvimento do esporte, lazer e atividade física entre os estudantes?
8. Qual a frequência em que você pratica atividade física?
 - () Diariamente
 - () Pelo menos três vezes por semana
 - () Uma vez por semana
 - () Ocasionalmente
 - () Não pratica
9. Em sua opinião, a UFJF promove condições para a prática de atividade física entre os discentes?
10. Qual a sua opinião sobre a possibilidade das atléticas estabelecerem parcerias com a PROAE no sentido de desenvolver projetos esportivos destinados especificamente aos estudantes?
11. Durante a graduação problemas de saúde, inclusive psicológicos, prejudicaram o seu desempenho acadêmico?
 - 11.1. Você precisou procurar algum tipo de atendimento de saúde nesse momento?
 - 11.2. Você acredita que a UFJF poderia ter algum tipo de suporte preventivo nesse sentido?
12. Em sua opinião, qual a importância do desenvolvimento na PROAE de ações voltadas para o esporte, atividade física e lazer para a prevenção e promoção em saúde e qualidade de vida entre os discentes. Por quê?

13. Em sua opinião, qual a importância do desenvolvimento na PROAE de ações voltadas para o esporte, atividade física e lazer para a promoção da cidadania e inclusão social entre os discentes. Por quê?

14. Em relação a atividades de esporte, lazer e atividade física na Assistência Estudantil você acredita que elas devam ser direcionadas para os grupos em vulnerabilidade socioeconômica ou para todos os estudantes independentemente de renda?

15. Você conhece as atividades que são desenvolvidas na PROAE?

15.1. Você acredita que essas ações contribuem para a inclusão, permanência e prevenção do adoecimento dos estudantes no ensino superior?

APÊNDICE E - ENTREVISTA COM MEMBROS DO DCE

1. Há quanto tempo estuda na instituição?
2. Como tem sido essa experiência em termos de níveis de estresse e saúde geral?
3. Qual é o seu curso?
4. Há quanto tempo você é integrante do DCE?
5. O que você entende por Assistência Estudantil?
6. O esporte, lazer e atividade física encontram-se entre as ações de assistência estudantil elencadas no Programa Nacional de Assistência Estudantil. Atualmente a PROAE não desenvolve ações nesse sentido.
 - 6.1. Você conhece as atividades que são desenvolvidas na PROAE?
 - 6.2. Você acredita que essas ações contribuem para a inclusão, permanência e prevenção do adoecimento dos estudantes no ensino superior?
 - 6.3. Você conhece o decreto do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES e as dez áreas de ação que devem ser promovidas pela assistência estudantil?
7. Qual a frequência em que você pratica atividade física?
 - () Diariamente
 - () Pelo menos três vezes por semana
 - () Uma vez por semana
 - () Ocasionalmente
 - () Não pratica
8. Em sua opinião, a UFJF promove condições para a prática de atividade física entre os discentes?
9. O Fórum Permanente de Avaliação, Discussão e Orientação da Política de Assistência Estudantil tem se reunido?
 - 9.1. Quais as discussões realizadas?
 - 9.2. Existe a possibilidade de participação do fórum na seleção, discussão e implementação de um projeto de esportes para a assistência estudantil na UFJF?
10. Qual a sua opinião sobre a possibilidade do DCE estabelecer parcerias com a PROAE no sentido de desenvolver projetos esportivos destinados especificamente aos estudantes?
11. Qual o posicionamento do DCE em relação às ações de Assistência Estudantil na UFJF e a sua relação com a PROAE, com os estudantes e suas demandas?
12. Durante a graduação problemas de saúde, inclusive psicológicos, prejudicaram o seu desempenho acadêmico?

12.1. Você precisou procurar algum tipo de atendimento de saúde nesse momento?

12.2. Você acredita que a UFJF poderia ter algum tipo de suporte preventivo nesse sentido?

13. Em sua opinião, qual a importância do desenvolvimento na PROAE de ações voltadas para o esporte, atividade física e lazer para a prevenção e promoção em saúde e qualidade de vida entre os discentes. Por quê?

14. Em sua opinião, qual a importância do desenvolvimento na PROAE de ações voltadas para o esporte, atividade física e lazer para a promoção da cidadania e inclusão social entre os discentes. Por quê?

15. Em relação a atividades de esporte, lazer e atividade física na Assistência Estudantil você acredita que elas devam ser direcionadas para os grupos em vulnerabilidade socioeconômica ou para todos os estudantes independentemente de renda?

APÊNDICE F - ENTREVISTA COM MEMBROS DA EQUIPE DA PROAE

1. Há quanto tempo você trabalha na UFJF? E na PROAE?
2. O que você entende por Assistência Estudantil?
3. O esporte, lazer e atividade física encontram-se entre as ações de assistência estudantil elencadas no Programa Nacional de Assistência Estudantil. Atualmente a PROAE não desenvolve ações nesse sentido. Para você quais são as dificuldades a PROAE enfrenta para que as ações de assistência estudantil voltadas para o esporte, lazer e atividade física não tenham sido implementadas?
4. Em relação a atividades de esporte, lazer e atividade física na Assistência Estudantil você acredita que elas devam ser direcionadas para os grupos em vulnerabilidade socioeconômica ou para todos os estudantes independentemente de renda?
5. Você conhece as atividades que são desenvolvidas na PROAE?
 - 5.1. Você acredita que essas ações contribuem para a inclusão, permanência e prevenção do adoecimento dos estudantes no ensino superior?
6. Você conhece o decreto do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES e as dez áreas de ação que devem ser promovidas pela assistência estudantil?
7. Na sua opinião a UFJF promove condições para a prática de atividade física entre os discentes?
8. Você poderia fazer um breve relato sobre os projetos novos que estão sendo realizados na PROAE?
9. Em sua opinião, qual a importância do desenvolvimento na PROAE de ações voltadas para o esporte, atividade física e lazer para a prevenção e promoção em saúde e qualidade de vida entre os discentes. Por quê?
10. Em sua opinião, qual a importância do desenvolvimento na PROAE de ações voltadas para o esporte, atividade física e lazer para a promoção da cidadania e inclusão social entre os discentes. Por quê?
11. Qual a frequência em que você pratica atividade física?
 - () Diariamente
 - () Pelo menos três vezes por semana
 - () Uma vez por semana
 - () Ocasionalmente
 - () Não pratica

APÊNDICE G - ENTREVISTA COM PROFISSIONAL DA FAEFID

1. Há quanto tempo você trabalha na UFJF? E na FAEFID?
2. O que você entende por Assistência Estudantil?
3. O esporte, lazer e atividade física encontram-se entre as ações de assistência estudantil elencadas no Programa Nacional de Assistência Estudantil. Atualmente a PROAE não desenvolve ações nesse sentido. Qual a sua opinião sobre a possibilidade da FAEFID estabelecer parcerias com a PROAE no sentido de desenvolver projetos esportivos destinados especificamente aos estudantes?
4. Existe a possibilidade de a PROAE utilizar as dependências da FAEFID para o desenvolvimento de projetos? De qual maneira?
5. Em relação a atividades de esporte, lazer e atividade física na Assistência Estudantil você acredita que elas devam ser direcionadas para os grupos em vulnerabilidade socioeconômica ou para todos os estudantes independentemente de renda?
6. Você conhece as atividades que são desenvolvidas na PROAE?
 - 6.1. Você acredita que essas ações contribuem para a inclusão, permanência e prevenção do adoecimento dos estudantes no ensino superior?
7. Em sua opinião, qual a importância do desenvolvimento na PROAE de ações voltadas para o esporte, atividade física e lazer para a prevenção e promoção em saúde e qualidade de vida entre os discentes. Por quê?
8. Em sua opinião, qual a importância do desenvolvimento na PROAE de ações voltadas para o esporte, atividade física e lazer para o desenvolvimento da cidadania e inclusão social entre os discentes. Por quê?
9. Qual a frequência em que você pratica atividade física?
 - () Diariamente
 - () Pelo menos três vezes por semana
 - () Uma vez por semana
 - () Ocasionalmente
 - () Não pratica

APÊNDICE H - Entrevista com servidor sobre os projetos de extensão da FAEFID

1. Qual é o seu papel nos projetos de extensão da FAEFID?
2. Quais são os projetos de extensão desenvolvidos atualmente na FAEFID?
3. Como ocorre a iniciativa dos projetos de extensão da FAEFID?
 - 3.1 Quem propõe os projetos?
 - 3.2. Existe algum tipo de pré-seleção dentro da faculdade para indicar os projetos que serão realizados?
4. Para qual público são direcionados os projetos de extensão? Existe algum projeto direcionado especificamente para os estudantes?
5. Quais os objetivos desses projetos? Algum deles tem relação com a prevenção do adoecimento entre os discentes?
6. Qual é normalmente o processo que transforma uma ideia em um projeto aprovado?
7. Qual é a duração dos projetos? Eles podem ser renovados?
8. Como é dividido o espaço físico da FAEFID entre as aulas da graduação, projetos de extensão, utilização pelas atléticas e demais sujeitos que tem acesso?

APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ENQUANTO POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Nesta pesquisa pretendemos verificar os motivos que levaram a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da UFJF a não desenvolver ações na área dos esportes. O motivo que nos leva a estudar é que, dentre as ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, Decreto 7.234/2010, existe a previsão de que devem ser desenvolvidas atividades na área dos esportes. Para esta pesquisa, adotaremos os seguintes procedimentos: levantamento documental, revisão de literatura, solicitação de informações ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) de universidades federais e entrevistas semi-estruturadas. A pesquisa contribuirá para propor possibilidades na implementação de ações na área do esporte pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da UFJF.

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O (A) Sr (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora e a outra será fornecida ao Sr. (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados no mesmo local acima indicado.

O (A) Sr (a) concorda que o material coletado possa ser utilizado em outros projetos do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, sendo assegurado que sua identidade será tratada com padrões profissionais de sigilo,

atendendo a legislação brasileira, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos?

() Sim ou () Não

Caso sua manifestação seja positiva, esta autorização poderá retirada a qualquer momento sem qualquer prejuízo.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ENQUANTO POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 2018 .

Nome	Assinatura participante	Data
------	-------------------------	------

Nome	Assinatura pesquisador	Data
------	------------------------	------